



Ana Caroline dos S. Gimenes Machado

**“Tijolo com tijolo num desenho trágico”
Condições de trabalho na construção civil após as
demissões em massa no Complexo Petroquímico
do Rio de Janeiro (Comperj)**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo
Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a. Inez Terezinha Stampa

Rio de Janeiro
Abril de 2019



Ana Caroline dos S. Gimenes Machado

**“Tijolo com tijolo num desenho trágico”
Condições de trabalho na construção civil após as
demissões em massa no Complexo Petroquímico
do Rio de Janeiro (Comperj)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada
pela Comissão Examinadora abaixo.

Prof^a. Inez Terezinha Stampa

Orientadora

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof^a. Marcia Regina Botão Gomes

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof. Roberto Vêras de Oliveira

Departamento de Ciências Sociais – UFPB

Rio de Janeiro, 29 abril de 2019.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Ana Caroline dos S. Gimenes Machado

Graduou-se em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2012. Participa do grupo de pesquisa Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (Trappus) do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Ficha Catalográfica

Machado, Ana Caroline dos S. Gimenes

“Tijolo com tijolo num desenho trágico” : condições de trabalho na construção civil após as demissões em massa no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) / Ana Caroline dos S. Gimenes Machado ; orientadora: Inez Terezinha Stampa. – 2019.

129 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2019.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Trabalho. 3. Trabalhadores da construção civil. 4. Condições de trabalho. 5. Comperj. I. Stampa, Inez Terezinha. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Agradecimentos

Ao meu amado Deus, por estar ao meu lado desde o início da minha caminhada, preenchendo meus espaços opacos com Sua luz e oferecendo a Sua paz que, por muitas vezes, ultrapassou todo o meu entendimento.

Ao meu marido e melhor amigo que caminhou ao meu lado desde os tempos do vestibular, pavimentando essa estrada com parceria, compreensão, incentivo, cuidado, respeito e muito amor.

Ao meu pai que, mesmo sem perceber, plantou em mim sementes de questionamentos críticos contra a sociedade hodierna. E à minha mãe, que sempre me cobriu com seus cuidados, suas orações e seu infinito amor.

À minha querida orientadora Inez Stampa que, generosa e dedicadamente, auxiliou-me na construção deste estudo, sempre empenhada em desenvolver e aprimorar os debates fomentados em minha produção.

Ao meu querido Márcio Brotto, que imprimiu em mim coragem para alcançar voos ainda mais altos, e que nos deixou tão cedo, com o coração cheio de saudades. Sua vida foi um espetáculo!

Aos meus queridos professores do mestrado, que desde a especialização compartilharam diligentemente seu conhecimento, construindo a mola propulsora para galgar novos cimos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

À FAPERJ pelo incentivo ofertado concedendo subsídios para esta trajetória.

À PUC-Rio e ao Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, pela atenção, zelo e gentileza.

Aos professores Márcia Botão e Roberto Vêras, que gentilmente aceitaram compor essa banca e pelas contribuições enriquecedoras para a construção deste trabalho, desde a qualificação do projeto de dissertação.

À minha amiga Érika Tolentino, presente mais especial que a PUC - Rio me ofertou desde a época da pós-graduação *lato sensu* e que se tornou minha revisora textual, incentivadora pessoal, e companhia leal para todos os momentos.

A todos os meus colegas de turma que agregaram minha vida acadêmica com suas experiências, conhecimentos e generosidade.

Aos trabalhadores desempregados do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, que gentilmente aceitaram participar desta pesquisa, expressando suas agruras, anseios e expectativas com tamanha coragem e emoção.

Ao Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Manutenção e Montagem Industrial de Itaboraí (Sintramon), e ao presidente do sindicato que sempre se mostrou disposto a colaborar com a pesquisa.

Ao analista financeiro responsável pela administração contratual de serviços, materiais e equipamentos de uma das primeiras obras realizadas no Comperj, que também passou pelo processo de demissões em massa e que muito cooperou com esta pesquisa.

A todos que, de alguma forma, contribuíram direta ou indiretamente para a elaboração deste estudo. Minha gratidão e o meu respeito!

Resumo

Machado, Ana Caroline dos S. Gímenes; Stampa, Inez Terezinha (orientadora). **“Tijolo com tijolo num desenho trágico”: condições de trabalho na construção civil após as demissões em massa no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj)**. Rio de Janeiro, 2019. 129p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação apresenta resultados da pesquisa sobre as condições de trabalho dos trabalhadores da construção civil do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj, que sofreram demissões em massa no período compreendido entre o final de 2014 e o início de 2015. A pesquisa se ateve a trazer elementos sobre as trajetórias ocupacionais desses trabalhadores, observando quais espaços laborais ocupavam antes de trabalhar no Comperj, e como vem se desenvolvendo o processo de realocação no mercado de trabalho desde a paralisação das obras no Complexo. Para a realização deste estudo, foram utilizados instrumentos de investigação como pesquisa bibliográfica, iniciada no projeto de pesquisa, busca por obras recentes sobre o tema nas plataformas, nos bancos de dados, repositórios de teses e dissertações, e, principalmente, por intermédio de entrevistas e observações realizadas no campo empírico da pesquisa. Os dados coletados e analisados sobre as repercussões do rompimento dos contratos com os trabalhadores do Comperj, bem como suas condições de trabalho atuais, revelaram a dificuldade em inserção em postos de trabalho formais dentro de áreas específicas do setor de construção civil e, por conseguinte, o aumento da informalidade e depreciação do preço de sua força de trabalho. A pesquisa mostrou, ainda, as estratégias criadas pelos trabalhadores para tentar driblar o desemprego e suas expectativas de contratação na retomada das obras do Comperj.

Palavras-chave: Trabalho; Trabalhadores da construção civil; Condições de trabalho; Comperj.

Abstract

Machado, Ana Caroline dos S. Gimenes; Stampa, Inez Terezinha (advisor). **"Brick by brick in a tragic design": working conditions in construction after mass layoffs at the Rio de Janeiro Petrochemical Complex (Comperj)**. Rio de Janeiro, 2019. 129p. Master Thesis – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation presents results of the research on the working conditions of the construction workers of the Rio de Janeiro Petrochemical Complex - Comperj, who suffered massive layoffs in the period between the end of 2014 and the beginning of 2015. The research to provide information about the occupational trajectories of these workers, observing which labor spaces they occupied before working in Comperj, and how the process of reallocation in the labor market has been developing since the work stoppage in the Complex. In order to carry out this study, we used research instruments such as bibliographic research, started in the research project, search for recent works on the subject in the platforms, in the data banks, repositories of theses and dissertations, and, mainly, through interviews and observations made in the empirical field of research. The data collected and analyzed on the repercussions of the rupture of the contracts with the workers of Comperj, as well as their current working conditions, revealed the difficulty in insertion in formal jobs within specific areas of the civil construction sector and, therefore, the increase in informality and the depreciation of the price of its labor force. The research also showed the strategies created by the workers to try to dribble the unemployment and their expectations of hiring in the resumption of the works of Comperj.

Keywords: Work; Construction workers; Work conditions. Comperj.

Sumário

1. Introdução	15
2. O Comperj e a crise que assola o país: notas sobre expressões da questão social no contexto contemporâneo	26
2.1. Conjuntura político-econômica brasileira atual	32
2.2. Transformações recentes no mundo do trabalho	42
3. Impactos da precarização do trabalho para os trabalhadores do Comperj	56
3.1. Interrupções nas obras, demissões em massa e falência de empreendimentos na região	56
3.2. A atuação do Sintramon em meio ao caos das demissões	64
3.3. "Cidade fantasma?" Considerações sobre o município de Itaboraí, sede do Complexo Petroquímico	75
4. Condições de trabalho dos trabalhadores desempregados do Comperj	87
4.1. O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro	87
4.2. Perfil dos trabalhadores da construção civil do Comperj	96
5. Considerações finais	111
6. Referências bibliográficas	117
Anexo 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	125
Anexo 2 - Roteiro de entrevista com os trabalhadores desempregados do Comperj	127
Anexo 3- Roteiro de entrevista com a liderança sindical	128
Anexo 4 - Roteiro de entrevista com analista financeiro responsável pela administração contratual de serviços, materiais e equipamentos de uma das primeiras obras realizadas no Comperj	129

Lista de siglas

ABESE - Associação Brasileira de Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança

ABIMAQ - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos

AID - Associação Internacional de Desenvolvimento

AMGI - Agência Multilateral de Garantia de Investimentos

APA - Área de Proteção Ambiental

BIRD Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BPC- Benefício de Prestação Continuada

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção

CCCJ - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

CDL - Câmara dos Dirigentes Lojistas

CEMPRE - Cadastro Central de Empresas

CENPES - Centro de Pesquisa da Petrobras

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CIRDI - Centro Internacional para Resolução de Controvérsias sobre Investimentos

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNI - Confederação Nacional da Indústria

CNPC - Corporação Nacional de Petróleo da China

CNS - Confederação Nacional dos Serviços

COMPERJ - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro

CONLESTE - Consórcio Intermunicipal do Leste Fluminense

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

EUA - Estados Unidos da América

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FMI - Fundo Monetário Internacional
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCID - Sistema de Indicadores de Cidadania
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
ISP - Instituto de Segurança Pública
ISPER - Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda
ISS - Impostos Sobre Serviços
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MPC - Modo de Produção Capitalista
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
MTPS - Ministério do Trabalho e Previdência Social
OEA - Organização dos Estados Americanos
OGU - Orçamento Geral da União
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PEC - Proposta de Emenda Constitucional
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A.
PIB - Produto Interno Bruto
PLR - Participação nos Lucros ou Resultados
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNADC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - trimestral
PT - Partido dos Trabalhadores
PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
QAV - Querosene de Aviação
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
REDUC - Refinaria Duque de Caxias
RIMA - Relatório de Impacto Ambiental
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SFI - Corporação Financeira Internacional

SINAPI - Índice Nacional da Construção Civil

SINARM - Sistema Nacional de Armas

SINDUSCON-SP - Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo

SINE - Sistema Nacional de Emprego

SINICON - Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada

SINTICOM - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Plano da Construção, Montagem e Manutenção Industrial de São Gonçalo, Itaboraí e Região

SINTRAMON - Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Manutenção e Montagem Industrial de Itaboraí

SPE - Skanska, Promon e Engevix

STF - Supremo Tribunal Federal

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TCU – Tribunal de Contas da União

TD – Trabalhador Desempregado

TEAG - Techint e Andrade Gutierrez

UCs - Unidades de Conservação

UDAV - Unidade de Destilação Atmosférica e à Vácuo

UHDT - Unidades de Hidrotratamento

UPA - Unidade Petroquímica Associada

UPB - Unidade de Produção de Petroquímicos Básicos

UPGN - Unidade de Processamento de Gás Natural

Lista de ilustrações

Figuras

Figura 1 - Trabalhadores demitidos do Comperj	62
Figura 2 - Ação do Sintramon com os trabalhadores do Comperj em 2015	67
Figura 3 - Trabalhadores desempregados recorrem ao sindicato em busca de uma vaga no Comperj	68
Figura 4 - Trabalhadores de empresa contratada para as obras do Comperj fazem caminhada até a sede da Petrobras, após bloqueio da Ponte Rio-Niterói	69
Figura 5 - Trabalhadores do Comperj lançam carta pública à população	71
Figura 6 - Cidade de Itaboraí/RJ	76
Figura 7 - Vista geral do Comperj	88
Figura 8 - Obras do gasoduto em 2018	95
Figura 9 - Trabalhadores fazem protesto na portaria do Comperj	108

Gráficos

Gráfico 1 - Trabalho e rendimento em Itaboraí/RJ	77
Gráfico 2 - Perfil do município de Itaboraí	82

Quadros

Quadro 1 - Taxa de Desocupação - Brasil - 2012/2019	46
Quadro 2 - Vínculos Empregatícios segundo Setor Econômico (2011/17)	58
Quadro 3 - Número de Empregos Formais em Itaboraí nos anos de 2016 e 2017	63
Quadro 4 - Relatório de Violência/ ISP – Município de Itaboraí – 2017/2018	84
Quadro 5 - Identificação dos trabalhadores entrevistados	97
Quadro 6 - Trajetória Ocupacional dos trabalhadores entrevistados	99

A todos os trabalhadores e trabalhadoras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro que foram destituídos de seus empregos, que tiveram suas expectativas furtadas e que ainda sonham com a possibilidade de retorno aos canteiros de obras do complexo.

A gente tem riquezas que outros países não têm. A gente tem petróleo, tem água à vontade, tudo fonte de renda pra gente. Uma empresa dessa que nem o Comperj era pra está funcionando. Aí fica fazendo o povo sofrer, a gente está sofrendo pelo desemprego, pela falta de competência dos nossos superiores que não têm consciência, e têm a ganância pelo dinheiro.
(TD4, 2018).

“Tijolo com tijolo num desenho trágico” é uma paródia da canção “Construção”, de Chico Buarque de Holanda, uma música que conta o dia a dia de um trabalhador da construção civil como se fosse uma máquina, alienado em seu próprio ambiente de trabalho. A referência do título desta dissertação à canção consiste na ênfase do perfil de trabalhadores abordados nesta pesquisa, por serem do setor da construção civil e seu trágico fim ser expresso pelo desemprego amargado por grande parte desses trabalhadores.

1. Introdução

A presente dissertação tem por objetivo analisar as implicações da paralização das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), junto aos trabalhadores da construção civil após as demissões em massa ocorridas a partir do segundo semestre de 2014. Neste sentido, o estudo traz elementos a partir da análise de suas trajetórias ocupacionais, destacando quais espaços laborais ocupavam antes de trabalhar no Comperj, e como vem se desenvolvendo o processo de realocação no mercado de trabalho desde a paralisação das obras no complexo.

O Complexo Petroquímico estava em construção quando suas obras foram interrompidas. Os trabalhadores terceirizados, que haviam sido contratados para trabalhar nas empresas que possuíam contrato com o Comperj, foram surpreendidos com o anúncio do processo de desmobilização. O processo vivenciado pelos trabalhadores do Comperj é um reflexo do cenário atual de crise brasileira, o qual, por sua vez, está articulado a uma crise que afeta a economia mundial desde o final dos anos de 1970, uma crise estrutural, que vem suscitando transformações no universo da classe trabalhadora.

Algumas especificidades da conjuntura neoliberal brasileira produziram novas expressões de uma questão social mais expandida e diversificada nesse contexto de crise. Segundo especialistas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹, o país vive a pior recessão desde 1948², em face da queda do Produto Interno Bruto (PIB) por dois anos seguidos – 2015 e 2016. O aumento do desemprego e a extensão do tempo médio para retornar ao mercado de trabalho formal corroboram para uma maior pauperização da população. Somam-se a isso vultosas discrepâncias de renda no país, o que provoca a desigualdade social imbricada na concentração de riqueza para uma parcela ínfima da população.

A ofensiva do capital instaurou o projeto neoliberal com seus planos de ajuste em diversas economias mundiais, assim como na economia brasileira,

¹ Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4890366/pib-do-brasil-cai-72-em-dois-anos-pior-recessao-desde-1948>, publicado em 07/03/2017, acessado em 17/01/2018.

² Antes de 1948 não havia medições do IBGE para a variação do Produto Interno Bruto (PIB) na economia. Desde então, o período atual se caracteriza por apresentar os resultados mais negativos na série histórica de contas nacionais.

que com a ampliação da dívida externa a juros flutuantes fortaleceu sua dependência financeira. O cenário da crise político-econômica brasileira que se apresenta atualmente não demonstra sinais de que seu prazo esteja prestes a expirar.

Vivem-se, neste contexto, mudanças significativas no interior da classe trabalhadora e no seu movimento sindical. Antunes (2018) sinaliza que há uma redução drástica dos empregos, e os que se mantêm empregados colecionam perdas em decorrência das configurações capitalistas atuais, dentre as quais podem se destacar o desmonte de muitos dos direitos conquistados ao longo das lutas travadas pela classe trabalhadora, precarização das relações trabalhistas, rebaixamento salarial, terceirização, aumento da informalidade e do trabalho intermitente, entre outras particularidades próprias da reestruturação produtiva.

Tendo em vista esse contexto, esta pesquisa se ateve em examinar como as demissões em massa afetaram os trabalhadores da construção civil do Complexo Petroquímico de Itaboraí/RJ (Comperj), compreendendo a importância em analisar as condições de trabalho atuais dos trabalhadores da construção civil após as demissões em massa no Comperj, no município de Itaboraí/RJ, sob o contexto atual de radicalização do neoliberalismo.

No que se refere aos trabalhadores da construção civil demitidos do Comperj, fez-se necessário conhecer suas trajetórias ocupacionais, observando quais espaços laborais ocupavam antes de trabalhar no Comperj, e quais são as ocupações em que se encontram (ou não) inseridos, analisando como vem se desenvolvendo o processo de realocação no mercado de trabalho desde a paralisação das obras no complexo, buscando também pontuar algumas das repercussões da suspensão das obras para o município de Itaboraí/RJ.

O Comperj foi anunciado em março de 2006 como o maior empreendimento petroquímico do Brasil e o quinto maior do mundo, com investimento inicial de U\$ 8,4 bilhões. Os postos de trabalho e investimentos realizados na região das instalações do complexo aqueceram, sobretudo, os setores de serviço, comércio e construção civil. As análises da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan, 2011) apontam que o setor da construção civil teve um crescimento ampliado, em virtude das atividades dos diversos empreendimentos que foram atraídos para a região pela construção do Complexo Petroquímico.

Suas obras foram interrompidas em virtude de mudanças no planejamento original do empreendimento - tendo reduzido a apenas uma o número de

construções de refino, queda do preço do petróleo em 2014 no mercado internacional, falhas no licenciamento ambiental, aumento de dívidas na Petrobras e superfaturamento nos contratos apurados pelo Tribunal de Contas da União em 2010.

A investigação (parcial e política – tendo em vista a forma como foram conduzidas as investigações, atribuindo ao Partido dos Trabalhadores a responsabilidade pela profusão da corrupção no país, impulsionada pela grande mídia) da Operação Lava-Jato³, na qual diversas empresas⁴ com contrato no Comperj estavam envolvidas, além de representar um desmonte do setor de petróleo no estado do Rio de Janeiro, visto que o mercado de petróleo representa mais de 30% do PIB fluminense⁵, impactou a economia brasileira como um todo, afetando austeramente os trabalhadores que prestavam serviço para a estatal.

Nesse sentido, dentre os mais prejudicados, encontram-se aqueles oriundos das camadas mais empobrecidas da sociedade, provenientes de outros estados (em sua maioria, nordestinos), expostos frequentemente ao “fantasma” do desemprego, submetidos às formas mais precárias de trabalho, que se deslocaram de zonas rurais para a cidade, vislumbrando o Comperj como a esperança de uma empregabilidade perene, durante o tempo estimado pela construção.

Indústrias e empresas que foram atraídas para a região em decorrência do anúncio da construção do complexo petroquímico, também foram afetadas com a suspensão das obras, produzindo falência de empreendimentos, frustração

³ De acordo com o Ministério Público Federal “a operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia. O nome do caso, ‘Lava Jato’, decorre do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas. Embora a investigação tenha avançado para outras organizações criminosas, o nome inicial se consagrou. No primeiro momento da investigação, desenvolvido a partir de março de 2014, perante a Justiça Federal em Curitiba, foram investigadas e processadas quatro organizações criminosas lideradas por doleiros, que são operadores do mercado paralelo de câmbio. Depois, o Ministério Público Federal recolheu provas de um imenso esquema criminoso de corrupção envolvendo a Petrobras. Nesse esquema, que dura pelo menos dez anos, grandes empreiteiras organizadas em cartel pagavam propina para altos executivos da estatal e outros agentes públicos. O valor da propina variava de 1% a 5% do montante total de contratos bilionários superfaturados. Esse suborno era distribuído por meio de operadores financeiros do esquema, incluindo doleiros investigados na primeira etapa. As investigações continuam tanto na 1ª instância quanto no Supremo Tribunal Federal”. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/entenda-o-caso>, acessado em 02/02/2019.

⁴ Dentre as quais: Andrade Gutierrez, Engevix Engenharia, Mendes Junior, Odebrecht, Galvão Engenharia, Queiroz Galvão, UTC Engenharia.

⁵ FIRJAN Petróleo. Ano I. 001. Outubro de 2017. Sistema FIRJAN. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908A8A5F2C010A015F5F22259D7775>, publicado em outubro de 2017, acessado em 27/10/2018.

das previsões otimistas em relação ao desenvolvimento do complexo e suas repercussões e um número elevado de desempregados no município de Itaboraí e arredores.

De acordo com a entrevista realizada com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Manutenção e Montagem Industrial de Itaboraí (Sintramon), o Comperj chegou a ter de 28 a 30 mil trabalhadores. As obras de montagem, geralmente, possuem uma rotatividade maior, tendo em vista que os trabalhadores da construção civil são contratados pelo tempo determinado para realizarem o serviço previsto. Entretanto, somente no mês de janeiro de 2015, ao retornarem do recesso de final de ano, 15 mil trabalhadores foram demitidos das obras do Comperj.

Com base nesses elementos, meu interesse inicial em pesquisar os desdobramentos da crise atual sobre os trabalhadores do Comperj é proveniente de minhas inquietações frente às repercussões da suspensão gradativa das obras do complexo petroquímico, que afetaram o município de Itaboraí e regiões ao redor. Devido à expectativa de expansão econômica da região, muitos empreendimentos foram atraídos para o município de Itaboraí. Isto significa que, bruscamente, um número expressivo de trabalhadores ficou desempregado no município e nas adjacências.

Com o intuito de lograr bom êxito financeiramente, a vinda de grandes indústrias e empresas para a região, estimuladas pelo Comperj, aqueceu a especulação imobiliária. Após ter averiguado com especialistas prognósticos otimistas da economia local, abri um empreendimento familiar de materiais de construção no município de Itaboraí, em 2010, vislumbrando as construções que viriam com o complexo petroquímico.

Durante esse período pude ver manifestações recorrentes dos trabalhadores do Comperj pleiteando reajuste salarial e melhorias das condições de trabalho⁶. Nesse contexto, assim como muitos outros empreendimentos na região, nossa empresa não resistiu à estagnação de inúmeras construções que vinham sendo realizadas no município, tendo sido encerrada em meio ao processo de desaceleração das obras de investimentos no Comperj.

⁶ Conforme a matéria publicada no jornal *O Globo*, em abril de 2012, “além do aumento do piso salarial e vale alimentação, sindicalistas apresentaram pautas diversas, como a melhoria da refeição servida por empreiteiras no canteiro de obras, fim da terceirização da Petrobras, aumento da participação nos lucros pelos trabalhadores e folgas de campo mais frequentes para funcionários que vieram de outros estados”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/piquete-fecha-acesso-de-trabalhadores-ao-comperj-4586136>, acessado em: 02/02/2019.

Concomitantemente, diversos investimentos realizados na região de Itaboraí foram interrompidos na metade de suas construções, bem como prédios e lojas comerciais foram esvaziados, além de imóveis, prejudicando os negócios imobiliários. O Complexo Petroquímico funcionava como uma espécie de catalisador de investimentos na região. Com a paralisação das obras, esses investimentos foram diretamente afetados.

O último levantamento da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) de Itaboraí, realizado nos últimos três anos, aponta que o comércio da cidade foi reduzido em mais de 40%, tendo mais de 700 lojas fechadas. O mercado imobiliário também foi afetado, chegando a 45% a diminuição no preço dos imóveis na região.

De acordo com o Sintramon, existem atualmente no município de Itaboraí cerca de 17 mil trabalhadores desempregados. Pode-se inferir que o número de trabalhadores desempregados no município está relacionado à suspensão das obras no Comperj e que estes trabalhadores, em grande parte, terceirizados, vincularam-se ao mercado de trabalho ainda mais precarizado, sem direitos e proteções, a fim de garantir sua subsistência e a de seus familiares.

Essa conjuntura caótica no município, o qual tem sido considerado como “fantasma” devido à quantidade de empreendimentos fechados, trouxe-me inquietação em analisar como se deu esse processo na vida dos trabalhadores que foram contratados para trabalhar no Complexo Petroquímico no setor da construção civil e que, posteriormente, foram bruscamente demitidos, visto que muitos vieram de outros estados em busca de trabalho.

Partindo do pressuposto de que as demissões em massa dos trabalhadores do Comperj foram decorrentes do acirramento da crise capitalista atual, associada à crise política e econômica por que passa o país e, em particular, o estado do Rio de Janeiro, esta pesquisa buscou verificar como foram afetadas as condições de trabalho dos operários da construção civil do Complexo, no município de Itaboraí/RJ, os quais tiveram seus direitos violados, como suspensão de pagamentos e salários atrasados, conforme relatou o próprio sindicato à página eletrônica do Petronotícias⁷.

Atualmente, com contornos expressivos de uma crise político-econômica no Brasil, não se pode realizar uma prospecção positiva para os próximos anos e seus desdobramentos ainda não são previsíveis. A ampliação do número de sujeitos sociais sem emprego reflete drasticamente em diversas áreas.

⁷ Ver em: <https://petronoticias.com.br/archives/79492>, publicado em: 27/01/2016, acessado em: 06/03/2018.

Em uma pesquisa de campo exploratória realizada no município de Itaboraí/RJ, em setembro de 2017, foi possível perceber a falta de articulação da Política de Assistência Social do município frente às demissões em massa ocorridas no Comperj. Não foi possível encontrar na Secretaria de Assistência Social de Itaboraí nenhum registro que identificasse o referenciamento dos trabalhadores nesta política pública. A invisibilidade – talvez despretenhosa ou condicionada, revela o desconhecimento dos reais impactos sofridos pela classe trabalhadora na conjuntura vivenciada no município.

O Estado, em vez de concentrar sua intervenção nesse quadro preocupante, possibilitando o aumento do acesso a empregos formais, ampliando investimentos nos gastos sociais, comprime os ganhos conquistados pela classe trabalhadora, enraíza as orientações neoliberais, reservando poucas intervenções assistencialistas para aqueles que possuem o *mérito da necessidade*.

Este contexto de retração financeira, de desresponsabilização do Estado frente às demandas sociais, de desregulamentação de direitos e de desemprego estrutural se reflete também no trabalho dos assistentes sociais. Raichelis (2010) assevera que:

O agravamento da *questão social* decorrente do processo de reestruturação produtiva e da adoção da programática neoliberal repercute no campo profissional, tanto nos sujeitos com os quais o Serviço Social trabalha — os usuários dos serviços sociais públicos — quanto no mercado de trabalho dos assistentes sociais que, como o conjunto dos trabalhadores, sofrem o impacto das metamorfoses que afetam o trabalho assalariado na contemporaneidade (p. 756).

Neste sentido, reafirma-se a importância de se conhecer a conjuntura atual para o profissional de Serviço Social que atua diretamente na viabilização dos direitos da população e seu acesso às políticas sociais. Matos (2015) afirma que os direitos da classe trabalhadora vêm sendo solapados e que essa é uma temática basilar para assistentes sociais, “uma vez que atendem à classe trabalhadora ao mesmo tempo que fazem parte dela” (p. 683).

Desponta, assim, cada vez mais, o acirramento das expressões da questão social, refletindo, por conseguinte, nas práticas sociais que incidem no processo de reprodução material da força de trabalho, onde se insere a experiência profissional dos assistentes sociais. O referido autor reflete que “o avanço da contrarreforma do Estado e da reestruturação produtiva na década atual do século XXI tem ‘aprimorado’ as suas ações, apresentando significativas consequências para a classe trabalhadora” (p. 688), o que repercute no trabalho de assistentes sociais.

Destarte, faz-se necessário enxergar a totalidade da situação apresentada nas demandas profissionais, com um posicionamento crítico, instituir conexões com as determinações históricas e estruturais, pesquisando a realidade, pensando coletivamente as intervenções e questionando o direcionamento político empregado na atuação profissional. Quando se desconhece o objeto de intervenção e não se reflete sobre qual dimensão ético-política se está atuando, o profissional de serviço social pode ser facilmente absorvido pela lógica institucional, engendrada na lógica capitalista.

Neste sentido, Santos (2012) aponta que a pesquisa “devidamente informada numa perspectiva ético-política e teórico-metodológica, é um instrumento essencial” (p. 248). Sendo assim, investigação, intervenção, pesquisa e ação, ciência e técnica não devem ser percebidas como dimensões desconectadas. Os espaços de debate sobre a prática profissional à luz de uma reflexão teórica possibilitam o surgimento de inquietações, reflexões e problematizações necessárias para uma atuação profissional mais consciente e consistente.

Justifica-se a relevância profissional da pesquisa aqui apresentada, visto que a atuação do assistente social face às questões produzidas na atual conjuntura deve produzir um esforço em desenvolver uma intervenção profissional que reflete criticamente sobre suas demandas, que pensa em estratégias com a participação da população usuária, que assume o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual” (CFESS, 1993), que não se conforma com uma atuação profissional que serve aos ditames institucionais e, sim, que se percebe enquanto classe trabalhadora e luta pelos interesses de sua própria classe.

Essa é uma questão teórica e política relevante, que merece atenção continuada. Desse modo, fez-se necessário examinar a conjuntura atual do município que foi amplamente afetado com a interrupção das obras no complexo. Alguns reflexos já são percebidos, como o enfraquecimento dos setores imobiliário e comercial da região, conforme já mencionado.

A questão do aumento da violência no município também aparece na pesquisa, ainda que sem maior relevo, por não ser o foco deste estudo. Dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) denotam que houve aumento, no ano de 2018, em relação ao ano de 2017, no Indicador Estratégico de Letalidade – somatório de homicídios dolosos por intervenção policial, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte, em Itaboraí. Há, ainda, ampliação das atividades

de milicianos nos bairros mais periféricos da cidade, os quais possuem o controle de venda de gás, assinaturas de TV e transportes alternativos.

Não obstante, em relação aos desdobramentos da atual crise sobre os trabalhadores do Comperj, existe pouca literatura especializada sobre a temática das demissões em massa dos trabalhadores do complexo e, em sua maior parte, é relativa a pesquisas realizadas até 2015 (Almeida, 2016; Incid, 2015; Lima, 2015; Neves, 2010).

Foi necessário, portanto, realizar uma aproximação a esta problemática com o intuito de desvelar as atuais condições de trabalho dos trabalhadores da construção civil do Comperj, visto que a dinâmica temporal se modifica constantemente, entrelaçando a análise da conjuntura capitalista atual com os dados obtidos.

Assim sendo, para a realização da pesquisa sobre as condições de vida e trabalho dos operários da construção civil do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, realizou-se um ensaio sobre conceitos e categorias relacionados à temática da pesquisa, com vistas a construir o referencial teórico para analisar os efeitos da conjuntura recessiva brasileira, na qual a atual crise se caracteriza como um reflexo das crises cíclicas do capital sobre aqueles que estavam dentro do circuito de produção e agora se encontram desempregados ou subempregados.

Segundo Martins (2013), a pesquisa é uma “atividade intelectual que investiga e desvenda, que cria o dado, que faz da informação bruta um dado sociológico e que transforma o dado em interpretação do dado” (p. 15). Tem-se, enquanto elementos de investigação e análise, categorias teóricas de historicidade, contradição, totalidade e trabalho, onde se pretendeu desvelar suas interconexões, interpretando o fenômeno do desemprego proveniente do recrudescimento das configurações próprias do sistema capitalista neoliberal.

O estudo dos fenômenos precisa ser relacionado com suas múltiplas determinações e transformações. De acordo com Boschetti (2009), “o princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo, significa que cada fenômeno pode ser compreendido como um momento do todo” (p. 7).

Para tanto, foi preciso o uso de instrumentos de investigação como pesquisa bibliográfica, buscando mapear a produção dos autores que tenho utilizado para o embasamento teórico e seguir acompanhando o movimento dos que vêm tratando da temática, suas discussões e elaborações atuais; busca de obras recentes nas plataformas, nos bancos de dados, repositórios de teses e

dissertações, entendendo a importância das reflexões e análises; continuidade da pesquisa de campo, como a que já vem sendo realizada desde o período de elaboração do projeto de dissertação para verificar a viabilidade da realização das entrevistas com trabalhadores e representantes do sindicato.

Em outra frente, a pesquisa documental, com exame de normas e legislação, de registros relativos à temática abordada, analisando o conteúdo de boletins produzidos pelos sindicatos dos trabalhadores do Comperj, bem como relatórios e dossiês sobre suas condições de vida e trabalho, ponderando em qual contexto os documentos foram produzidos, por quem, e por qual motivo.

Complementando a pesquisa bibliográfica e a documental, também foi utilizada a pesquisa em sítios da Internet e em jornais de grande circulação, buscando dados secundários de pesquisas já realizadas sobre o tema e sobre o contexto político-econômico do país, procurando situar o objeto de estudo com mais propriedade, preparando a análise dos dados primários e secundários.

Em relação aos dados primários, a entrevista foi o principal instrumento de coleta de dados para a pesquisa, a qual foi realizada com uma amostra não probabilística. Cabe ressaltar que “mais do que informantes, as pessoas às quais recorreremos para conhecer sociologicamente a sociedade que estudamos são nossos colaboradores, com sua visão vivencial e crítica” (Martins, 2013, p. 29).

Os sujeitos da pesquisa foram sete trabalhadores desempregados do Comperj, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Montagem e Manutenção Industrial do Município de Itaboraí (Sintramon) e o analista financeiro responsável pela administração contratual de serviços, materiais e equipamentos de uma das primeiras obras realizadas no Comperj⁸.

Os trabalhadores entrevistados são profissionais desempregados do setor da construção civil do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, com baixa escolaridade, com idades entre 39 e 66 anos, provenientes de outros estados brasileiros e, em sua maioria, não possuem bases familiares em Itaboraí, residindo no município e arredores por não conseguirem regressar para seus estados de origem.

Os relatos dos trabalhadores serão apresentados através de códigos alfanuméricos, com a finalidade de assegurar o sigilo quanto à identidade dos trabalhadores entrevistados. Por conseguinte, foi usada nesta dissertação a sigla

⁸ O entrevistado era funcionário da Promon Engenharia, que era uma das empresas que compunham o consórcio SPE (Skanska, Promon e Engevix), responsável pela construção da Udav - Unidade de Destilação Atmosférica e à Vácuo.

TD, a fim de representá-los, a qual corresponde a Trabalhador Desempregado. A numeração foi atribuída de acordo com a ordem das entrevistas realizadas.

Considera-se que para o desenvolvimento de uma pesquisa social a abordagem quantitativa e a qualitativa não são incompatíveis, havendo uma oposição complementar (Minayo, 1996). Neste sentido, as entrevistas foram realizadas de maneira semiestruturadas com os sujeitos da pesquisa, as quais foram gravadas e seguidamente transcritas, com a concordância dos entrevistados que participaram da pesquisa, tendo como base o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE adotado (ver anexo 1 desta dissertação). Este procedimento visou assegurar os aspectos éticos da pesquisa com seres humanos.

Os resultados deste estudo estão expostos nesta dissertação de mestrado, realizada junto ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Contudo, os resultados poderão ser socializados através de publicação, relatório final da pesquisa, de artigos científicos e de apresentações em congressos e seminários.

Para a consecução do estudo, no primeiro momento, foi realizada uma análise do desenvolvimento capitalista no contexto atual de radicalização do neoliberalismo e as formas de trabalho que daí vem derivando, com a finalidade de construir uma análise crítica da atual crise econômica e política que é pano de fundo para a paralisação das obras do Comperj e, por conseguinte, das demissões em massa dos trabalhadores da construção civil do complexo. Em seguida, foram observados em que conjuntura foi criado o Comperj, suas especificidades e metas, suas intempéries e seus efeitos para o município de Itaboraí, RJ.

Articuladas a essas problemáticas, foram analisadas as repercussões do rompimento dos contratos com os trabalhadores do Comperj, bem como suas condições de trabalho, quase quatro anos após a suspensão das obras. Neste sentido, fez-se necessário verificar em que postos de trabalho estão inseridos ou não, seus direitos trabalhistas, suas condições de salário, e segurança e saúde no trabalho.

Os resultados desta pesquisa estão organizados em cinco capítulos que se desdobram a partir desta introdução, a qual representa o primeiro capítulo, onde pôde ser tratado, laconicamente, o conteúdo a ser desenvolvido ao longo do estudo. Cabe ressaltar que os dados coletados, juntamente com o referencial teórico adotado, fundamentaram toda a sistematização desta reflexão.

No segundo capítulo, “O Comperj e a crise que assola o país: notas sobre expressões da questão social no contexto contemporâneo” realizou-se uma reflexão sobre a crise político-econômica atual que afeta o país, como uma expressão acirrada da questão social e que repercute, portanto, no Comperj. Foram abordados, ainda, os efeitos deletérios das atuais transformações no mundo do trabalho sobre a classe trabalhadora.

No terceiro capítulo são apresentados alguns “Impactos da precarização do trabalho para os trabalhadores do Comperj”, observando a atuação do principal sindicato dos trabalhadores da construção civil do Comperj, o Sintramon, em meio ao processo de demissões. Nesse capítulo, são realizadas também, algumas considerações sobre o município de Itaboraí, onde se encontra a sede do Complexo Petroquímico.

No quarto capítulo são analisadas as “Condições de trabalho dos trabalhadores desempregados do Comperj”. O capítulo versa sobre a caracterização do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, enfatizando o perfil dos trabalhadores que participaram desta pesquisa. Ressalte-se que a maior parte dos resultados obtidos por meio dos dados coletados, encontra-se nesse capítulo, embora norteiem todo o conteúdo do estudo realizado.

Por fim, as considerações finais, onde foram desenvolvidas recapitulações dos pontos basilares abordados ao longo do estudo, bem como algumas ponderações sobre os fenômenos observados e sobre conclusões obtidas através da pesquisa.

2.

O Comperj e a crise que assola o país: notas sobre expressões da questão social no contexto contemporâneo

Crises são essenciais para a reprodução do capitalismo.
David Harvey (2016, p.9)

De acordo com o momento histórico examinado, o capitalismo apresentará expressões da questão social com distintas especificidades, sendo estas inerentes ao modelo capitalista. Netto (2001) reflete que “diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’” (p. 157).

Discorrer sobre alguns efeitos das expressões da questão social na contemporaneidade nos imputa rever alguns conceitos que expressam sua concepção. Segundo Pastorini (2004, p. 96), “a ‘questão social’ tem sua gênese na forma como os homens se organizam para produzir numa determinada sociedade e num contexto histórico dado, e que essa organização tem suas expressões na esfera da reprodução social”.

A questão social expressa a nítida contradição do modo de produção capitalista, baseado na exploração do trabalho pelo capital. Montañó (2012, p. 280) afirma que “a ‘questão social’, como fenômeno próprio do Modo de Produção Capitalista, constitui-se da relação capital-trabalho a partir do processo produtivo, suas contradições de interesses e suas formas de enfrentamento e lutas de classes”. Iamamoto (2013, p. 330) pontua que a origem da questão social “encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização”.

Não obstante, Ianni (1989), numa análise histórico-social sobre o processo de formação da questão social no Brasil, chama a atenção para a presença de uma questão social na sociedade brasileira, ainda no longo período marcado pelo trabalho escravo, mas, sobretudo, na sua abolição, na emergência do trabalho livre. Ele argumenta que o escravo não dispunha nem de si próprio, ou seja, não era possível negociar-se a si mesmo para obter os meios de seu sustento, o que favorecia um solo fértil para a existência de uma inegável questão social.

Com a possibilidade da venda de sua força de trabalho, surgiram novas contradições, embates e uma possibilidade de negociação. De acordo com Silva (2013, p. 262), “a questão social, latente ou explícita, sempre esteve no centro das lutas sociais travadas no interior da sociedade brasileira”. A autora sinaliza que a questão social brasileira tem raízes ainda na fase colonial de sua formação, e caracteriza a sociedade brasileira “por traços do trabalho escravo, do extermínio da população indígena, do preconceito social e de domínios estamentais/patrimonialistas, conjugados ao domínio autoritário-corporativo” (p.268).

Neste sentido, poder-se-ia afirmar que possuímos distintos ingredientes no caldeirão histórico-político-econômico brasileiro para a criação da profunda crise que assola o país. O contexto de crise atual é fruto de uma crise engendrada no próprio modelo capitalista e que avança desde a década de 1970, trazendo contornos peculiares para o século XXI. Harvey (2011), analisando o cenário de países capitalistas, pondera que o neoliberalismo é incorporado nesse período como estratégia de enfrentamento da crise, legitimando “políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista” (p. 16).

A ofensiva do capital instaurou o projeto neoliberal com seus planos de ajuste em diversas economias mundiais, sobretudo na economia brasileira, que com a ampliação da dívida externa a juros flutuantes fortaleceu sua dependência financeira. Para os interesses deste estudo, faz-se necessário observar algumas especificidades da conjuntura brasileira que produziram novas expressões da questão social, agora mais expandida e diversificada nesse contexto de crise.

Grandes corporações financeiras mundiais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial⁹, empreenderam um conjunto de estratégias para recuperar as taxas de lucro perdidas com o fim do que Mandel

⁹ O Banco Mundial (*World Bank*) é considerado o maior e mais distinto banco do mundo. É uma instituição financeira internacional que financia empréstimos a países em desenvolvimento. Possui o status de observador no Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas (*United Nations Development Programme*) e em outros fóruns internacionais, como o G-20 financeiro (abreviatura para Grupo dos 20 - é um grupo constituído por ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia. Criado em 1999, após as consecutivas crises financeiras da década de 1990, objetivando auxiliar a negociação internacional. A sede do Banco Mundial encontra-se em Washington, D.C., EUA, e ele é parte do Grupo do Banco Mundial (*World Bank Group*), que é um grupo formado por cinco organizações internacionais (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird; Associação Internacional de Desenvolvimento - AID); Corporação Financeira Internacional - SFI; Agência Multilateral de Garantia de Investimentos - AMGI; e Centro Internacional para Resolução de Controvérsias sobre Investimentos – Cirdi), que realizam empréstimos expressivos a países em desenvolvimento. Conforme Valle e Leite (2018), “o Banco Mundial assume o papel de liderança política e intelectual do capitalismo globalizado, orquestrando a materialização do ajustamento estrutural no topo da agenda política internacional no universo financeiro/econômico. A hegemonia da cartilha do BM desenvolve-se em parceria com a de seu irmão gêmeo, também filho de Bretton Woods — o FMI —, que aplicava a mesma programática monetária, demarcando a tênue linha divisória existente entre essas duas organizações na referida década” (Valle; Leite, 2018, p.112).

(1990) denominou como: *onda longa expansiva* – a qual foi desfrutada nos países capitalistas desenvolvidos e financiada pelos países periféricos.

O advento do neoliberalismo, com o intuito de desbaratar a crise iniciada na década de 1970, acentuou a lógica destrutiva do capitalismo monopolista¹⁰, pois, a partir das medidas adotadas, podem-se perceber mudanças substantivas na gestão e organização do trabalho. Aqui, destacam-se as contrarreformas adotadas pelo Estado brasileiro a partir da década de 1990 e as ainda em curso¹¹.

Além do conteúdo econômico, – no qual se observa uma culpabilização¹² equivocada sobre a previdência social brasileira – está imbricado nessa crise o conteúdo político de disputa de interesses das classes sociais envolvidas. As soluções para costurar as roturas que o capitalismo tende a deixar no tecido social do Brasil têm sido cosidas através do rompimento de pactos sociais estabelecidos desde a década de 1940. A natureza contraditória do modelo capitalista, para acrescer sua acumulação, recria as condições responsáveis por potencializar suas contradições e fomentar suas crises.

O desenvolvimento econômico brasileiro alcançado a partir dos anos de 1950 com a industrialização e urbanização conduziu o Brasil aos níveis elevadíssimos de crescimento, sendo denominado o período do "milagre econômico". Entretanto, não obtivemos o nível de desenvolvimento social auferido pelas sociedades capitalistas centrais durante o período do modelo do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), nem tecemos uma economia em bases centralmente independentes.

De acordo com Netto (2007), foram os recursos absorvidos dos países periféricos que possibilitaram o financiamento do *Welfare State* pelas grandes burguesias dos países desenvolvidos. O autor analisa que se estabeleceu, historicamente, uma relação de exploração entre países centrais e os da periferia do capitalismo e que a dívida externa contraída por estes possibilitou a exportação de capital para àqueles.

¹⁰ Também denominado de capitalismo financeiro, busca maximizar os lucros por meio do controle dos mercados, ainda que ao custo do acirramento das contradições fundamentais do capitalismo associado a novas formas de antagonismos de classes. Corresponde a um tipo de economia em que o grande comércio e a grande indústria são controlados pelo poderio econômico dos bancos comerciais e outras instituições financeiras.

¹¹ Dentre as quais, serão abordadas ainda neste capítulo, as contrarreformas trabalhistas e da Previdência Social.

¹² O Estado, fortemente aliado com as frações burguesas da sociedade, atribui o momento de crise econômica brasileira à previdência social, afirmando que existe um "rombo" na previdência ocasionado pelo "excesso" de benefícios e aposentadorias, quando, na realidade, rotineiramente, sobejam-se os benefícios, renúncias e desonerações fiscais que o governo outorga às grandes empresas, especialmente aos grandes conglomerados industriais e financeiros, incluindo grandes grupos de mídia.

O esgotamento do crescimento econômico dos “trinta anos gloriosos”¹³, a partir dos anos de 1970 nos países capitalistas centrais, refletiu fortemente nas economias periféricas. As altas taxas de juros da dívida externa brasileira, por exemplo, impulsionaram o custeio da saída da crise por países desenvolvidos. Iamamoto (2013) salienta que, como respostas à crise:

As medidas modernizadoras anticrise, recomendadas aos países da periferia mundial, desde a década de noventa, pelos organismos multilaterais vêm redundando em uma recuperação das taxas de lucro e, simultaneamente, têm acentuado a desigualdade na maioria de nossos países (p. 327).

Os efeitos dos ajustes neoliberais sobre a classe trabalhadora foram desastrosos. Os programas de austeridade, supressão ou redimensionamento dos gastos públicos, principalmente os gastos sociais, juntamente com os processos de mercantilização e privatização, ampliaram as expressões da questão social (Behring, 2013). Os direitos pleiteados pelas classes subalternizadas e assegurados pela Constituição Federal de 1988 foram restringidos e, segundo Santos (2012), “refletem uma alteração de monta no padrão de proteção social que transita da cidadania regulada para algum grau de universalidade, do ponto de vista dos princípios legais” (p. 189).

Pastorini (2004) ressalta que alguns autores, equivocadamente, asseguram que estamos diante de uma “nova questão social” devido às novas configurações que a “questão social” assumiu a partir das transformações societárias ocorridas em decorrência do capitalismo contemporâneo, sobretudo, no último quartel do século XX. Entre eles, destaca Pierre Rosanvallon, em seu livro *La nueva cuestión social* (1995), no qual atribui a uma “nova questão social” o aumento do desemprego e do surgimento de novas formas de pobreza (Pastorini, 2004, p.16). Essa afirmativa pressupõe a superação (durante o período do *Welfare State*) de uma “antiga questão social”, na qual o pauperismo era sua expressão máxima.

No entanto, a pobreza e a desigualdade permaneceram como nítidas expressões da questão social, não sendo superadas as condições que a originam e encontram-se, juntamente com outras expressões, exponenciadas e diversificadas no contexto neoliberal. A “questão social” atual exhibe novas expressões em relação às anteriores e “as mudanças vividas nas últimas décadas estão relacionadas com as condições impostas pela “globalização” financeira” (Pastorini, 2004, p. 45). Conforme afirma Stampa (2012) a

¹³ Período em que houve crescimento econômico associado ao desenvolvimento social nos países capitalistas centrais, após a Segunda Guerra Mundial até o início dos anos de 1970, denominado de *Welfare State*.

manifestação mais nítida da questão social consiste na precarização social do trabalho e no desemprego, juntamente com a degradação das condições de vida e negligência do Estado com os serviços públicos e seu sucateamento.

Santos (2012) alerta que “as formas de trabalho mais instáveis e menos protegidas tendem a se ampliar, fazendo com que o medo de perder o emprego apareça novamente como a principal força disciplinadora do trabalho” (p. 197). A necessidade de se manterem nos espaços ocupacionais impele os trabalhadores a se submeterem a condições aviltantes de trabalho. Neste sentido, crescem postos de trabalhos precarizados, terceirizados, temporários, sem garantias e sem direitos trabalhistas.

O privilégio autorizado pelo governo para a instalação do capital estrangeiro no Brasil desde os “anos dourados” na década de 1950 possibilitou alta extração de lucro enviado para o exterior com o recurso do barateamento de mão de obra brasileira disponível. Isso aprofundou a dependência da economia nacional ao capital estrangeiro, visto que as multinacionais obtiveram o controle do setor industrial, avolumando a dívida externa.

Mota (2010) destaca que “os países periféricos têm se transformado em imensos reservatórios de força de trabalho barata e precária para as megacorporações transnacionais” (p. 123). O trabalhador, que se encontra fora do mercado de trabalho e sem meios de obter sua subsistência, é atraído pela oferta de emprego nas indústrias de capital estrangeiro, vislumbrando uma promissora oportunidade de vender sua força de trabalho em comparação com as ofertas de trabalho disponíveis no país.

O incentivo do Estado para atuação do capital estrangeiro no país tem sido marcante nos governos brasileiros, sobretudo nos anos de 1990. Neste sentido, destaca-se o posicionamento do governo e do então presidente da Petrobras, Pedro Parente¹⁴, em derrubar a política de conteúdo local e excluir as empresas nacionais da concorrência do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), privilegiando as empresas estrangeiras. A justificativa dada pela Petrobras para que as empresas brasileiras fossem excluídas da concorrência, no Comperj, era a de que estavam sendo investigadas na Operação Lava Jato.

Segundo o diretor executivo de Petróleo, Gás Natural, Bioenergia e Petroquímica da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e

¹⁴ Pedro Pullen Parente é engenheiro e administrador de empresas. No âmbito da administração pública federal participou dos governos de José Sarney (1985-1989), Fernando Collor de Mello (1990-1992), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e, por último, no governo de Michel Temer (2016-2018), enquanto presidente da Petrobras (maio 2016 - junho 2018).

Equipamentos (Abimaq), Alberto Machado Neto¹⁵, isso representa um contrassenso, pois 21 das 30 empresas estrangeiras convidadas a participar da concorrência do Comperj envolveram-se em casos de desvios e de ilegalidades nos últimos anos pelo mundo. O referido diretor afirma que não haveria impeditivos para a participação de outras empresas no empreendimento, ainda que de forma compartilhada, “fatiando” a obra, tendo em vista que o orçamento inicial do Comperj era de dois bilhões de reais.

Em março de 2018 a Petrobras e a empresa chinesa Shandong Kerui Petroleum assinaram contrato para a retomada das obras no Comperj. Contudo, segundo o Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Manutenção e Montagem Industrial de Itaboraí (Sintramon), a expectativa é que a retomada da construção da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) no complexo gere apenas cinco mil postos de trabalho, quando o número de desempregados é de cerca de 20 mil somente em Itaboraí, conforme os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

De acordo com o último levantamento realizado em 2017 pelo IBGE, existem aproximadamente 232.394 pessoas no município de Itaboraí, RJ. No levantamento realizado em 2015, o IBGE informou que havia somente 33.900 pessoas ocupadas, ou seja, apenas 14,59% do contingente populacional da região.

Cabe ressaltar que os postos de trabalho a serem gerados, possivelmente, não conseguirão abarcar o enorme contingente de trabalhadores desempregados no município e regiões vizinhas. Estes postos serão altamente disputados por um contingente expressivo e crescente de trabalhadores que vislumbram a retomada das obras como uma saída para o desemprego. Filas constantes de trabalhadores desempregados que se formam em frente ao Sintramon ratificam essa afirmativa, conforme relata o próprio sindicato.

Neste sentido, poder-se-ia afirmar que essa vagarosa retomada das obras no complexo petroquímico não representará a solução para o momento de crise que vive o município de Itaboraí, o qual é apenas um reflexo de uma crise muito maior que assola o estado do Rio de Janeiro e o país.

¹⁵ Artigo publicado pelo Jornal GGN em 05/02/2017. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/infraestrutura/governo-prejudica-petroquimicas-nacionais-com-discurso-fraco/>. Acessado em: 22/05/2018.

2.1. Conjuntura político-econômica brasileira atual

O capitalismo possui a capacidade de se reinventar nos momentos em que as crises se desenvolvem. Sua disposição em ressignificar suas instabilidades produz uma nova versão de si mesmo, intensificando ou criando novos mecanismos de exploração nos processos de circulação e acumulação do capital. Em sua análise sobre a crise estrutural do capital, Mészáros (2011) explica que o desenvolvimento capitalista conjuntural é perpassado por crises cíclicas periódicas. Contudo, no contexto hodierno, sob a hegemonia do capital financeiro, ela se apresenta de maneira estrutural, ainda que, associada às crises cíclicas capitalistas. Uma crise que permeia as três dimensões fundamentais do capital: tanto produção, consumo, como circulação/distribuição/realização.

Mészáros (2011) assegura que “a crise estrutural se faz valer *ativando os limites absolutos do capital como modo de reprodução social metabólica*” (Mészáros, 2011, p. 136). O autor afirma que essa crise em que estamos vivenciando – que decorre desde dos anos de 1970, e que se apresenta na conjuntura atual com novas roupagens – não é capaz de ser suplantada “nem mesmo com os muitos trilhões das operações de resgate dos Estados capitalistas” (p. 137), por ser uma crise que não está restrita apenas à dimensão econômica.

Estamos diante de uma crise que vem alcançando todas as esferas da sociedade, dentre as quais se destaca também a política. O presente cenário pode ser identificado pelo que Florestan Fernandes (1980) denominou de *contrarrevolução* a respeito do momento histórico pós-1964 no Brasil. O autor distingue o período como um momento em que a burguesia lutava pela sua própria sobrevivência e do sistema capitalista.

[...] não estamos diante de uma revolução, mas de uma contrarrevolução (que, além do mais, é largamente planejada e programada), a qual se autoproclamou uma revolução (já que teve poder político, militar e legal para ir mais longe, autodeterminando sua ‘legitimidade’). (Fernandes, 1980, p.155).

Macedo e Cerqueira (2012) apontam que o golpe de Estado impetrado naquele momento, sob a justificativa de uma “ameaça comunista”, encobria o receio do crescimento de setores das classes trabalhadoras que vinham granjeando espaço político. Guardadas as devidas peculiaridades hodiernas, a conjuntura atual possui algumas similitudes com o período histórico supracitado.

O processo de golpe vivenciado em 2016¹⁶ se desenvolveu num contexto aonde o Brasil vinha sofrendo com retração da economia, queda do preço do petróleo, inflação elevada (aumento significativo principalmente no preço de alimentos, habitação e transporte¹⁷), desemprego em grande escala, descontentamento popular, entre outras intempéries. A quebra de alianças entre os partidos do Partido dos Trabalhadores (PT) com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB – atual MDB - Movimento Democrático Brasileiro) impulsionou a oposição contra a ex-presidente Dilma Rousseff (2011-2016).

A ex-presidente Dilma Rousseff foi destituída da Presidência da República por ser acusada de editar seis decretos de abertura de crédito suplementar sem autorização do Congresso, e de utilizar bancos públicos para o custeio de programas de governo, ação denominada popularmente de “pedaladas fiscais”, a fim de diminuir déficits nas contas públicas, um costume trivial realizado em governos anteriores e posteriores.

Em um artigo publicado em maio de 2016 na página eletrônica do *Blog da Boitempo*, o sociólogo Michael Löwy afirmou que:

Podemos fazer muitas críticas a Dilma: ela não cumpriu as promessas de campanha e faz enormes concessões a banqueiros, industriais, latifundiários. Há um ano a esquerda política e social cobra uma mudança de política econômica e social. Mas a oligarquia de direito divino do Brasil – a elite capitalista financeira, industrial e agrícola – não se contenta mais com concessões: ela quer o poder todo. Não quer mais negociar, mas sim governar diretamente, com seus homens de confiança, e anular as poucas conquistas sociais dos últimos anos (Löwy, 2016¹⁸).

O autor elucida que se tratou de um golpe de Estado parlamentar, no qual as investidas cunhadas sobre a ex-presidente foram provenientes de políticos suspeitos de envolvimento em práticas nitidamente corruptas, mas que não estavam sendo investigados. As alianças formadas naquele momento convergiam na retirada do PT do governo para potencializar os interesses políticos e econômicos da oposição e sua tomada de governo.

É importante lembrar que os anos que sucederam a implantação do neoliberalismo no Brasil, na década de 1990, foram marcados por governos comprometidos com o aumento dos lucros para o capital. A despeito da

¹⁶ “Uma Presidente da República eleita de forma democrática foi destituída do cargo após um processo questionável, perpassado de complexas questões de ordem técnico-jurídica” (Cavalcanti; Venerio, 2017, p. 140). Os autores trazem à baila a discussão sobre o enquadramento da questão – “*impeachment* ou golpe?”, a qual ecoou ruidosamente por todo o país.

¹⁷ De acordo com o periódico Indicadores IBGE - Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor IPCA e INPC, divulgado em dezembro de 2015, a inflação oficial do país ficou em 0,96% em dezembro, encerrando o ano de 2015 em 10,67%, sendo a maior taxa desde 2002.

¹⁸ Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/17/michael-lowy-o-golpe-de-estado-de-2016-no-brasil/> Acessado em: 13/01/2019.

continuidade com a política econômica neoliberal que já vinha sendo aplicada no Brasil com Collor e Fernando Henrique Cardoso, o governo PT voltou suas ações para as camadas mais empobrecidas do país através de programas sociais, e promoveu uma política de valorização do salário mínimo.

Os governos petistas¹⁹ foram os que mais se aproximaram do social-liberalismo, conforme aponta Antunes (2018), “ao implantar uma política policlassista fortemente conciliadora, preservando e ampliando os grandes interesses das frações burguesas” (p. 267). Houve, então, um acordo entre os governos democráticos e aqueles que preservavam a liberdade empresarial.

Dentre as questões que estabeleceram distinção nos governos do PT, como os investimentos no setor público, a política econômica, sobretudo, a política externa, o autor ressalta que, a inclusão de programas sociais direcionados para os que mais necessitavam de uma intervenção do Estado merece relevo. Por mais homeopáticas que possam parecer, essas ações impactaram significativamente a população mais empobrecida, suscitando desconforto nas frações dominantes.

Löwy (2016) recupera que existe um paralelo entre a tragédia de 1964 e a farsa de 2016, o qual seria o ódio à democracia, visto que, em ambos os golpes de estado, pode-se perceber a intensa aversão das classes dominantes brasileiras pela democracia e pela vontade popular.

Segundo Antunes (2018) para auferir o respaldo legal para o golpe mais recente, apelaram “tanto à judicialização da política quanto à politização da justiça. Sempre com o apoio das grandes corporações midiáticas [...]” (p. 268). A grande mídia, com sua capacidade dramaturga de exibir seus noticiários (ou o seu apoio político?), incentivou manifestantes a irem às ruas, a fim de evidenciar seu descontentamento “patriótico”.

¹⁹ Em 2003 o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse após dois mandatos seguidos de Fernando Henrique Cardoso. Sua reeleição, em 2006, veio acompanhada de estratégias de ampliação de alianças políticas, fortalecendo-se com investimentos ainda maiores nas políticas sociais, a fim de garantir sua governabilidade e recuperar sua credibilidade abalada com o escândalo de corrupção denominado “mensalão” em 2005. Em 2011, a ex-presidente Dilma Rousseff assume, dando continuidade a política de governo do ex-presidente Lula. O cenário era de recessão econômica mundial, a qual, conjuntamente, alcançou a economia brasileira, desencadeando, apesar das medidas adotadas, uma crise política em seu governo. O ano de 2013 foi notabilizado pelas grandes manifestações nas ruas e por “uma onda grevista de grande amplitude” (Antunes, 2018, p. 284). Não obstante, Dilma foi reeleita em 2014 em uma disputa muito apertada, onde alcançou 51,64% dos votos válidos contra 48,36% do candidato Aécio Neves. Nesse período, vieram à tona casos de desvio e lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobras, grandes empreiteiras e políticos de diversos partidos, descobertos pela Operação Lava Jato. O PT foi ligado diretamente aos esquemas, no entanto diversos partidos da base aliada e até da oposição tiveram participação.

Debord (1997) já havia afirmado que quando se constitui uma relação social entre pessoas mediada por imagens, tem-se o espetáculo de fenômenos aparentes. Na sociedade do espetáculo a verdade real não tem valor, o que vale são as verdades ilusórias, as versões instituídas ou, nos termos de Marilena Chauí (2006), o *discurso competente*.

Importante destacar o protagonismo do Poder Judiciário, em especial do então juiz federal Sérgio Moro, durante a investigação da Operação Lava a Jato. Moro, recentemente, vem sendo “devidamente recompensado” no atual governo (o qual será abordado mais adiante) ao assumir o Ministério da Justiça e Segurança Pública no mandato do presidente da República em exercício Jair Bolsonaro. Cavalcanti e Venerio (2017) sinalizam que o Poder Judiciário desempenhou um papel significativo para a desestabilização política do governo Dilma Rousseff:

Não se pode ter uma compreensão exata dos acontecimentos relacionados com a destituição da Presidente da República sem fazer referência à participação do Poder Judiciário no encadeamento dos fatos, com destaque especial para a sua atuação no contexto da Operação Lava Jato, ora na 13ª Vara de Curitiba, ora nas mãos do Ministro relator do STF. A Lava Jato deu sequência ao processo de intervenção do Judiciário na política nacional – por meio da criminalização seletiva dos mecanismos usuais de financiamento de campanhas políticas vigentes no País (o popular “caixa 2”) –, iniciado em 2005 no contexto do denominado “escândalo do mensalão” (Cavalcanti; Venerio, 2017, p.144).

Os autores construíram uma análise sob como se desenvolve um golpe de Estado elencando paralelos com a situação vivenciada pela então presidente Dilma Rousseff. Eles afirmam que do ponto de vista político foi um golpe, apesar de não deixar de ser um *impeachment* do ponto de vista jurídico. De acordo com os autores,

O instituto do impeachment, presente em nosso ordenamento jurídico, foi utilizado como mecanismo *ad hoc* para dar um voto de desconfiança ao governo de Dilma Rousseff. Como o Brasil não é uma república parlamentarista, tem-se como incabível a destituição sem imputação de crime de responsabilidade, o que está na essência do voto de desconfiança. Aí está a grave violação da Constituição da República Federativa do Brasil – o golpe (p. 146).

Essa afirmativa foi embasada pelos autores após terem realizado uma análise cronológica dos fatos ocorridos naquele período que antecederam o governo do então vice-presidente Michel Temer. Utilizaram o conceito de golpe de estado de Barbé (1998 apud Bobbio et al., 1998), da obra Dicionário de Política, para analisar as características de golpe de Estado presentes no episódio de 2016, dentre as quais se destacam as seguintes: por ser uma técnica da direita para apropriar-se do poder político; habitualmente o golpe de Estado é realizado por órgãos do próprio Estado, e nesse sentido cabe ressaltar

o papel fundamental do vice-presidente Michel Temer e o apoio do Congresso em todo o processo; houve mudança de liderança política; e foram notórios episódios de manifestações políticas e sociais contra o governo, açulados pelas grandes corporações de imprensa.

Em suma, objetivou-se com esse ato restringir o espaço democrático, priorizando um Estado ainda mais funcional para o mercado, para o grande capital, o qual se apropriou desse momento de aprofundamento de crise (que possui profundas conexões com crises internacionais) para justificar uma desregulamentação crescente dos direitos trabalhistas.

Nesse contexto, o Brasil adentrou num período de radicalização do neoliberalismo, com o governo de Michel Temer caracterizado por sucessivas privatizações de estatais, defesa intransigente dos interesses das classes dominantes e destruição dos direitos do trabalho, conforme demonstra Antunes (2018), o qual denominou essa nova fase de *contrarrevolução preventiva*.

Desse modo, as frações burguesas tomaram o poder através de um golpe engenhosamente arquitetado, com o intuito de evitar a interferência ou contestação das classes populares no *status quo*, as quais, nos governos do PT, tiveram uma relevância maior em comparação com os governos anteriores.

Em seu documento de programa de governo “*Uma ponte para o futuro*”, Michel Temer deixa claro que sua preocupação central era com a crise fiscal, com a rigidez do orçamento e com o crescimento econômico. Para tanto, propõe privatizações, ressaltando a importância de realizar concessões na área do petróleo; a prevalência do *negociado* sobre o *legislado*; e a flexibilização das relações de trabalho, com a Reforma Trabalhista e a Lei da Terceirização total. Concessões à iniciativa privada de aeroportos, rodovias, parques ecológicos parecem estar cada vez mais presentes no cotidiano brasileiro.

O “bem-estar” do povo ficaria a critério dos avanços econômicos, acreditando-se que o desenvolvimento econômico fosse capaz por si só de gerar o desenvolvimento social. (Cavalcanti; Venerio, 2017). Os autores advertem que o crescimento da economia alcança apenas quem já se encontra em uma posição elevada, não sendo a solução para a brutal problemática da desigualdade social, na qual o Brasil permanece entre os primeiros países no ranking mundial.

De acordo com o Banco Mundial, em sua página eletrônica *The World Bank*²⁰, entre 2003 e 2013, o Brasil viveu uma década de progresso econômico e

²⁰ Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview>, acessado em: 30/01/2019.

social em que mais de 26 milhões de pessoas saíram da pobreza. Neste sentido, o Banco Mundial ressalta que restaurar a sustentabilidade fiscal é o desafio econômico mais urgente para o Brasil, e assegura que para transpor a *dinâmica da dívida insustentável*, é imprescindível que o governo aplique medidas como a Emenda Constitucional 95/2016, a qual restringe o aumento da despesa pública.

Em razão disso, recomenda-se, conforme o Banco Mundial, uma reforma abrangente da seguridade social para conter o aumento projetado para o “déficit da previdência”. Com esse discurso, a *Proposta de Emenda Constitucional do Teto dos Gastos* (PEC 241/16) foi aprovada, gerando assim a Emenda Constitucional 95/2016, que limita por 20 anos os gastos públicos, promulgada em dezembro de 2016.

Através de um austero mecanismo de controle de gastos sociais, ficou instituído o novo regime fiscal no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, que estará em vigência por vinte exercícios financeiros, nos termos dos artigos 107 a 114 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Estabeleceu-se que, a partir de 2018, as despesas federais poderiam aumentar apenas conforme a inflação acumulada segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com o intuito de formar superávits primários para pagamento de juros e amortização da dívida pública.

Desta forma, para cada exercício financeiro haverá limites diferenciados para as despesas primárias do aparelho público do Estado e os serviços públicos utilizados pela sociedade. Em suma, o que se pretende com esta Emenda Constitucional é que nos próximos 20 anos não haja ampliação dos investimentos utilizados para a garantia de direitos sociais, o que tende a provocar um agravamento progressivo das já precárias condições de vida da população mais empobrecida. Congelar o investimento em saúde, assistência e educação, caracteriza-se por ser uma grave violação dos direitos humanos.

No governo atual, do presidente Jair Bolsonaro – considerado de extrema direita até mesmo pela imprensa internacional – percebe-se a continuidade das políticas presentes no governo Temer, sendo o centro das medidas voltado para a área econômica, a qual terá como estratégias fundamentais privatizar e enxugar a máquina pública, acreditando ser este o “Caminho da Prosperidade²¹”.

²¹ Proposta de Plano de Governo do presidente Jair Bolsonaro apresentada durante sua candidatura à Presidência da República em 2018, na qual defendia o liberalismo econômico, o expurgo do “marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo”, “tolerância ZERO com o crime”, afirmando que “o problema é o legado do PT de ineficiência e corrupção”, e que em seu governo as Forças Armadas terão papel primordial no combate ao crime organizado. O documento inclui também a necessidade de expurgar a ideologia de Paulo Freire, bem como o enaltecimento do ensino à distância, ressaltando que um dos maiores males atuais é a “forte doutrinação”.

Nesse sentido, com expectativa de um amplo crescimento econômico, já são esperados o leilão de 12 aeroportos e 10 terminais portuários, além da extinção de 21 mil funções comissionadas e gratificações. Ressalte-se que novos concursos públicos não serão realizados, com a exceção de que haja uma necessidade comprovada (e aprovada) pela administração pública. O governo também aspira viabilizar o leilão do petróleo excedente previsto no acordo de exploração do pré-sal. Além disso, a Reforma da Previdência permanece na pauta de governo, aguardando votações na Câmara dos Deputados²².

O economista Alejandro Werner, diretor do Hemisfério Ocidental do Fundo Monetário Internacional (FMI) enalteceu a agenda de reformas proposta pelo governo de Jair Bolsonaro no Brasil, especialmente a da Previdência Social. A instituição exaltou ainda a rapidez com que tem sido conduzido o processo de abertura da economia do Brasil e seus prováveis efeitos na taxa de investimento em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

Não há dúvidas de que o atual governo irá dismantelar ainda mais os direitos que já vinham sendo vilipendiados ao longo dos anos, principalmente no governo de Michel Temer. Seu compromisso não está voltado para a classe trabalhadora, e sim para os interesses do capital e seus representantes. Ancorado na figura quase messiânica, sacra, encouraçado de uma roupagem (dita) incorruptível, Jair Bolsonaro não oculta sua face autoritária, misógina, xenofóbica e homofóbica.

Na votação do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, ele homenageou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, um conhecido torturador da ditadura militar que cometia inúmeras atrocidades. Durante sua candidatura ridicularizou claramente a defesa dos direitos humanos e, em seus discursos, demonstra despreparo e desconhecimento. Ainda assim, teve grande apoio de distintas classes sociais, as quais o defendiam impetuosamente, sobretudo nas redes sociais – *lócus* onde sua campanha política se espalhou com maior relevo.

Bolsonaro ressaltou também, durante sua campanha política, que irá possibilitar a cada “cidadão de bem” defender sua sagrada família dos vis marginais, que outrora eram protegidos por governos de doutrinação ideológica

Propõe também facilitar o comércio internacional, a redução de muitas alíquotas de importação e das barreiras não tarifárias, em paralelo com a constituição de novos acordos bilaterais internacionais. Esses e outros impropérios estão disponíveis em: https://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf, acessado em: 28/01/2019.

²² Trata-se da Proposta de Emenda à Constituição nº 6 de 2019 - Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192459>, acessado em: 20/03/2019.

marxista. Em janeiro de 2019, assinou um decreto²³ que facilita o direito à posse de armas de fogo em casa ou no local de trabalho (contanto que o possuidor da arma seja o responsável legal pelo estabelecimento). O decreto prevê ainda que o prazo de validade do registro da arma passe de cinco anos para dez anos.

Em dezembro de 2018, foi publicada uma matéria na página eletrônica do jornal *El País* que revelava o crescimento no mercado de clubes de tiro, tendo em vista a proposta de Jair Bolsonaro em flexibilizar a posse e o porte de armas ao assumir o governo. De acordo com a publicação, em relato, um proprietário de clube de tiro afirmou que a procura por cursos de tiro (um pré-requisito para a concessão do registro) aumentou “mais de 100%” em 2018²⁴.

A violência urbana aquece o mercado de segurança, pois o medo estimula a economia, visto que esta investe em sistemas de segurança eletrônica, condomínios fechados, blindagem de automóveis, guardas privados, entre outros, levando o Brasil a patamares de liderança no mercado de segurança privada da América Latina, mesmo em períodos de crise. A sociedade capitalista cria mecanismos lucrativos de convivência com essa realidade, uma vez que vislumbra, neste cenário caótico, uma oportunidade de investimento no setor de segurança particular.

Aqueles que não se encontram inseridos no mercado de trabalho por vias formais também são extremamente importantes para a economia. Portanto,

Como será possível falar em excluídos, “apartados”, pessoas que estão “fora” etc., se elas estão, por vias transversas, “integradas” ao sistema econômico? Dito de outra forma: qual o sentido de falar em duas ordens de realidade, dos “incluídos” e dos “excluídos”, se ambas são produzidas por um mesmo processo econômico, que de um lado produz riqueza e, do outro, miséria? E, mais que isso, se a miséria assim produzida se torna, ao que tudo indica, funcional para a acumulação de riquezas no polo oposto? (Oliveira, 1997, p.6).

Segundo Oliveira (1997), os excluídos do processo produtivo no Brasil seriam as pessoas em situação de rua, os catadores de lixo, os desempregados das periferias, muitos convertidos em delinquentes, os miseráveis, que não estão inseridos no circuito produtivo, uma vez que o desemprego seria o principal causador dessa exclusão. Para o autor, “o primeiro elemento que desponta na

²³ Trata-se do Decreto nº 9.685, de 15 de janeiro de 2019 - Altera o Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-9685-15-janeiro-2019-787625-norma-pe.html>, acessado em: 20/03/2019.

²⁴ El País, 19 dez 2018 - Clube de tiro e despachante já lucram com política armamentista de Bolsonaro. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/18/politica/1545150409_376316.html, acessado em: 20/03/2019.

sua constituição é o fato de serem pessoas sem inserção no mundo normal do trabalho” (p. 3).

Muitos dos sujeitos que pertencem à classe trabalhadora, visto que dependem da venda da sua força de trabalho para obter sua subsistência, não poderão nem causar pressão ou despertar competitividade nos trabalhadores que estão empregados, pois, na condição em que vivem, dificilmente irão se inserir novamente no mercado de trabalho formal e, por despossuírem qualificação profissional, não oferecem ameaça alguma aos que estão empregados.

Ainda assim, a sociedade capitalista se adapta a essa realidade e encontra outro meio de fazê-los lucrativos sem estes precisarem estar dentro do processo de produção. Mesmo estando totalmente fora do mercado de trabalho, impulsionam a economia à medida que inspiram medo e insegurança, pois muitos, por não proverem seu sustento por meios formais, vagueiam pelas ruas em busca de algum meio de sobrevivência.

Neste contexto, esses sujeitos sociais, postos à margem da sociedade, são vistos como uma oportunidade de lucro para o mercado de segurança privada. O incentivo à busca pela segurança por meios próprios acaba sendo uma prática cada vez mais cotidiana, sobretudo no atual governo do presidente Bolsonaro.

Crescem as vendas de itens de segurança pessoal e patrimonial, equipamentos eletrônicos que asseguram proteção em automóveis, empresas, casas, condomínios, como câmeras, detectores de metais, blindagens, cercas elétricas, alarmes, entre outros. Conforme já dito, o Brasil está em patamares de liderança no mercado de segurança privada na América Latina, segundo a Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre o setor nas Américas, tráfegando na contramão da atual crise financeira.

De acordo com a *Security Segurança e Serviços*, um estudo sobre segurança privada revelou crescimento do setor no Brasil. O setor de segurança privada emprega 700 mil trabalhadores formalizados, ultrapassando o contingente do exército brasileiro. Em razão de sua diversidade, auferiu anualmente 50 bilhões de reais, com projeção de aumento até 16% em 2019²⁵.

A estimativa da presidente da Associação Brasileira de Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança (Abese), Selma Migliori, é de que existam um milhão de câmeras espalhadas pelo Rio de Janeiro – uma para cada cinco

²⁵ Disponível em: <https://www.sousecurity.com.br/blog/estudo-sobre-seguranca-privada-detecta-crescimento-do-setor>, publicado em: 11/10/2018, acessado em: 28/01/2019.

ou sete habitantes, conforme uma matéria do jornal *O Globo*²⁶, publicada em maio deste ano. E 4.200 câmeras públicas e de concessionárias vistas do centro da Secretaria de Segurança, fomentando um “big brother” carioca. Já são formadas parcerias público-privadas que visam um monitoramento maior das ruas, casas, condomínios e empresas, como a “Associação Comunitária Bairro Seguro” na Barra, Recreio e bairros vizinhos, e, a “Sociedade Mais Segura” entre a Central e a Lapa.

Paralelamente, órgãos de segurança pública realizam às escuras a segurança de propriedades privadas – estabelecimentos comerciais e residenciais, mesmo sendo proibidos de atuar nessas instâncias sem um mandado, chamado de emergência ou convite – sendo remunerados por este serviço.

Publicada em abril de 2016 pela página eletrônica do jornal *O Globo*²⁷, uma matéria divulgou que, por meio de empresas de segurança, policiais se ofereciam para remover moradores de rua de algumas vias de Copacabana. De acordo com a notícia, moradores do bairro observaram nos arredores o aumento repentino da população de rua, com grupo de até 15 pessoas. Em seguida, policiais vinculados a empresas de segurança passaram a assediar síndicos e comerciantes, oferecendo seus serviços de segurança por cerca de R\$ 900,00 mensais, garantindo que, assim, qualquer “condomínio ficaria livre de pedintes ou mendigos”.

Dentro deste contexto, pode-se dizer que a população atemorizada, é influenciada pelo discurso de aumento da criminalidade, incitada a investir em segurança privada, proporcionando um aquecimento neste setor da economia. A este respeito, Netto (2012, p.12) enfatiza que:

[...] a repressão estatal se generaliza sobre as “classes perigosas”, ao mesmo tempo em que avulta a utilização das “empresas de segurança” e de “vigilância” privadas - assim como a produção industrial, de alta tecnologia, vinculada a esses “novos negócios” (e não se esqueça do processo de privatização dos estabelecimentos penais).

O discurso que culpabiliza as classes subalternizadas por sua pobreza e naturaliza sua condição social é difundido indubitavelmente. A propensão a naturalizar a questão social é seguida da conversão de suas expressões em objeto de manifestações de violência aos sujeitos pauperizados através da força

²⁶ “O ‘big brother’ carioca. Cidade tem um milhão de câmeras particulares, e setor privado inicia parcerias com o poder público”. Matéria impressa no jornal *O Globo* publicada em 28/05/2017.

²⁷ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/por-meio-de-empresas-de-seguranca-policiais-se-oferecem-para-remover-moradores-de-rua-19063604>, publicado em 12/04/2016, acessado em 12/06/2017.

coercitiva do Estado. A violência, enquanto uma particularidade sócio-histórica brasileira é vinculada a um processo de criminalização que atinge as camadas subalternizadas, sujeitas à repressão.

A violência urbana é uma expressão da questão social, fruto da ausência do Estado na implementação de políticas sociais, na retração dos recursos destinados à educação e saúde, por exemplo,²⁸ tende a sobressair, principalmente nos grandes centros urbanos, locais onde se concentra um número cada vez maior de sujeitos em busca de inserção no mercado de trabalho.

Sob essa conjuntura, o ministro da Justiça, Sérgio Moro, apresentou, em fevereiro de 2019, um projeto de lei que concede liberdade de execução sumária por parte do Estado por meio de violência policial daqueles que podem inspirar “medo, surpresa ou violenta emoção” em serviço, o que significa que um policial poderá ter o direito de livre licença para matar quem ele mesmo considerar perigo em potencial, violando, assim, gravemente, os direitos humanos²⁹.

Sob essas circunstâncias, torna-se mais distante prever um cenário favorável para a classe trabalhadora. Antes, contudo, percebe-se que crescem os entraves imperativos a serem enfrentados. Entre as mudanças que vêm ocorrendo no interior da classe trabalhadora, destacar-se-ão algumas a seguir que incidem vorazmente sobre aqueles que só possuem sua força de trabalho como forma de conseguir manter sua sobrevivência na conjuntura atual.

2.2. Transformações recentes no mundo do trabalho

Expressivas transformações sofridas dentro da esfera da produção vêm afetando fortemente a classe trabalhadora e seu movimento sindical. Isso se intensifica em países com histórica e profunda desigualdade social como o Brasil. Antunes e Druck (2014) analisam que o trabalho contratado e regulamentado, predominante no século XX, vem sendo substituído por diferentes formas de terceirização, precarização e informalidade, e que esta tem deixado de ser exceção para se tornar regra.

²⁸ Como é o caso da Emenda Constitucional 95/2016 que prevê o congelamento dos gastos sociais até 2036.

²⁹ O projeto anticrime de Moro em sua essência é inconstitucional. A reforma do art. 23 do Código Penal, introduzindo expresse dispositivo prevendo (§1º) que malgrado os agentes policiais possam responder por excessos, (§2º) que “O juiz poderá reduzir a pena até a metade ou deixar de aplicá-la se o excesso decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção”. O poder político é deslocado da esfera democrática em que opera o legislador para a discricionariedade do magistrado. O projeto de Moro despreza a proteção ao mais alto bem jurídico, a vida.

Importante lembrar que no Modo de Produção Capitalista (MPC), o aumento da riqueza determina o aumento da pobreza. Segundo Montañó (2012), “no MPC não é o precário desenvolvimento, mas o *próprio desenvolvimento* que gera desigualdade e pobreza” (p. 279). Com os avanços tecnológicos e a troca cada vez mais crescente do trabalho vivo pelo trabalho morto, ou seja, das pessoas pelas máquinas, muitas atividades laborativas se tornaram dispensáveis, obsoletas e, até mesmo, inexistentes.

Harvey (2016) analisa que a inovação tecnológica apesar de ter sido um caminho para a retração de crises capitalistas, possibilitou outros entraves, como a automação na década de 1980 que resultou na desindustrialização. Ao ponderar à luz da ótica estadunidense, exemplifica que empresas como a General Motors, a qual, em 1960, costumava empregar trabalhadores sindicalizados que percebiam bons salários, foram substituídas por outras como o *Walmart*, que possui grande parte de sua mão de obra não sindicalizada, mal paga, e que tem sido uma das maiores empregadoras dos Estados Unidos. Assim, “a mudança tecnológica nunca é indolor, e o custo e a dor que produzem não são uniformemente repartidos” (Harvey, 2016, p.99).

Um contingente expressivo de trabalhadores é conduzido ao desemprego, por não conseguirem mais se inserir no mercado de trabalho formal, visto que o trabalho que antes executavam, agora é realizado por maquinários que os substituem, em menor tempo, com maior produtividade, não sendo, assim, mais assimiláveis por este processo.

Destarte, em sua busca pela reprodução de capital, as empresas tendem a investir mais em *capital constante* e menos em *capital variável*³⁰, o que leva ao aumento da composição orgânica do capital e à diminuição da taxa de lucro. O desemprego, derivado deste maior investimento em *capital constante* em detrimento do *capital variável*, torna mais dificultoso aos capitalistas obter a mais-valia.

A maioria da população mundial está se tornando descartável e irrelevante do ponto de vista do capital, o que ampliará progressivamente a dependência da circulação de formas fictícias de capital e construções fetichistas de valor centradas na forma-dinheiro e no sistema de crédito. Como é de se esperar, alguns segmentos da população são considerados mais descartáveis do que outros, assim mulheres e negros arcam com maior parte do fardo e provavelmente arcarão ainda mais num futuro próximo (Harvey, 2016, p.109).

³⁰ À luz de Marx, entende-se capital variável como a parte do capital (salários) empregado na força de trabalho, o qual se amplia em meio ao processo de trabalho, criando a mais-valia. Já o capital constante é a parte do capital investido nos meios de produção (máquinas, instalações, matérias primas e instrumentos), no qual o valor desloca-se para o produto finalizado, a mercadoria.

No entanto, como o capital é uma relação social eivada de contradições, cabe lembrar Maranhão (2010), que reflete que o amplo quantitativo de trabalhadores excedentes é essencial para a reprodução atual do capital. Segundo o autor, o processo denominado e analisado por Karl Marx de “acumulação primitiva ou originária” (p. 98) produziu uma enorme oferta de força de trabalho.

Com a desapropriação de terras, ferramentas de trabalho e meios de produção, o desenvolvimento das indústrias atraiu um expressivo contingente de trabalhadores do campo para os centros urbanos em busca de obter seus meios de subsistência, gerando uma *superpopulação relativa* de trabalhadores como “um inesgotável reservatório de força de trabalho” (Maranhão, 2010, p.99). O autor afirma que o processo de expansão mundial da superpopulação relativa, que se deu concomitantemente ao processo de mundialização financeira, resultou na obtenção de superlucros, por meio dos baixos salários praticados pelo grande número de trabalhadores desocupados no mercado.

Essa população empobrecida, que não está inserida no mercado formal de trabalho e que já se tornou supérflua com os avanços tecnológicos, possibilita a ampliação da exploração dos trabalhadores ocupados, reduz seus salários e exerce uma pressão sobre a organização política desses trabalhadores formais, visto que se veem compelidos a abrir mão da luta política em detrimento de seus empregos. Assim, aqueles que não se encontram inseridos no mercado de trabalho por vias formais também são extremamente importantes para a economia.

Nessa conjuntura, muitas empresas reduzem o quantitativo de funcionários para economizar gastos. No modo de acumulação flexível, predomina o tipo de “empresa enxuta” que consegue aumentar sua produtividade mantendo um número menor de funcionários (Antunes; Druck, 2014). Esses cortes no *capital variável* têm se tornado cada vez mais recorrentes e o tempo para se realocar no mercado de trabalho vem se expandindo devido à ampla concorrência.

Segundo Maranhão (2010), houve um aumento no tempo médio da procura por trabalho, ou seja, “o mundo industrializado se caracteriza cada vez mais pelo desemprego de longa duração” (p.94). Esse crescimento abrupto do desemprego acirrou ainda mais a desigualdade de renda no país.

Ressalte-se que a atual conjuntura brasileira é marcada pela “informalidade”³¹ e o desemprego oculto pelo trabalho precário, os quais vêm se

³¹ Informalidade é aqui utilizada para fazer referência aos trabalhadores “sem carteira assinada”.

ampliando cada vez mais. “Os ‘sem-emprego’, grupo constituído pelos desempregados e pelos trabalhadores informais, são hoje a maioria dos trabalhadores brasileiros” (Druck, 2013, p.65).

A autora, em sua crítica sobre a precarização social do trabalho no Brasil, afirma que a situação que melhor demonstra a fragilização que afeta o mundo do trabalho é o desemprego, que “deixa de ser uma condição provisória e transforma-se numa situação de longo prazo ou mesmo permanente” (p 62). A precarização, de acordo com Antunes e Druck (2014), “passa a ser o centro da dinâmica do capitalismo flexível” (p. 13).

Antunes (2018) aponta que “se até a década de 1980 o traço distintivo da economia brasileira se encontrava na forte expansão industrial, nas últimas décadas o setor terciário vem registrando aumento na sua posição relativa em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)” (p. 119). Entretanto, o fenômeno da “terciarização”, que é a expansão do setor terciário da economia no país, teve uma significativa queda no cenário econômico atual.

Este segmento está relacionado à prestação de serviços, dentre os quais, serviços considerados não essenciais, que tendem a ser cortados nos períodos das crises cíclicas do capital. Os trabalhadores absorvidos pelo setor terciário da economia tendem a sentir os primeiros reflexos de crises econômicas. “Com a redução do emprego e da atividade econômica, a demanda interna diminui”, aponta o presidente da Confederação Nacional dos Serviços (CNS), Luigi Nese³².

A taxa de desocupação no país foi de 12,0%, no trimestre móvel encerrado em janeiro de 2019, conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³³. O índice subiu 0,3 ponto percentual em relação ao trimestre de agosto a outubro de 2018 (11,7%). Isso representa 12,7 milhões de desempregados no Brasil. Representa um crescimento 2,6% (mais 318 mil pessoas) a mais que o trimestre de agosto a outubro de 2018.

Com base em dados do IBGE, a taxa de “população ocupada” diminuiu 0,4%, o que significa menos 354 mil pessoas ocupadas em relação ao trimestre de agosto a outubro de 2018.

³² Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/setor-de-servicos-volta-a-crescer-e-ajuda-na-recuperacao-da-economia.ghtml>, publicado em: 01/09/2017, acessado em 01/12/2017.

³³ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23865-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-0-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-24-3-no-trimestre-encerrado-em-janeiro-de-2019>, publicado em 27/02/2019, acessado em 10/03/2019.

Quadro 1
Taxa de Desocupação - Brasil - 2012/2019

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
nov-dez-jan		7,2	6,4	6,8	9,5	12,6	12,2	12,0
dez-jan-fev		7,7	6,8	7,4	10,2	13,2	12,6	
jan-fev-mar	7,9	8,0	7,2	7,9	10,9	13,7	13,1	
fev-mar-abr	7,8	7,8	7,1	8,0	11,2	13,6	12,9	
mar-abr-mai	7,6	7,6	7,0	8,1	11,2	13,3	12,7	
abr-mai-jun	7,5	7,4	6,8	8,3	11,3	13,0	12,4	
mai-jun-jul	7,4	7,3	6,9	8,6	11,6	12,8	12,3	
jun-jul-ago	7,3	7,1	6,9	8,7	11,8	12,6	12,1	
jul-ago-set	7,1	6,9	6,8	8,9	11,8	12,4	11,9	
ago-set-out	6,9	6,7	6,6	8,9	11,8	12,2	11,7	
set-out-nov	6,8	6,5	6,5	9,0	11,9	12,0	11,6	
out-nov-dez	6,9	6,2	6,5	9,0	12,0	11,8	11,6	

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
Nota: Somente os dados hachurados são comparáveis.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - trimestral (PnadC), divulgada pelo IBGE, no período compreendido entre 2014 a 2017, o Rio de Janeiro apresentou o segundo maior aumento no número de desocupados (157%) no país, passando de 494 mil em 2014, para 1,2 milhão de pessoas sem trabalho em 2017. O desemprego cresceu no estado devido à diminuição de vagas, sobretudo, na indústria (-19%), na construção civil (-13,8%) e nos serviços (-8,4%).

No primeiro trimestre de 2018, o IBGE divulgou que houve diminuição de postos de trabalho na indústria (327 mil pessoas), na construção civil (389 mil pessoas) e no comércio (396 mil pessoas). Segundo o coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE à época, Cimar Azeredo, essas significativas quedas no setor de construção se deram em decorrência da paralisação de várias obras e de grandes investimentos³⁴.

Cabe ressaltar que não se pode assegurar uma absoluta credibilidade desses dados, uma vez que a imprecisão estatística pode favorecer determinados grupos intencionalmente. Netto (2007), ao apresentar dados de

³⁴ Disponível em:
<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2018/04/27/desemprego-pnad-ibge.htm>, publicado em 27/04/2018, acessado em 25/05/2018.

uma pesquisa sobre distribuição de renda, salienta que esses indicadores são controversos.

Em se tratando de pesquisas referentes ao desemprego no Brasil, poder-se-ia inferir que diversas categorias de subempregos são desconsideradas, assim como trabalhos precarizados podem ser contabilizados como espaços laborativos ocupados. Nesse sentido, o quantitativo de desemprego oculto pode ser ainda maior.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) trimestral divulgada pela Agência de Notícias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no trimestre encerrado em janeiro de 2019³⁵, a taxa de subutilização da força de trabalho (que agrega, segundo o IBGE, “os desocupados, os subocupados por insuficiência de horas e a força de trabalho potencial”) foi de 24,3%, o que se constitui em 27,5 milhões de pessoas. Esse saldo aumentou em comparação ao mesmo trimestre móvel do ano anterior (23,9%), e houve aumento de 0,4 ponto percentual.

Essa mesma pesquisa divulgou que o contingente de “desalentados”, alcançou 4,7 milhões de pessoas, subindo 6,7% em relação ao mesmo trimestre móvel do ano anterior (4,4 milhões), sendo o maior contingente de “desalentados” da série histórica da Pnad Contínua, que começou em 2012. O IBGE define “desalentados” como parte da força de trabalho potencial, englobando as pessoas que estavam fora do circuito produtivo por não conseguirem trabalho, ou por não terem experiência/ qualificação, ou porque eram muito jovens ou idosas, ou ainda, por não encontrarem trabalho na localidade em que residiam. O conceito é também utilizado para se referir aos trabalhadores que desistiram de procurar emprego.

Maranhão (2010) elucida que, se por um lado, houve a ampliação da ciência, da tecnologia e da riqueza, por outro, observa-se o crescimento da desigualdade social, da pobreza e da miséria, o que denota, segundo o autor, um paradoxo. O desenvolvimento econômico alcançado através dos planos de ajuste não significou redução da desigualdade social para a população.

Conforme cresce a inserção de mecanismos tecnológicos para o crescimento de lucros, cresce o número de pessoas desnecessárias ao processo de acumulação capitalista. Santos (2012) ratifica essa afirmação, ao ponderar que “o desenvolvimento tecnológico se torna determinante do desemprego”

³⁵Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23865-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-0-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-24-3-no-trimestre-encerrado-em-janeiro-de-2019>, publicado em 27/02/2019, acessado em 10/03/2019.

(p.27), uma vez que a quantidade de horas na produção tende a diminuir, tornando dispensáveis outros trabalhadores.

Os efeitos dos ajustes neoliberais sobre a classe trabalhadora tem sido desastrosos. Os programas de austeridade, supressão ou redimensionamento dos gastos públicos, principalmente os gastos sociais, juntamente com os processos de mercantilização e privatização, ampliaram as expressões da questão social (Behring, 2013). O que é corroborado por Lole e Stampa (2018):

[...] a redução/congelamento dos gastos com políticas sociais e o maior redirecionamento do fundo público aos interesses do capital; o retorno ao primeiro damismo e a intenção de deslocamento da política de assistência social para o campo do não direito; a indicação das contrarreformas da previdência social, da educação e do trabalho; a destruição da universalidade e gratuidade do Sistema Único de Saúde (SUS); entre outras atrocidades (p.10).

As autoras ressaltam que a conjuntura atual brasileira tem sido permeada por esses retrocessos, os quais se têm somado ao aumento do desemprego e exacerbação da exploração da força de trabalho.

Nesse contexto de reestruturação produtiva³⁶, onde a acumulação flexível é quem “dita as ordens”, as relações trabalhistas se tornaram mais fragilizadas, muitos dos direitos conquistados foram desregulamentados, houve crescimento do desemprego e, com isso, do agravamento da pobreza. Conforme Mota (2010), “as transformações ocorridas nos processos e nas relações de trabalho afetaram profundamente a composição e a prática político-organizativa dos trabalhadores” (p.41). Deste modo, a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais (Antunes, 2011).

Mészáros (2011), em suas análises sobre o aprofundamento da crise estrutural do capital, alerta que o desemprego reverbera também para um quantitativo significativo de trabalhadores *altamente qualificados*, assegurando que a crise estrutural incide sobre a “*totalidade da força de trabalho da sociedade*” (p.69). Observando os trabalhadores franceses, Linhart (2014) chama a atenção para uma forma de precarização que afeta até mesmo os trabalhadores estáveis, uma precariedade subjetiva que se traduz na ausência de segurança no trabalho e que influi drasticamente na vida do trabalhador.

Apesar de ter um emprego formal, teoricamente estável, o trabalhador sente a necessidade de justificar constantemente a vaga que ocupa, provocando medo, ansiedade e insegurança, o que pode adoecer o trabalhador. Essa problemática, contudo, é muitas vezes individualizada, ao culpabilizar o

³⁶ Configura-se por ser um processo utilizado como uma estratégia para enfrentamento da crise do capital iniciada nos anos de 1970, por meio da reorganização do processo de produção de mercadorias, visando à recuperação da taxa de lucro.

trabalhador, perdendo a dimensão coletiva necessária para a formulação de respostas.

Santos (2012) alerta que “as formas de trabalho mais instáveis e menos protegidas tendem a se ampliar, fazendo com que o medo de perder o emprego apareça novamente como a principal força disciplinadora do trabalho” (p.197). A necessidade de se manterem nos espaços ocupacionais, impele os trabalhadores a se submeterem a condições aviltantes de trabalho. Neste sentido, crescem postos de trabalhos precarizados, terceirizados, temporários, sem garantias e sem direitos trabalhistas.

Conforme já mencionado anteriormente, um conjunto de medidas vem sendo adotadas para garantir a “submissão” dos trabalhadores aos ditames da acumulação capitalista ao redor do mundo. No Brasil, além da contrarreforma trabalhista, destaca-se a questão previdenciária.

A proposta da reforma da previdência – Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 6/2019, que altera o sistema de previdência social, constitui regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências, foi enviada ao Congresso Nacional pelo presidente Jair Bolsonaro e está aguardando designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), mas deverá passar por votações no Congresso ainda neste semestre segundo calendário anunciado pelo presidente da Câmara Federal. A reforma prevê, entre outras, mudanças na idade mínima de aposentadoria, no tempo mínimo de contribuição e no cálculo da aposentadoria, diminuição no valor dos benefícios previdenciários, aumentando a idade mínima para o recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC)³⁷.

De acordo com a publicação do site *Previdência Simples*³⁸, em março de 2019, a PEC da Reforma da Previdência de 2019 tem sido uma das temáticas abordadas no Brasil com maior relevância, recentemente. Isso se justifica por ser uma questão que irá interferir na vida de toda a classe trabalhadora brasileira, especialmente, os que ainda não se aposentaram. Os trabalhadores que estão

³⁶ A reforma da previdência 2019 não prevê alterações apenas nos benefícios previdenciários. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), é a garantia de um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de dois anos), que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. Para ter direito, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja menor que 1/4 do salário-mínimo vigente. As pessoas com deficiência também precisam passar por avaliação médica e social realizadas por profissionais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Por se tratar de um benefício assistencial, não é necessário ter contribuído ao INSS para ter direito a ele. No entanto, este benefício não paga 13º salário e não deixa pensão por morte.

³⁸ Disponível em <https://previdenciasimples.com/reforma-da-previdencia-2019/>, acessado em 24/03/2019.

perto de se aposentar ficam receosos com as modificações, visto que, preocupam-se em ter que trabalhar por muitos mais anos, a fim de auferir sua aposentadoria, período no qual o trabalhador necessitaria obter até mesmo, uma renda maior, tendo em vista o acréscimo dos gastos com remédios e cuidados com a saúde de uma forma geral.

Ressalte-se que, já foi emitida através de medida provisória uma minirreforma da previdência, modificando vários benefícios do INSS, sobretudo, o salário maternidade e o auxílio reclusão. O texto da PEC exposto pelo governo Bolsonaro demonstra que haverá uma grande alteração nos regimes de aposentadoria, principalmente, a aposentadoria por tempo de contribuição.

Caso seja aprovada, o trabalhador contribuinte necessitará de uma idade mínima para se aposentar que, conforme o texto, será de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres. Nesse sentido, a aposentadoria por tempo de contribuição deixaria de existir, sendo compulsória ter uma idade mínima para qualquer trabalhador que queira se aposentar no Brasil, se a proposta da reforma for aprovada.

Outra questão a ser observada que, também poderá ser alterada com a reforma da previdência, será a regra para o cálculo do valor da aposentadoria. Para poder receber o salário de benefício de forma integral, isto é, 100% da média das contribuições, serão imprescindíveis 40 anos de contribuição, conforme a proposta da reforma exposta.

Apesar da reforma previdenciária ainda não ter sido aprovada, poder-se-ia afirmar que algumas questões necessitam ser advertidas, visto que, na proposta apresentada pelo governo Bolsonaro, a intenção é instituir no Brasil um sistema de aposentadorias nos arquétipos do sistema do Chile. O sistema seguido no Chile é denominado sistema de capitalização, no qual todo trabalhador realiza contribuições para uma conta individual.

Nesse modelo de capitalização, as contribuições são administradas por fundos privados, que buscam investir o dinheiro no mercado financeiro, com a finalidade de obter uma melhor rentabilidade. Conforme a proposta, esse sistema seria, inteiramente, apenas para aqueles que ainda não entraram no mercado de trabalho. Para os trabalhadores que já contribuem, sem possuir os critérios para a aposentadoria, permanecerá a valer um sistema de repartição simples.

Outrossim, a aposentadoria de trabalhadores rurais e professores, os quais possuem há tempos diminuição de idade, deverão ter uma idade mínima de 60 anos, alterando o que tem vigorado para a mulher trabalhadora rural, que se

aposenta com 55 anos. Ademais, ambos os sexos terão que efetuar obrigatoriamente uma contribuição mensal a ser estabelecida por uma Lei complementar.

Os professores, que independentemente da idade, possuem hoje a exigência legal de 25 anos de magistério para a aposentadoria, só poderão se aposentar com 60 anos ou mais, podendo ser o tempo de contribuição o mínimo de 30 anos, para homem e mulher, se a Reforma da Previdência em 2019 for aprovada.

O limite gradual na acumulação entre aposentadorias e pensões se manifestará de maneira que não seja possível acumular integralmente pensão por morte com a aposentadoria. Haverá, portanto, um desconto progressivo, a ser definido posteriormente, em um dos benefícios caso sejam acumulados.

Percebe-se claramente a intenção do governo, atendendo a interesses do capitalismo financeiro, sobretudo, em apostar na capitalização da previdência, medida que fará com que o dinheiro das contas individuais seja administrado por empresas privadas, que podem investir no mercado financeiro.

Modelo já adotado pelo Chile, onde a reforma foi implementada em 1981, sendo um dos primeiros países a estabelecer o regime de capitalização, no governo do ditador Augusto Pinochet. Lá, cada trabalhador faz a própria poupança, que é depositada em uma conta individual, em vez de ir para um fundo coletivo. Enquanto fica guardado, o dinheiro é administrado por empresas privadas, que podem investir no mercado financeiro.

Assim, os banqueiros ficam com lucros desses investimentos. Trinta e oito anos depois, porém, o país vive uma situação insustentável: o baixo valor recebido pelos aposentados. Atualmente, todos os trabalhadores chilenos são obrigados a depositar ao menos 10% do salário por no mínimo 20 anos para se aposentar, sendo a idade mínima para mulheres é 60 e para homens, 65. Não obstante, não há contribuições dos empregadores ou do Estado.

Essas medidas provocaram inúmeros problemas para a população chilena, o que tem impelido o governo a rever essas alterações. Caso seja aprovada a PEC apresentada pelo governo, os trabalhadores sofrerão mais um duro golpe, ficando sem perspectiva de ter uma aposentadoria. A perspectiva, inclusive, é de trabalhar até a morte.

Além dessas duras alterações, as já implantadas e as que estão por vir, para aqueles que pertencem à *classe-que-vive-do-trabalho* (Antunes, 2011),

cabe ressaltar que entrou em vigor, em novembro de 2017, a Lei nº 13.467³⁹, de 13 de julho de 2017. Com mais de cem pontos de mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dentre as quais se podem elencar: a jornada de trabalho intermitente, remuneração de acordo com horas trabalhadas, negociação do tempo de descanso do trabalhador, pagamento das custas de processos de ações trabalhistas e permissão de mulheres grávidas e lactantes em ambientes de trabalho considerados insalubres.

Soma-se a isso a chamada Lei da Terceirização (Lei nº 13.429/17), que permite a terceirização de qualquer atividade nas empresas, com prejuízo dos benefícios trabalhistas e aumento de tempo do trabalho temporário. Lole e Stampa (2018) afirmam que a lei supracitada revela a imagem de um trabalhador “invisível, abstrato, sem identidade própria em seu ambiente laboral, sem plano de carreira, que não incorpora conhecimento técnico, que no quadro atual não tem condições de evoluir profissionalmente e materialmente” (p.11).

Este cenário de desregulamentação dos direitos conquistados, de precarização do trabalho e de flexibilização das relações trabalhistas corroboram para fragmentação da classe trabalhadora e enfraquecimento do movimento sindical. A terceirização reflete na sindicalização dos trabalhadores, visto que, aumenta a dificuldade de sindicalizar os terceirizados (estando estes cada vez mais fragmentados, segmentados, apartados), e sendo boa parte do sindicalismo de terceirizados de caráter patronal (com discursos e ações que favorecem empresas e não os trabalhadores).

Em entrevista com a liderança sindical dos trabalhadores do Comperj, perguntou-se a respeito de como tem se dado a relação do sindicato com os trabalhadores atuais do Comperj, o qual afirmou que:

A gente sabe que a nossa condição hoje é totalmente desfavorável, o cenário hoje é outro, não temos condições de fazer, até porque com essa reforma trabalhista teve aquela questão do imposto sindical que deixou de ser obrigatória e passou a ser facultativa, e por mais que a gente seja um sindicato atuante, mas você sabe que se você deixar o trabalhador escolher alguma coisa, ele vai querer de graça, e de graça você não consegue nada (Presidente do Sintramon).

A respeito do imposto sindical, desde 2017, com a Reforma Trabalhista, tornou-se facultativa a contribuição sindical dos trabalhadores e das empresas, dos quais não são mais exigidos o equivalente a um dia de trabalho por ano para o sindicato que representa a categoria profissional.

³⁹ Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

Em entrevista realizada com um trabalhador demitido do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro durante o processo de demissões em massa, pôde-se perceber que a perda da força política sindical possibilita a desarticulação entre os trabalhadores:

A gente sempre ficou do lado do sindicato, desde o começo do Comperj, só que o sindicato agora não tem força pra pedir uma vaga pra gente lá, o sindicato está sem força. Mudou os planos do governo, o Temer entrou aí e arreventou todo mundo, e aí o sindicato perdeu a força. Nós fazíamos toda semana reunião, toda semana, toda semana. Mas depois que entrou o Temer aí no governo e mudou as leis trabalhistas, aí o sindicato não fez mais reunião com a gente aqui (TD6, 2018).

O trabalhador que antes sentia confiança em lutar por seus direitos, hoje se vê intimidado frente às mudanças nas legislações trabalhistas, as quais têm implicações diretas para o trabalhador terceirizado do setor da construção civil. De acordo com uma pesquisa realizada pela Sondagem Especial Terceirização realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 2016⁴⁰, aproximadamente 63,1% das empresas industriais (transformação, extrativa e construção) utilizam serviços terceirizados. E dentre as empresas que utilizam serviços terceirizados, 84% planejam manter ou aumentar a utilização desse tipo de serviço nos próximos anos.

A publicação supracitada consiste em justificar a necessidade das empresas na utilização de serviços terceirizados, alegando que a diminuição de custos de produção seria a razão basilar para se terceirizar. Assim, a terceirização é vista como fundamental ou indispensável à manutenção da competitividade entre as empresas. Contudo, revela a existência de insegurança jurídica como a maior dificuldade enfrentada por quem contrata serviços terceirizados, chegando ao percentual de 72,4% das empresas da indústria da construção.

Ainda nessa publicação, foram enumerados os principais obstáculos à terceirização, além da insegurança jurídica/possíveis passivos trabalhistas, a qualidade menor que a esperada, os custos maiores que o esperado, a fiscalização trabalhista, o excesso de rotatividade, o aumento de risco no processo produtivo, a falta de oferta de serviço, a oposição dos sindicatos, a perda de motivação do pessoal interno, oposição do pessoal interno, entre outros.

Com a Lei da Terceirização, Lei nº 13.429/2017, as empresas podem contar com a terceirização de maneira ampla e irrestrita, sendo possível

⁴⁰ Cf. Sondagem Especial 68 - Indicadores CNI, Ano 18, Número 1, março de 2017. Disponível em: https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/0d/f8/0df86911-4c29-4daa-877c-37409063d3d1/sondespecial_terceirizacao_marco2017.pdf, acessado em 24/01/2019.

terceirizar todas as suas atividades, suprimindo a distinção entre atividades fim e meio. A empresa poderá contratar outra para a execução das atividades, em vez de contratar diretamente o trabalhador. Nesse sentido, deixa-se de ter uma relação bilateral, para se ter uma relação trilateral.

O setor da construção civil é permeado por esse modelo, no qual o trabalhador é chamado para executar os serviços para uma construtora, porém será contratado e pago por uma empreiteira. E essa empreiteira pode ainda terceirizar este trabalhador de outra empresa, o que caracteriza uma quarteirização (“terceirização dos terceirizados”).

A princípio, a terceirização sobrevinha comumente nos setores com baixa qualificação, entretanto, hodiernamente, essa categoria de contratação de trabalho tem se estendido a outros setores com maior qualificação. Ademais, existe uma enorme rotatividade desses trabalhadores que podem ter os contratos de trabalho de forma temporária, podendo ser de até 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias, o que possibilita a demissão de funcionários que não atinjam os padrões de eficiência exigidos pelo mercado. Essa ampliação da rotatividade e instabilidade no emprego subcontratado corrobora para a precarização do trabalho no Brasil.

Deveras, a Lei da Terceirização trata de limitação de custos empresariais com direitos trabalhistas (por meio da diminuição de encargos sociais, transferindo responsabilidades trabalhistas para as empresas contratadas para prestar serviços, e, desta forma, auferem a ampliação de lucros) e a desregulamentação da legislação protetora do trabalho.

O trabalho regulamentado e suas garantias – fruto de lutas dos trabalhadores por direitos sociais – vem sendo substituído por formas cada vez mais precarizadas que buscam lograr uma superexploração do trabalhador. Deste modo, a desregulamentação das legislações protetoras do trabalho demonstra uma forma ainda mais perversa da precarização do trabalho. As modalidades informais, as quais não possuem garantias de direitos, vêm ganhando espaço na conjuntura atual, o que amplia o cenário de precarização.

O desemprego crescente tende a provocar conformação e naturalização dos processos de precarização do trabalho na sociedade, corroborando para a ampliação da exploração da força de trabalho. Ao discorrerem sobre os impactos da terceirização, a qual está intrinsecamente ligada à precarização, Antunes e Druck (2014) ponderam que “a terceirização é o fio condutor da precarização do trabalho no Brasil” (p.20). Os autores sintetizam a prática da terceirização descrevendo que:

[...] as empresas do setor industrial buscam garantir seus altos lucros, exigindo e transferindo aos trabalhadores a pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade, pela redução dos custos com trabalho e pela “volatilidade” nas formas de inserção e contratos (Antunes; Druck, 2014, p.17).

Tais elementos permitem inferir que as mudanças no mundo do trabalho afetam diretamente a classe trabalhadora, levando-a se submeter a espaços ocupacionais cada vez mais instáveis, a fim de obter seus meios de sobrevivência. Neste sentido, Braga (2016) sinaliza que o maior desafio para a classe trabalhadora brasileira é resistir a este novo ciclo de ataque aos direitos e às suas condições de trabalho, buscando formas de interromper a ampliação da espoliação dos trabalhadores. Para tanto, ressalta a importância da organização política como forma de resistência.

Com base nesse contexto, ocupa-se, no capítulo seguinte, com elementos que possam embasar o exame das condições de vida e trabalho dos trabalhadores da construção civil do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, buscando conhecer sua articulação com os sindicatos na luta pelos seus direitos.

3.

Impactos da precarização do trabalho para os trabalhadores do Comperj

A ausência de estabilidade é outro fator que afeta diretamente as condições de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras da construção.
(Incid, 2015, p. 41)

3.1. Interrupções nas obras, demissões em massa e falência de empreendimentos na região

O crescimento econômico logrado pelo Brasil durante a primeira década de 2000 foi fruto, entre outras razões, de políticas de ampliação de créditos, de transferência de renda para os setores mais empobrecidos, expansão do mercado consumidor interno, e aumento de postos de trabalho. A indústria da construção, conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - Cnae 2.0⁴¹ compreende os seguintes setores: construção de edifícios, obras de infraestrutura e serviços especializados para construção.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese, 2012), o setor de construção civil foi o que teve maior crescimento no período entre os anos de 1999 e 2009. Contudo, destacou-se também por ter sido o setor com menores remunerações, maior rotatividade, formalização mais modesta e composto por trabalhadores com baixa qualificação. Almeida (2016) destaca algumas características do trabalho na construção civil, como:

Predominância do sexo masculino, realização do trabalho muitas vezes ao ar livre, predomínio de baixa escolaridade e qualificação, o uso elevado de horas extras, baixos salários e elevada rotatividade, intensificação do trabalho, regime de remuneração de acordo com a produtividade, elevados acidentes trabalho entre outros (p.24-25).

Em 2007, o governo federal anunciou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para retomar o planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura, objetivando, assim, conforme amplamente anunciado, um

⁴¹ Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa Anual da Indústria da Construção. Vol. 25. 2015.

desenvolvimento “acelerado e sustentável”. Em meio à crise financeira que afetou diversos países capitalistas centrais em 2008, o programa representou um alento para muitos trabalhadores brasileiros que, devido ao aumento da oferta de empregos, mantiveram a economia ativa, por meio do consumo, mitigando as sequelas da crise sobre as empresas nacionais.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado para ser o responsável pela gestão, execução e acompanhamento de vários empreendimentos pelo país, funcionou como um catalizador de empregos, especialmente no setor de construção civil. Conforme o Ministério do Planejamento, devido às obras do PAC, o mercado de trabalho brasileiro criou 5.277.071 milhões de novos empregos entre 2009 e 2014, com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)⁴².

Véras (2014), em sua análise sobre conflitos e negociações nos canteiros de obras do PAC em 2011, afirma que o programa foi utilizado como o instrumento fundamental para o discurso eleitoral da candidatura da ex-presidente Dilma Rousseff, e que “por meio de investimentos em infraestrutura, o governo visou aumentar a produtividade das empresas, estimular investimentos privados, gerar emprego e renda e reduzir as desigualdades regionais” (p. 115).

De 2015 a 2018, a avaliação de investimentos com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) era R\$ 1,04 trilhão. Com a queda de arrecadação devido à crescente crise político-econômica, o governo federal reduziu o repasse em 2016. Duas mil obras foram interrompidas, o que colaborou para constituir o cenário de demissões na construção civil e de desaceleração do crescimento econômico do País.

A pesquisa do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon) em parceria com a LCA Consultores, divulgada pela *Sienge Platform*⁴³ relatou que o setor da construção civil no Brasil foi o setor que apresentou maior queda em 2017. No período de outubro de 2014 até dezembro de 2016, mais de um milhão de trabalhadores da construção civil perderam seus empregos, conforme os dados divulgados pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP) e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)⁴⁴.

O IBGE divulgou, em janeiro de 2018, que o Índice Nacional da Construção Civil (calculado pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e

⁴² Disponível em: <http://www.pac.gov.br/noticia/3dea5bf7>, acessado em: 18/02/2019.

⁴³ Disponível em <https://www.sienge.com.br/blog/construcao-civil-no-brasil/>, acessado em 28/08/2018, publicado em 06/11/2017.

⁴⁴ Ibidem.

Índices da Construção Civil - Sinapi)⁴⁵ teve seu menor resultado acumulado no ano em 2017 (3,82%) desde 2013, quando foi de 0,52%, com reflexos determinantes dos efeitos da desoneração da folha de pagamento iniciada naquele ano. A variação mensal em dezembro foi de 0,18%, também menor que os 0,49% do mesmo período de 2016.

Desta forma, o custo médio por metro quadrado na construção civil em dezembro de 2017 ficou em R\$ 1.064,76, sendo R\$ 544,97 relativos aos materiais e R\$ 521,71 à mão de obra. Segundo o gerente da pesquisa, Augusto Oliveira, os ganhos nos acordos coletivos foram inferiores em relação aos anos anteriores, o que foi preponderante para essa desaceleração da taxa.

O número de empregos formais no setor da construção civil em todo Brasil apresentou a maior queda entre os setores econômicos. Conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), os vínculos empregatícios no setor da construção civil foram menos 146,4 mil, o que representa uma redução de 7,4% no período entre os anos de 2011 a 2017.

Quadro 2

Vínculos Empregatícios segundo Setor Econômico (2011/17)

Setor	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Variação	%
EXT MIN	231.389	259.297	261.383	257.606	240.488	221.331	212.337	-8.994	-4,1%
IND	8.113.805	8.148.328	8.292.739	8.171.022	7.566.900	7.148.013	7.105.206	-42.807	-0,6%
SIUP	412.741	423.277	444.674	450.098	447.385	429.435	425.427	-4.008	-0,9%
CONST	2.750.173	2.832.570	2.892.557	2.815.686	2.422.664	1.985.404	1.838.958	-146.446	-7,4%
COM	8.842.677	9.226.155	9.511.094	9.728.107	9.532.622	9.264.904	9.230.750	-34.154	-0,4%
SERV	15.372.455	16.167.385	16.726.013	17.313.495	17.151.312	16.708.852	16.772.645	63.793	0,4%
ADM PUB	9.103.601	8.937.443	9.340.409	9.355.833	9.198.875	8.826.040	9.195.215	369.175	4,2%
AGROP	1.483.790	1.464.257	1.479.564	1.479.663	1.500.561	1.476.219	1.501.052	24.833	1,7%
TOTAL	46.310.631	47.458.712	48.948.433	49.571.510	48.060.807	46.060.198	46.281.590	221.392	0,5%

Fonte: MTe/Rais⁴⁶.

⁴⁵ Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/pt/2012-agencia-de-noticias/noticias/19448-construcao-civil-fecha-o-ano-com-menor-alta-nos-custos-desde-2013.html>, acessado em 28/08/2018, publicado em 10/01/2018.

⁴⁶ Portal do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Relação Anual de Informações Sociais – Rais. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/index.php/rais>, acessado em 16/02/2019.

O setor da construção civil sofreu grandes perdas nos últimos anos com interrupção de obras em todo país. Foram mais de 7400 obras paralisadas só no *Programa Agora é Avançar*⁴⁷ do governo Temer. Segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), a incapacidade de investimento do Estado e os excessos nas ações dos órgãos de fiscalização e controle produzem milhares de paralisações de obras por todo o Brasil. Essa afirmativa está abalizada no estudo “Impacto Econômico e Social da Paralisação das Obras Públicas”, produzido pela CBIC, em correalização com o Senai Nacional e publicado em abril de 2018.

Contudo, de acordo com o relato do então presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Raimundo Carreiro, em um encontro institucional entre ministros promovido em outubro de 2018 no Supremo Tribunal Federal (STF), as principais causas de paralisação pelo país seriam:

Obras abandonadas pelas empresas, obras paralisadas por questões de ordem ambiental, obras paradas por decisões judiciais, obras paradas por conta de questões orçamentárias-financeiras, obras paralisadas por órgãos de controle (como o TCU e os tribunais de contas), obras paralisadas por outras questões e obras – diga-se de passagem, de grande vulto para o país – paralisadas por questões técnicas (projetos deficientes ou desatualizados)⁴⁸.

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro consistiu no maior empreendimento individual de toda a história da Petrobras, construído a partir da parceria entre o Grupo Ultra⁴⁹, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Petrobras. Sua criação foi anunciada em 2006 pelo governo federal (primeiro mandato de Lula). Os investimentos, avaliados em cerca de U\$ 8,4 bilhões, atraíram para o município de Itaboraí distintas frações da sociedade, que viam na implantação deste empreendimento um estímulo para a instalação de empresas e indústrias, geração de empregos diretos e indiretos, trazendo para o município (e arredores) a promessa de desenvolvimento e produção de riqueza.

⁴⁷ Programa do governo do ex-presidente Michel Temer, lançado em novembro de 2017, que objetivava investir R\$ 130,97 bilhões na conclusão de 7.439 obras paradas em todo o Brasil. Os projetos teriam investimentos do Orçamento Geral da União (OGU), do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e de empresas estatais. Até o presente momento, poucas dessas obras foram retomadas.

⁴⁸ Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa-1/noticias/encontro-no-stf-discute-a-retomada-de-obras-paralisadas.htm>, acessado em: 18/02/2019.

⁴⁹ Grupo Ultra ou Ultrapar é uma companhia brasileira que atua nos setores de distribuição de combustíveis, por meio da Ipiranga e da Ultragaz; produção de especialidades químicas, por meio da Oxiteno; serviços de armazenagem para grânéis líquidos, por meio da Ultracargo; e drogarias, por meio da Extrafarma. Todas são subsidiárias integralmente controladas da *holding* Ultrapar. Fonte: <http://ri.ultra.com.br/show.aspx?idCanal=bD7p7EsG+g87dzgJ1MRXOg>, acessado em: 22/05/2018.

Segundo o estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) do ano de 2008, a expectativa era criar 212 mil empregos diretos e indiretos. Na fase de operação, a expectativa da Petrobras era de que o Comperj gerasse um faturamento anual de US\$ 5,8 bilhões, proveniente de vendas tanto dos produtos produzidos pela Unidade de Petroquímicos Básicos (62%) quanto pela de Petroquímicos Associados (38%). As principais resinas termoplásticas a serem produzidas pelas Unidades Petroquímicas Associadas (UPAs) seriam a de polipropileno (850 mil toneladas/ano), polietileno (800 mil toneladas/ano) e poli tereftalato de etila (600 mil toneladas/ano).

Segundo Neves (2010) foram onze municípios⁵⁰ fluminenses da região abrangidos pela instalação do Complexo, os quais fazem parte do Consórcio Intermunicipal do Leste Fluminense (Conleste⁵¹). A autora afirma que o consórcio consiste em estabelecer parcerias entre esses municípios com o intuito de “propiciar soluções integradas e compartilhadas aos desafios comuns, a fim de potencializar os aspectos positivos do Comperj e minimizar seus aspectos negativos” (Neves, 2010, p. 52).

Muitos empreendimentos se instalaram na região do município de Itaboraí, o que despertou o interesse de um número expressivo de pessoas, em sua maioria originários de outros estados, sem redes de apoio nos municípios ao redor, que vislumbravam oportunidades de trabalho. No capítulo seguinte, serão abordados os perfis dos trabalhadores desempregados do Comperj que participaram desta pesquisa, a qual revela que, majoritariamente, eram trabalhadores provenientes de outros estados brasileiros.

O Comperj foi incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como uma das mais imponentes obras do governo federal, o qual gerou grande expectativa com a promessa da criação de muitos postos de trabalho para o setor da construção civil, por meio do uso de diversos consórcios durante as distintas fases da construção.

⁵⁰ Cachoeiras de Macacu, Casemiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá.

⁵¹ De acordo com o Boletim de Acompanhamento no Município de Itaboraí 2000-2011 - Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos nos Municípios do entorno do Complexo Petroquímico Do Rio De Janeiro – Comperj, “o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense - Conleste, surge como o instrumento capaz de viabilizar parcerias e alianças intermunicipais, a fim de propiciar soluções integradas e compartilhadas aos desafios comuns, buscando minimizar os aspectos negativos e potencializar os aspectos positivos do Comperj. O consórcio assume o papel de integrador e planejador de políticas que possibilitem o desenvolvimento sustentável de 15 municípios da região leste fluminense, a saber: Araruama, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Rio Bonito, São Gonçalo, Saquarema, Silva Jardim, Tanguá e Teresópolis” (p. 5).

De acordo com um relatório publicado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e organizado com base nos dados do Sistema de Indicadores de Cidadania (Incid), apresentado em 2015⁵², a construção do Comperj é citada como uma das cinquenta principais obras de infraestrutura do mundo. O dossiê estima que, diretamente vinculados às atividades de construção do Comperj, foram gerados 30 mil postos de trabalho no período entre os anos de 2012 e 2014, contratados por empresas de grande porte como Alusa, Queiroz Galvão, Camargo Correa, Delta, Toshiba, entre outras.

Não obstante, conforme apontou o estudo do Incid (2015), devido à investigação de denúncias de favorecimento e desvio de dinheiro nos contratos de grandes empreiteiras com a Petrobras, que envolviam empresas contratadas para as obras do Comperj e, também, por causa de mudanças no planejamento original do empreendimento, justificado pela renegociação dos contratos para amortizar os custos, tendo reduzido a apenas uma o número de construções de refino, em meados de 2014 e início de 2015, ocorreram interrupções nas obras, demissões em massa no Comperj, falência de empreendimentos na região levando à frustração das previsões otimistas em relação ao desenvolvimento do complexo petroquímico e suas repercussões.

A figura 1, a seguir, mostra uma das mobilizações realizadas em 2015 pelos trabalhadores das obras do Comperj, com vistas à negociação do pagamento das verbas rescisórias pela empresa Alumini Engenharia.

⁵² “A invisível cidadania dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj”, publicado em março de 2015 pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), com base no Sistema de Indicadores de Cidadania (Incid).

Figura 1
Trabalhadores demitidos do Comperj



Fonte: Petronotícias, 2015.

Com base nos dados da pesquisa realizada pelo Incid (2015), a respeito da condição dos direitos dos trabalhadores contratados para construir o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), a partir da metodologia do Sistema de Indicadores de Cidadania, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), a implementação das obras do Comperj, no município de Itaboraí/RJ, afetou tanto o meio ambiente quanto as condições de vida da população dessa cidade e dos municípios ao redor.

A queda no número de empregos formais no setor da construção civil atingiu profundamente o município de Itaboraí, conforme o quadro 3 a seguir, o qual evidencia o aumento do número de trabalhadores sem garantias, sem direitos, que recorrem ao setor informal como forma de subsistência.

Quadro 3

Número de Empregos Formais em Itaboraí nos anos de 2016 e 2017

Número de Empregos Formais em 31/12, Variação Absoluta e Relativa nos anos de 2016 e 2017 por setor de atividade econômica				
Município-Rio de Janeiro = RJ-ITABORAÍ				
IBGE Setor	Ano			
	2016	2017	Var. Abs.	Var. Rel. (%)
1 - Extrativa mineral	59	64	5	8,47
2 - Indústria de transformação	3.818	3.703	-115	-3,01
3 - Serviços industriais de utilidade pública	79	91	12	15,19
4 - Construção Civil	2.397	826	-1.571	-65,54
5 - Comércio	7.608	7.779	171	2,25
6 - Serviços	8.514	7.975	-539	-6,33
7 - Administração Pública	5.327	6.967	1.640	30,79
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	179	154	-25	-13,97
Total	27.981	27.559	-422	-1,51

Fonte: Rais (MTe)⁵³.

Segundo o estudo do Incid (2015), entre as principais violações de direitos dos trabalhadores dos grandes empreendimentos em todo o país destacam-se:

A informalidade, a elevada rotatividade (em razão do caráter cíclico da atividade e das estratégias empresariais), a terceirização e subcontratações sucessivas (intensificadas com a reestruturação produtiva), o domínio do regime de remuneração de acordo com a produtividade, o recurso excessivo a horas extras e questões relativas à saúde e segurança do trabalhador e da trabalhadora, em decorrência do alto índice de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Adicionalmente, em muitos canteiros surgiram reivindicações que denunciavam as péssimas condições às quais esses trabalhadores e trabalhadoras estavam submetidos, como a insalubridade nos alojamentos, a falta de higiene nos refeitórios e o racionamento de alimentação nos canteiros, a diminuição do tempo para as “folgas de campo”, relações autoritárias de trabalho, com relatos de abusos e humilhações, entre outras. [...] A ausência de estabilidade é outro fator que afeta diretamente as condições de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras da construção, uma realidade imposta pela dinâmica de rotatividade: na maioria dos casos, os trabalhadores e trabalhadoras são contratados na modalidade por prazo determinado, em geral, inferior a dois anos. Para o trabalhador e a trabalhadora, essa situação gera insegurança em relação à manutenção do posto de trabalho, além de diminuição da remuneração. Para o empregador ou empregadora, esse é mais um mecanismo de redução de custos. (Incid, 2015, p.41).

A terceirização no setor de construção civil se apoia no caráter temporário das atividades ocupacionais, na baixa especialização dos trabalhadores, o que representa uma significativa redução de custos para grandes empresas que

⁵³ Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/mapa-do-emprego-formal>, acessado em: 16/02/2019.

contratam subempreiteiras, além de terceirizar os riscos e os conflitos desses trabalhadores. A reforma trabalhista alterou pontos importantes da Consolidação das Leis do Trabalho de 1943. Entre as implicações para a construção civil, pode-se mencionar as mudanças nos acordos coletivos, fracionamento de férias, jornada de trabalho e rescisão contratual.

A expansão da terceirização traz consigo diferentes formas de precarização dos trabalhadores terceirizados, tanto nos tipos de contrato, como na remuneração, nas condições de trabalho e saúde e, ainda, na representação sindical, conforme apontam Antunes e Druck (2014, p. 19) com base na pesquisa de Druck e Franco (2007). De acordo com Almeida (2016):

No Comperj, utiliza-se a “terceirização em cascata”, onde acontece a subcontratação por empresas contratadas pelos consórcios. Com isso, os consórcios, compostos por uma empresa ou conjunto de empresas, gerenciam o contrato principal e as empresas subcontratadas quanto aos prazos e exigências do cronograma (p.53).

Soma-se a isso a insegurança devido à instabilidade no emprego que, por vezes, apesar de formal, também é terceirizado, o que pode conduzir o trabalhador ao desemprego abruptamente, como ocorreu com os trabalhadores do Comperj. Cabe ressaltar que, alguns desses, num primeiro momento, ficaram sem receber suas verbas rescisórias.

Sob esse contexto, faremos no item seguinte uma exposição de parte da atuação do principal sindicato dos trabalhadores do Comperj em meio a paralisação das obras e, posteriormente, no contexto de demissões em massa.

3.2. A atuação do Sintramon em meio ao caos das demissões

Sem os trabalhadores a gente não vai a lugar algum.

(Presidente do Sintramon)

As organizações políticas dos trabalhadores têm um papel fundamental de resistência diante das ofensivas a que os trabalhadores são submetidos pela lógica da recomposição neoliberal do sistema capitalista. Os sindicatos podem se configurar como um instrumento de luta e representação dos interesses coletivos dos trabalhadores. Contudo, sob o atual contexto de acumulação capitalista, com o aumento da precarização do trabalho e fragilização das relações trabalhistas, a fragmentação da organização sindical é factível.

Matos (2009) afirma que diante dessa conjuntura recessiva, produz-se um cenário bastante dramático para o movimento sindical brasileiro, “resultante tanto das consequências do processo de reestruturação produtiva, quanto dos problemas decorrentes da manutenção das bases da estrutura sindical corporativista” (p.135). Ressalte-se, assim, a importância do sindicato dos trabalhadores do Comperj em imprimir uma atuação que reflita a necessidade de representação frente às negociações com as empresas contratantes no processo de paralisação das obras do complexo petroquímico.

Véras (2015), ao realizar uma análise comparativa sobre as condições de atuação do sindicalismo, sob distintos contextos de mandatos presidenciais brasileiros nos últimos anos, pondera que

[...] o desempenho desse papel requer o enfrentamento de problemas históricos e atuais referidos à sua própria condição organizativa e política. Sobretudo, requer que se ponha em causa sobre as formas de construção de uma representação mais ampla das classes trabalhadoras no país, considerando-se seu caráter historicamente segmentado e a atualização dessa segmentação, trazida com os processos de terceirização e flexibilização em curso (p. 563).

Importante lembrar que o conjunto de trabalhadores do Comperj é formado por diferentes categorias profissionais, tais como engenheiros, motoristas, trabalhadores de limpeza, trabalhadores responsáveis pela alimentação nos refeitórios, trabalhadores da construção civil, sendo que estes últimos representam o maior quantitativo de trabalhadores. A divisão do trabalho sob distintas formas de contratação, de acordo com a categoria profissional, corrobora para a fragmentação dos sindicatos representativos dos trabalhadores, o que reduz sua capacidade de atuar conjuntamente na luta pelos direitos da classe trabalhadora como um todo.

O Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Manutenção e Montagem Industrial de Itaboraí (Sintramom)⁵⁴, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), tornou-se em 2014 o principal representante dos trabalhadores da construção civil do Comperj. Anteriormente, os trabalhadores eram representados pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Plano da Construção, Montagem e Manutenção Industrial de São

⁵⁴ Conforme o Incid (2015), “o Sindicato dos Trabalhadores Empregados em Empresas de Montagem e Manutenção da cidade de Itaboraí (Sintramom) tem sua licença sindical concedida em 5 junho de 2014 e o processo eleitoral para a escolha dos dirigentes do sindicato acontece nos dias 23, 24 e 25 de julho. O processo de construção do novo sindicato foi organizado por um pequeno grupo de trabalhadores ligados ao Sinticom e com a participação de alguns dirigentes sindicais (p. 66).

Gonçalo, Itaboraí e Região (Sinticom)⁵⁵. De acordo com Almeida (2016), a organização de um novo sindicato foi provocada pela

Falta de estrutura e a grande abrangência territorial do Sinticom – o que dificultava ações; o aumento da representatividade de uma hora para outra; o avanço da obra, que alcançara o estágio de modelagem e a montagem industrial; além da ideia que os diretores do Sinticom não eram oriundos do Comperj e dificultavam a ação sindical (p. 89).

Assim, para fins desta pesquisa, em setembro de 2017 foi realizada visita na sede do Sinticom, em Itaboraí, para realização de uma abordagem inicial com o sindicato. Contudo, o local encontrava-se fechado e continha um aviso que informava que, devido a atual conjuntura de crise, o período de funcionamento havia sido reduzido a apenas dois dias na semana.

Neste mesmo dia, buscou-se, também, contato com os dirigentes do Sintramon em sua sede, situada no Centro de Itaboraí, onde nos recebeu o presidente do sindicato, o Sr. Paulo Cesar Quintanilha. A liderança sindical expôs diversas dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores do Comperj, informando que o auxílio prestado aos trabalhadores consistia no pleito jurídico, recebimento de currículos e algumas ações como entregas de cestas básicas.

Relatou também a participação do sindicato em mobilizações dos trabalhadores do Comperj com a finalidade de fortalecer o grupo de trabalhadores na luta por seus direitos, e realizar negociações com as empresas contratantes, conforme mostra a figura 2, na qual o Sintramon se fez presente.

⁵⁵ O Sinticom representa os trabalhadores da construção civil, do mobiliário, do mármore e granito, da cerâmica e olaria, sendo sua base territorial os municípios de Araruama, Cabo Frio, Itaboraí, Maricá, Saquarema, São Gonçalo, São Pedro da Aldeia, Silva Jardim e Rio Bonito e Silva Jardim.

Figura 2**Ação do Sintramon com os trabalhadores do Comperj em 2015**

Fonte: Sintramon⁵⁶.

De acordo com o relato durante a entrevista, o Sintramon havia distribuído cerca de 76 cestas básicas para trabalhadores demitidos do Comperj que estavam em situação de profunda escassez. Estas cestas haviam sido custeadas exclusivamente pelo sindicato, não realizando nenhum tipo de articulação com as políticas públicas do município.

O presidente informou que o Comperj atraiu muitos trabalhadores de outros estados que vieram para Itaboraí com o intuito de trabalhar nas obras, e que boa parte desses já haviam retornado para seus locais de origem com o apoio do sindicato, visto que não podiam arcar com os custos da viagem de regresso. Segundo a liderança sindical, outros trabalhadores permaneceram no município de Itaboraí ou se alocaram em municípios vizinhos, constituindo família e se inserindo no mercado informal de trabalho.

Nesse mesmo dia, foi possível presenciar cerca de 35 trabalhadores demitidos do Comperj que se enfileiravam nos corredores do sindicato aguardando notícias do retorno das obras do Complexo. Quintanilha informou que eles estavam aguardando a abertura de um envelope sobre a licitação da

⁵⁶ Disponível em:

<https://www.facebook.com/sintramonitaborai/photos/a.343422892495386/428030987367909/?type=3&theater>, acessado em 04/02/2019.

empresa que, na ocasião, daria continuidade às obras do Comperj, havendo, então, a possibilidade desses trabalhadores serem readmitidos. A figura 3 foi obtida através de uma reportagem no *G1.com*⁵⁷ que evidenciava que os trabalhadores se aglomeravam em frente ao sindicato na expectativa de conquistar uma vaga na retomada das obras.

Figura 3
Trabalhadores desempregados recorrem ao sindicato em busca de uma vaga no Comperj



Fonte: G1.com – Publicada em 15/05/2018.

Durante o período de paralisação das obras, e também antes disso, havia constantes mobilizações dos trabalhadores do Comperj. Foi possível presenciar *in loco*, no período em que ocorreram, muitas dessas manifestações que interrompiam o tráfego denunciando o atraso de pagamento de salários, bem como reivindicavam reajustes salariais e benefícios.

Almeida (2016) aponta que, de todas as manifestações realizadas pelos trabalhadores, a que teve maior organização foi contra a empresa Alusa Engenharia (que em seguida modificou seu nome para Alumini Engenharia⁵⁸). A

⁵⁷ “17 mil desempregados vivem expectativa da retomada de obra do Comperj”. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/17-mil-desempregados-vivem-expectativa-da-retomada-de-obra-do-comperj.ghtml>, publicado em: 15/05/2018, acessado em: 21/03/2019.

⁵⁸ Responsável pela elaboração do projeto executivo, construção civil, montagem eletromecânica, interligações e comissionamento (preservação, condicionamento, testes, pré-operação, partida e à

empresa interrompeu suas atividades entre setembro e janeiro de 2015, causando uma série de demissões, deixando os trabalhadores da empresa sem receber seus direitos trabalhistas, os quais passaram a se organizar para o enfrentamento dessa questão.

Em fevereiro de 2015, aproximadamente 300 trabalhadores do Comperj organizaram uma manifestação que interditou a Ponte Rio-Niterói nos dois sentidos, por duas horas, em protesto pelo atraso nos salários, como mostra a figura 4. Segundo uma matéria divulgada na página eletrônica *Petronotícias*⁵⁹, “dentre a série de reivindicações, estão o pagamento de direitos trabalhistas, de vale alimentação, plano de saúde, tanto de efetivos como de funcionários demitidos há pouco tempo” (Petronotícias, 2015).

Figura 4

Trabalhadores de empresa contratada para as obras do Comperj fazem caminhada até a sede da Petrobras, após bloqueio da Ponte Rio-Niterói



Fonte: Tomaz Silva/ EBC Agência Brasil – 10/02/2015.

O Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Montagem e Manutenção de Itaboraí (Sintramom) afirmou não ter organizado a mobilização,

operação assistida) da Unidade de Hidrocrackamento Catalítico (U-2400) incluindo a Subestação Elétrica Unitária (SE-2400), conforme Alumini Engenharia. Disponível em: <http://www.aluminieng.com/oleogas.asp>, acessado em: 13/02/2019.

⁵⁹ Trabalhadores do Comperj Interditam Ponte Rio-Niterói. Disponível em: <https://petronoticias.com.br/archives/64453>, publicado em 10/02/2015, acessado em 08/02/2019.

a qual teria partido dos próprios trabalhadores, que se dirigiam à cidade do Rio de Janeiro em ônibus para uma assembleia seguida de protesto em frente à sede da Petrobras⁶⁰.

Almeida (2016) pondera que os trabalhadores da construção civil organizaram o movimento com o apoio de sindicatos de outras categorias para realizar greves e manifestações como forma de enfrentamento. Assim, desde 2012, foram organizadas comissões de trabalhadores com representação no local de trabalho, proveniente do Compromisso Nacional da Construção Civil. Segundo o autor,

O reencontro com o coletivo de trabalhadores, apesar dos limites impostos pelos patrões e o próprio sindicato legal da categoria, os operários se mantiveram de pé e compartilharam o sentimento de coletivamente enfrentar a exploração reafirmando a possibilidade de conquistas e mudanças no processo de trabalho (Almeida, 2016, p.103).

Na figura 5, a seguir, pode-se observar um documento, no qual os trabalhadores denunciaram violações de direitos trabalhistas e expõem suas insatisfações com as empresas e com o governo federal, devido aos cortes nos direitos trabalhistas. Os trabalhadores ressaltam que sua luta não é somente dos trabalhadores do Comperj, mas, sim, de todos os trabalhadores, da classe trabalhadora.

⁶⁰ Ibidem.

Figura 5

Trabalhadores do Comperj lançam carta pública à população

QUASE 3.500 PAIS E MÃES DE FAMÍLIAS

Por que os trabalhadores do Comperj precisam do seu apoio

Trabalhadores do Comperj lutam por salários e direitos básicos, desrespeitados pela empreiteira Alumini e ignorados pela Petrobras



Nós somos trabalhadores do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Estamos sem salários desde dezembro. Somos quase três mil profissionais. Outros 500 colegas, demitidos, estão sem receber as verbas rescisórias. Trabalhamos para a Alumini, uma das empreiteiras contratadas pela Petrobras para fazer a obra que poderia mudar a situação econômica de Itaboraí e impulsionar outros 13 municípios da região.

A obra, agora em crise, tornou-se um canteiro de demissões, de desrespeito aos trabalhadores, entrou em marcha lenta e já há quem diga que pode ser até paralisada. A nossa luta é para que tenhamos nossos direitos básicos respeitados. Não podemos pagar pelos erros que não cometemos. Ajudamos a construir refinarias que movimentam a economia deste país – não temos nada a ver com casos de corrupção, não fomos nós os responsáveis. Muitos de nós viemos de outros estados. Centenas de nós estamos vivendo em alojamentos contratados pela Alumini e, agora, não sabemos o que irá acontecer. Fomos abandonados pela empresa, pela Petrobras e pelos governantes.

Não bastasse tudo isso, ainda somos alvos centrais das recentes medidas do governo federal que atingem o seguro-desemprego e outros direitos trabalhistas e previdenciários. Faz poucos dias, a Justiça do Trabalho determinou que a Petrobras assumia suas responsabilidades: deposite em juízo a verba necessária para pagar as dívidas trabalhistas da Alumini e depois debite os valores da quantia que terá que repassar à empresa. Mas a esta-

“Não podemos pagar por erros que não cometemos. Ajudamos a construir refinarias que movimentam a economia deste país – não temos nada a ver com casos de corrupção, não fomos nós os responsáveis.”

tal ainda pode recorrer da decisão – o que para nós é um erro: lutamos para que a Petrobras assumia suas responsabilidades.

Precisamos do seu apoio. Essa luta vai além da questão corporativa: envolve a defesa de direitos básicos de qualquer trabalhador. Quem trabalha e constrói as riquezas desse país não pode ficar refém de disputas políticas e de políticas que salvam as grandes empresas enquanto os direitos trabalhistas são afrontados.

O ato no vão central da Ponte Rio-Niterói colocou a situação dos trabalhadores do Comperj para o conjunto da sociedade e denunciou as enrolações da Lumini/Alusa e da Direção da Petrobras. A mobilização demonstra a unidade dos trabalhadores e o nível que chegou a situação de dívidas e de fome de suas famílias.

Exigimos que a PETROBRAS assuma sua responsabilidade! Todo apoio e solidariedade à luta dos demitidos do COMPERJ!

Trabalhadores demitidos do Comperj

Somos trabalhadores do Comperj sem salários. Precisamos do seu apoio.

Doações de alimentos não perecíveis podem ser feitas no Sindicato dos Petroleiros do RJ

(Av. Passos, 34)

Fonte: Fase, 13/02/2015.

O papel desempenhado pelo sindicato deve ser o de enfrentar problemáticas que perpassam historicamente a classe trabalhadora. No que tange essa questão, Almeida (2016) chama a atenção de que o Sintramon apresentava nas assembleias propostas que favoreciam “a proteção ao emprego e o não confronto ao patronato, características próprias do sindicalismo brasileiro” (p. 97).

O autor afirma que o Sintramon conservou as características do sindicalismo de parceria com patrões e o governo, a fim de evitar conflitos. O autor ressalta que esse cariz apassivador por meio do sindicato reforça o enfraquecimento da capacidade coletiva dos trabalhadores, que já vem sendo vilipendiada ao longo dos últimos anos. No entanto, apesar das perdas, o sindicato ainda ocupa um lugar importante para o trabalhador, sendo um espaço de referência para os trabalhadores para o enfrentamento de suas vicissitudes.

Em dezembro de 2018 foram realizadas novas entrevistas no Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Montagem e Manutenção de

Itaboraí (Sintramon), com o objetivo de corroborar com a presente pesquisa. Neste momento, foi possível perceber que a movimentação de trabalhadores demitidos do Comperj em busca de readmissão nas obras que foram retomadas perdura no espaço do sindicato. O presidente do sindicato permaneceu o mesmo, o qual se mostrou receptivo à participação nesta pesquisa.

Entre os questionamentos levantados sobre a atuação do sindicato, Quintanilha descreveu a criação de um projeto de lei, criado pelo sindicato juntamente com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste), que foi submetido à aprovação da prefeitura de Itaboraí. O projeto, denominado “70 mais 30”, objetivou aprovar como uma lei de incentivo a garantia de um maior número de trabalhadores dos 15 municípios do Conleste, ou do estado do Rio de Janeiro. Haveria, então, 70% de trabalhadores da região do Conleste e 30% seriam pessoas provenientes de outros estados.

Segundo a liderança, a finalidade deste projeto é evitar a imigração excessiva de trabalhadores provenientes de outros estados, como ocorreu entre os anos de 2010 a 2012, dando prioridade para os trabalhadores da região. Quintanilha relatou que no início o projeto de lei de incentivo havia sido desacreditado, achavam que o projeto não iria adiante, visto que muitas empresas possuem mão de obra própria, direta, que são trabalhadores que já as acompanham há bastante tempo que, segundo Quintanilha, seriam aqueles cargos de confiança.

O presidente avalia a importância da criação desse projeto, tendo em vista o aquecimento no mercado com enxurradas de informações nas redes sociais e na mídia a respeito da retomada das obras do Comperj, predizendo a abertura de vagas de empregos diretos e indiretos, numa conjuntura caótica de desemprego. Ele afirma que ainda existe um bom número de trabalhadores indicados pelas empresas que prestam serviços nas obras do Comperj, porém estariam dentro da cota dos 30% provenientes de outros estados.

Quintanilha ressalta que, em contrapartida, existem as contratações pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine), visto que todas as empresas que estão contratando atualmente estariam utilizando o cadastro realizado pelo Sine. O presidente afirmou na entrevista:

Antes, nós do sindicato brigamos muito para que as contratações a gente pudesse estar indicando, utilizando o banco de dados do sindicato na questão das contratações. Essa era a nossa briga inicial. Aí, como esse ano foi um ano político, um ano eletivo e, automaticamente, quando se trata de um ano eletivo é complicado, a gente costuma dizer que quando a política entra por uma porta, a decência sai pela janela. E a gente sabia que ia encontrar algumas barreiras. E com isso, aí começou vereador, deputado, prefeito, todo mundo centralizar a questão do Sine. Nós sabíamos que naquele momento o Sine não tinha a garantia

de contratar mão de obra especificamente do estado do Rio de Janeiro (Presidente do Sintramon, 2018).

Isso mostra a dificuldade da implementação da lei municipal criada para garantir um número maior de trabalhadores da região nas obras retomadas do Comperj. Em relatos, foi possível ouvir de trabalhadores desempregados que estavam no sindicato que as empresas que estão contratando para as obras do Comperj já se instalam nos canteiros com certo quantitativo de funcionários para trabalhar, sem obedecer a legislação municipal de incentivo à precedência de empregabilidade dos trabalhadores da região.

Desta forma, os trabalhadores demitidos das obras do Comperj têm visto suas esperanças de retorno ao Comperj se esvanecer mais uma vez. Um trabalhador desempregado do Comperj que foi entrevistado para esta pesquisa relatou:

Estou aqui no sindicato porque tenho conhecimento com eles aqui e de vez em quando surgem umas vagas. As contratações recentes do Comperj foram mais por conhecimento, né, conhecido, falando, pelo Sine também tá fechando, mas não está fechando na minha área ainda (TD7, 2018).

Em entrevista com outro trabalhador desempregado, também foi possível observar sua indignação com a maneira como vem sendo conduzida a distribuição das vagas de emprego na retomada das obras do Comperj:

[...] o Comperj está aqui em Itaboraí, o povo de Itaboraí é que tem que fichar o povo de Niterói, de São Gonçalo, daqui da região do Rio. E vem muita gente de fora, vem o pessoal de Minas, vem o pessoal de Salvador, aí eles ficham e nós acabamos ficando desempregados.

Nós queremos nossas vagas de emprego aqui pra Itaboraí, pelo menos 70% tem que ser de Itaboraí. E hoje em dia você chega ali no escritório da MIP [engenharia] e tem mais de 300 pessoas trabalhando lá, e são lá de Minas, ou seja, o pessoal tá vindo de lá e tá ficando com as vagas e o povo daqui está ficando desempregado (TD6, 2018).

Os trabalhadores entrevistados contaram que possuem um aplicativo do Sine no celular, o qual possibilitaria a busca por um emprego. O aplicativo Sine Fácil foi desenvolvido pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), a qual promete levar ao cidadão os serviços do Sistema Nacional de Emprego (Sine) por meio de aparelhos conectados à internet, como celulares e *tablets*. A “solução”, lançada em maio de 2017 pelo Ministério do Trabalho, assegura, ainda, o agendamento de entrevistas com empregadores, acompanhar a situação do benefício do seguro-desemprego e acessar outros serviços de seu interesse.

Entretanto, conforme o relato de outro trabalhador entrevistado, a mudança que houve após o uso do aplicativo foi apenas na diminuição do quantitativo de trabalhadores no espaço físico do Sine, apesar de ainda ter um número bastante expressivo de pessoas neste espaço em busca de uma vaga de emprego. Nas palavras do sujeito da pesquisa entrevistado:

Está tendo essas vagas aqui, consulta que isso aqui não tem emprego aqui não. Isso aqui tá pouco. Tinha dia que o pessoal tava dormindo na fila. Agora, devido a esse aplicativo que eles dão pra pessoa, quem tem acesso a internet vê se tem vaga, e quem não tem? O Sine Fácil, você abre e não tem nada. Na minha profissão, porque isso aqui é devido a profissão, aí vem aqui consultar seguro desemprego, eu não dou entrada em seguro desemprego, aqui é informações pessoais que ele dá, né, ligada no sistema. Eu vim aqui hoje só pra consultar mesmo, ou então passar o dia aqui conversando com os amigos aqui (TD3, 2018).

A implantação do Comperj no município de Itaboraí representou um alento para muitos trabalhadores da região e de outros estados, visto que muitos trabalhadores nutriram expectativas de empregabilidade não somente com os canteiros de obras, mas, também, com todas as oportunidades de empregos geradas indiretamente através da existência do complexo petroquímico na região.

Contudo, a interrupção e a vagarosa e incompleta retomada das obras do Comperj continuam frustrando a esperança dos trabalhadores que buscam uma solução para se esquivarem do fenômeno do desemprego estrutural, que já alcançou trabalhadores de todos os estados brasileiros. Neste sentido, a liderança sindical dos trabalhadores do Comperj afirmou:

Pra mim enquanto presidente do sindicato, eu acho inadmissível o trabalhador, ele dormir na porta do Sine com aquele futuro incerto, sem saber se ao amanhecer ele vai conseguir aquela vaga ou não. Aí o trabalhador, ele dorme na porta do Sine, aí ele tem X vagas lá, o cara vai lá pra pegar aquela vaga que é pra função dele, aí quando chega oito horas da manhã, aquele trabalhador que é o sexto ou sétimo da fila, quando chega 8h da manhã ele não consegue a vaga. Como é que fica? Ele fica frustrado, entendeu? Então isso é uma coisa que sempre falamos. Isso sem falar que o Sine adquiriu um aplicativo que qualquer um pode pegar a vaga. Até o cara que é baiano, mineiro, pernambucano, não tenho nada contra ninguém, acho que quem tá no Brasil todo mundo precisa trabalhar, mas só que é aquele negócio, hoje o emprego tá tão difícil que cada um tem que defender a sua empregabilidade. Eu acho que eu, como presidente do sindicato, atuando dentro de Itaboraí, se eu não me atentar pra essa questão, aí fica difícil, entendeu? (Presidente do Sintramon, 2018).

O estado do Rio de Janeiro vem enfrentando uma crise com contornos bastante expressivos, principalmente devido à recessão econômica, retração nas atividades da indústria do petróleo e escândalos de corrupção disseminados por toda a administração pública do estado. Todos os municípios vêm sofrendo em algum grau os desconfortos ocasionados pela crise no estado, especialmente os

municípios que vislumbravam auferir os efeitos salutareos da instalação do Comperj. O desemprego em larga escala parece ser a maior consequência dessa conjuntura, a qual atingiu profundamente o município de Itaboraí.

3.3. De “Eldorado” a “cidade fantasma”: considerações sobre o município de Itaboraí, sede do Complexo Petroquímico

[...] com as obras de saneamento em curso e com o florescimento de várias indústrias em seu território, já se pode antever, em um futuro próximo, o ressurgimento da velha comuna fluminense.
IBGE, 1948⁶¹

O município de Itaboraí está localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, no leste fluminense, às margens da Baía de Guanabara, e faz divisa com Guapimirim, São Gonçalo, Cachoeiras de Macacu, Tanguá e Maricá. Fundado em 1672, Itaboraí tem sua origem relacionada à história da extinta Vila de Santo Antônio de Sá ou Vila de Santo Antônio de Macacu, como também era conhecida. Durante meados do século XVIII até final do século XIX, o município de Itaboraí se constituiu como um dos mais economicamente importantes do estado do Rio de Janeiro.

Segundo Pandeff, Guimarães, Donha e Silva (2008) o município concentrava e escoava sua produção de açúcar e outros produtos agrícolas com escopo de exportação. Os autores ressaltam que Itaboraí foi perpassado “por ciclos econômicos importantes, como: cana-de-açúcar, café, produção de laranja e o advento da indústria do barro (olarias)” (p.6). Sua economia, tradicionalmente, foi sustentada ao longo dos anos pela manufatura cerâmica (decorativa e utilitária), fruticultura, apicultura, pecuária extensiva, comércio e serviços.

A construção da BR-101, na década de 1980, suscitou um aumento da mobilidade urbana para o município de Itaboraí ao constituir a ligação entre Niterói e Manilha, auxiliando no crescimento urbano a partir dos anos de 1990, conforme ressaltam Araújo, Borges, Nascimento e Duarte (2012). A figura 6, a seguir, mostra uma fotografia da cidade, revelando parte de sua urbanização.

⁶¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse Estatística do Município de Itaboraí Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1948.

Figura 6
Cidade de Itaboraí/RJ



Fonte: Felipe Fittipaldi (Redação Veja Rio/).

Com base nos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE⁶², o município de Itaboraí possui uma população estimada em 238.695 habitantes para o ano de 2018, que ocupam os 430,590 km² de unidade territorial. Em 2010, seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) era de 0.693, e apenas 65,2 % da população total residente nos domicílios particulares permanentes possuíam esgotamento sanitário adequado, do tipo rede geral e fossa séptica. Um problema antigo, citado no boletim de estatística do IBGE em 1948, que perdura até os dias atuais.

Cabe ressaltar, que conforme mostra a pesquisa, os domicílios improvisados não foram contabilizados, o que indica a existência de um número ainda maior de pessoas que não usufruem de esgotamento sanitário adequado na região. Em uma publicação de maio de 2017 do jornal *O Fluminense*⁶³, o então prefeito de Itaboraí Sadinoel Souza relatou que o município possuía apenas 22% de suas casas com acesso a saneamento básico.

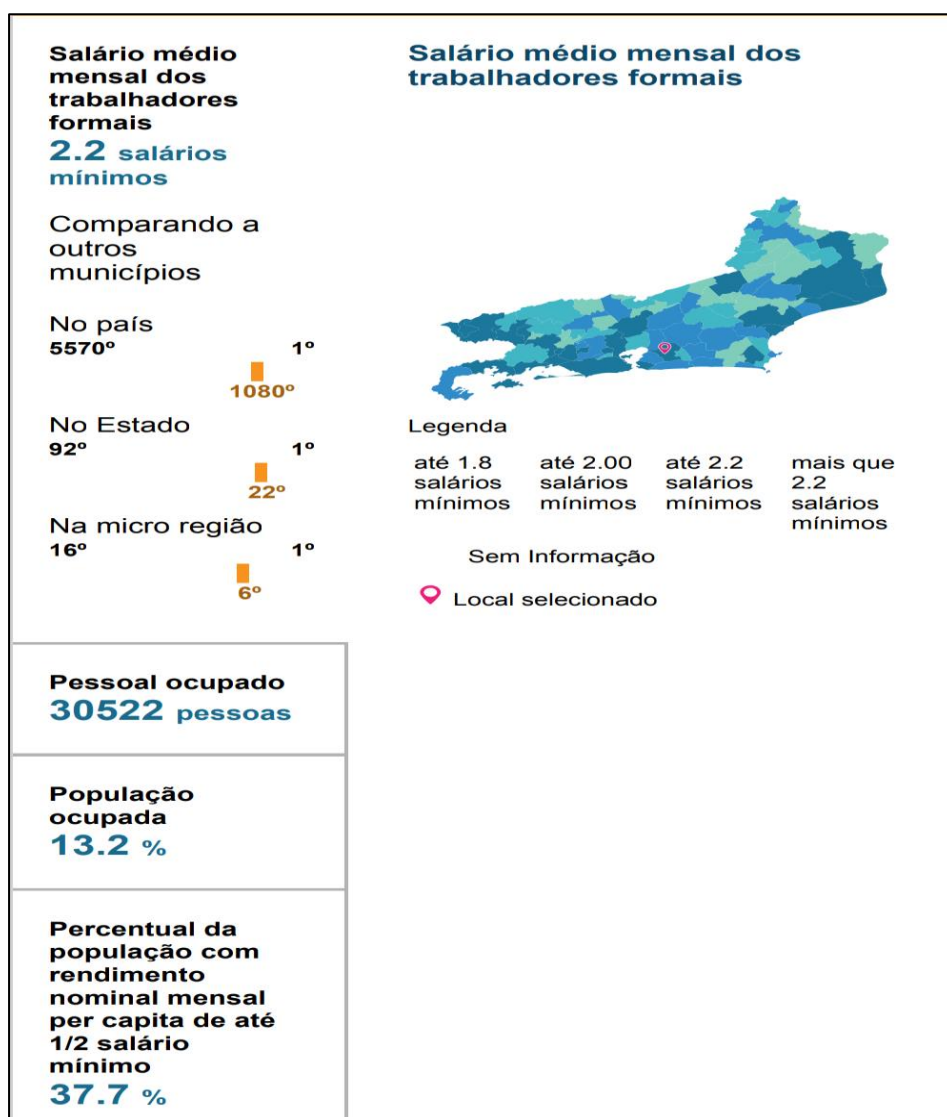
A saúde pública do município conta com apenas dois hospitais, sendo um municipal e o outro estadual e uma unidade de Atendimento Médico Emergencial para toda a população. O salário médio mensal, conforme a pesquisa mais recente realizada pelo IBGE, em 2016 era de 2.2 salários mínimos dos trabalhadores formais.

⁶² Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/itaborai/panorama>, acessado em 12/11/2018.

⁶³ Disponível em: <http://www.ofluminense.com.br/pt-br/cidades/esperan%C3%A7a-de-um-futuro-melhor>, publicado em: 20/05/2017, acessado em: 13/02/2019.

O gráfico 1, a seguir, revela que o percentual de pessoas ocupadas em relação à população total era de 13.2%, o que representa um quantitativo de 30.522 trabalhadores formais no município em 2016, conforme apresenta o gráfico. Em 2010, período do último censo realizado no município, nos domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa tinha 37.7% da população nessas condições, ocupando a 16ª posição dentre as 92 cidades do estado.

Gráfico 1
Trabalho e rendimento em Itaboraí/RJ



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. IBGE, Cadastro Central de Empresas (Cempre) 2016.

A instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) se deu no município de Itaboraí com instalações adicionais em outros municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A localização do município encontra-se situada em uma região bastante estratégica, tendo em vista ser uma área composta de infraestrutura portuária, dutoviária e rodoferroviária, para obtenção de matéria-prima e comercialização da produção.

De acordo com o Relatório de Impacto Ambiental⁶⁴ – Rima (2007), a disponibilidade e facilidades da região, sobretudo com a criação do Arco Metropolitano⁶⁵ ligando Itaboraí ao Porto de Itaguaí, possibilitaria um melhor aproveitamento da logística existente, propiciando, conseqüentemente, uma maior competitividade para a produção no mercado, trazendo desenvolvimento para a região. Sua proximidade do porto de Itaguaí, dos terminais de Angra dos Reis, Ilha d'Água e Ilha Redonda, apresenta a possibilidade de sinergias com outros empreendimentos, como a Refinaria Duque de Caxias (Reduc) e o Centro de Pesquisas e desenvolvimento da Petrobras.

Não obstante, inicialmente, as cidades de Campos e Itaguaí terem sido apontadas para a instalação do Comperj, a proximidade de Itaboraí com a Baía de Guanabara, com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e com a Bacia de Campos, segundo Lima (2015), definiu a instalação da obra, desprezando laudos de técnicos ambientais que indicavam a instalação do Comperj em outras regiões.

A Petrobras, em seu vídeo institucional de apresentação do Comperj, ao ilustrar por meio de animação computadorizada um ecossistema preservado, assegurava que era possível aliar um projeto ecologicamente responsável às necessidades de desenvolvimento do país. Neste sentido, a empresa se comprometia a reduzir os impactos da implantação do complexo.

Afiançava um monitoramento ambiental antes, durante e depois da construção do empreendimento, o qual iria adotar padrões de desenvolvimento

⁶⁴ “Para os empreendimentos de grande porte e/ou de significativo potencial poluidor, a legislação ambiental federal e estadual exige a prévia elaboração de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – Rima. O Rima tem como objetivo informar à população, conferindo transparência ao processo de licenciamento e oferecendo oportunidade de diálogo em torno dos cuidados ambientais que deverão ser adotados para as próximas fases de licenciamento do empreendimento” (Rima, 2007, p.3). Disponível em <https://www.scribd.com/document/13349924/Rima-Relatorio-de-impactos-ambientais-comperj>, acessado em: 09/11/2018.

⁶⁵ O Arco Metropolitano é uma estrada projetada para interligar várias rodovias e cidades da Baixada Fluminense até o Porto de Itaguaí. O percurso total deveria ter 145 quilômetros. Mas ainda falta duplicar um trecho. Em 2014 foram inaugurados apenas 71 quilômetros da estrada, o que representou mais de R\$ 2 bilhões ao governo do estado e ao governo federal. Alguns trechos da estrada encontram-se abandonados, sem iluminação, provocando medo e insegurança aos motoristas que evitam trafegar pela estrada, devido aos episódios recorrentes de assalto na rodovia.

sustentável. Prometia que, concomitantemente às obras do Comperj, haveria um amplo projeto de revitalização da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim (APA). Era previsto o plantio de quatro milhões de mudas e o reflorestamento das matas ciliares dos rios Macacu e Caceribu. Sobre o mote de responsabilidade social e ambiental, a Petrobras participou do Conselho do Pacto Global das Nações Unidas em 2003.

O Comperj era apontado como uma transformação da indústria nacional, mas, também, traria desenvolvimento para a região, transformando a vida da população local e tornando os municípios em torno da sede em grandes polos produtores para o país, pois se estimava que fossem gerados mais de 200 mil empregos diretos e indiretos e, por efeito, renda. Sob essa perspectiva de mercado, o Complexo Petroquímico representaria uma oportunidade de crescimento econômico e de desenvolvimento para região (Firjan, 2008). O Comperj era esperado como “a solução da retomada do caminho do crescimento econômico do país”⁶⁶.

Desta maneira, a Petrobras, em parceria com as prefeituras, ofereceria cursos de capacitação profissional nos municípios no entorno do Complexo Petroquímico, objetivando capacitar aproximadamente 3 mil profissionais da região, dentre os quais 78% seriam em nível básico, 21% em nível técnico e 1% em nível superior⁶⁷. O que demonstra que a maior necessidade de qualificação na região era dos trabalhadores da construção civil, que possuíam baixa escolaridade.

Além disso, a Petrobras previa um desenvolvimento socioeconômico para a região ainda maior, uma vez que empresas prestadoras de serviço e diversas indústrias dependentes de produtos petroquímicos seriam atraídas para se instalarem ao redor do complexo, o que asseguraria a criação de mais empregos.

Contudo, a decisão da localização para sediar a planta industrial inquietou ambientalistas, uma vez que a região se situa em um local de alta relevância ambiental, tendo nas suas proximidades unidades de conservação, áreas de preservação ambiental, escassez de água na região e, principalmente, a Baía de Guanabara que, apesar da fragilidade do ecossistema, é considerada patrimônio histórico-ambiental do Rio de Janeiro.

⁶⁶ Conforme o vídeo institucional da Petrobras, cedido pelo ex-funcionário do Comperj durante a pesquisa realizada.

⁶⁷ Ibidem.

Moysés (2011) elucida que a localidade de Itaboraí para a instalação do Comperj seria a mais inadequada, do ponto de vista ambiental, visto que nessa região existem duas unidades de conservação em um raio de 10 km (a APA Estadual da Bacia do Rio Macacu, e a APA Federal de Guapimirim a 6 km) e seis UCs no raio de 20 km (Estação Ecológica Federal da Guanabara a 11 km; a Estação Ecológica Estadual do Paraíso a 13 km; a APA de Petrópolis a 14 km; a APA Federal da Bacia do Rio São João a 14 km; o Parque Estadual dos Três Picos a 17 km; o Parque Nacional da Serra dos Órgãos a 19 km).

Além disso, o referido autor ressalta a existência na região da APA Municipal de Guapi-guapiaçu, sob a administração da Prefeitura de Guapimirim. Todas essas UCs citadas compõem o Mosaico de Unidades de Conservação da Mata Atlântica Central Fluminense. Moysés (2010) já previa que a instalação do polo petroquímico na região possivelmente iria causar prejuízos nos mangues da APA de Guapimirim, por meio da análise dos documentos e de entrevistas de/com gestores do Ibama e ICMBio, os quais estariam interferindo nos modos de vida e sobrevivência dessa comunidade, “a comunidade passa assim por um processo de perda de seu lugar de vida, afetividade, convivência e sobrevivência” (p. 75).

Sua instalação provocou alguns impactos para o município. Uma das principais consequências no município com o advento das obras do Comperj foi o aumento populacional que, em 2010, contabilizou 50 mil novos moradores. Houve um abrupto crescimento urbano em sua área de influência, afetando toda a infraestrutura e os serviços básicos essenciais na cidade.

Pandeff, Guimarães, Donha e Silva (2008) analisaram que, se no período de instalação do complexo, o município já não conseguia atender às demandas locais de serviços públicos básicos, poder-se-ia antever que inúmeros problemas pudessem ainda acontecer, tais como:

Aumento acentuado do contingente populacional; Falta de capacidade de atendimento de demandas por serviços essenciais pelo município; Incapacidade de suporte da malha viária municipal; Incremento do uso e ocupação do solo de forma irregular (favelização); Aumento no número de ocorrências policiais com casos percebidos envolvendo: agressões, estupros, tentativas de homicídio e homicídios, prostituição, entre outros; Especulação imobiliária; Perda de qualidade de vida em função de danos à paisagem e ao meio; Geração de empregos não atenderá aos munícipes por falta de qualificação; Incremento de atividades marginais / economia informal; Aumento da concentração de renda (p. 18).

Cabe ressaltar, que processos de ocupações (vistos como) irregulares podem ser considerados como estratégias cotidianas úteis para resolver a necessidade de moradia, ou seja, são criadas soluções (ainda que,

improvisadas) para a problemática habitacional que permeia a logística laboral de grande parte da população. Trabalhadores provenientes de outras regiões (e estados) necessitavam improvisar locais para moradia mais próximos de seus locais de trabalho.

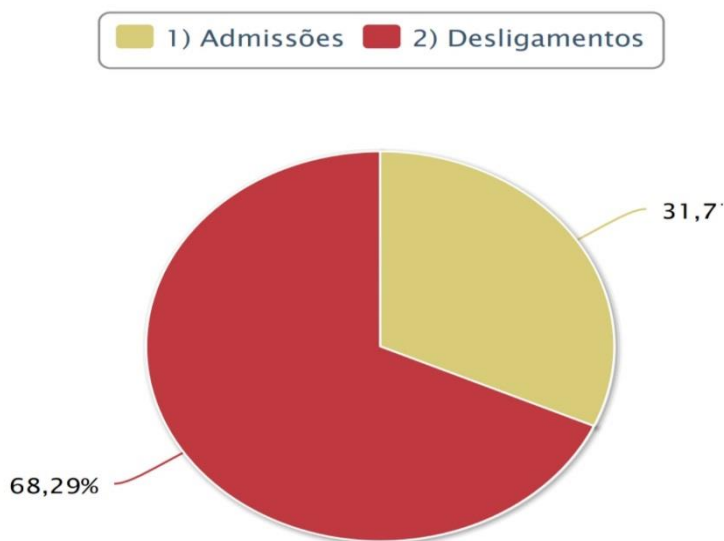
A vinda do Comperj para o município de Itaboraí resultou num processo de transformação urbana, no qual foram necessárias adaptações habitacionais diante do abrupto crescimento populacional. Herzer, Virgilio, Rodríguez e Redondo (2008), ao analisar os processos de mudança na zona sul da cidade de Buenos Aires, elucidam que *“crecimiento económico y crecimiento del mercado de trabajo urbano– y urbano –crecimiento de las ciudades y del componente poblacional que se expresa, en parte, con el surgimiento de urbanizaciones populares”* (p. 95).

Esta problemática evidencia a fragilização do processo de industrialização. O repentino aumento populacional em uma determinada região, em virtude da oferta no mercado de trabalho, tende a gerar uma nova arquitetura que emerge em função do trabalho. Entretanto, não se observa no município um planejamento consistente por parte da esfera pública para garantir políticas efetivas para toda a população.

Posteriormente, esse cenário é novamente afetado e, desta vez, com prejuízos ainda maiores, quando, na ocasião da interrupção das obras do Comperj, um expressivo número de trabalhadores foi demitido. O que desencadeou um terrível efeito cascata nos empreendimentos que foram atraídos para a região em virtude das obras do complexo.

A perspectiva de crescimento no número de admissões para o município de Itaboraí, principalmente no setor de construção civil, em razão das obras do complexo petroquímico, teve uma significativa redução com a paralisação das obras. O percentual de desligamentos dobrou em relação ao de admissões, ao contrário do que era esperado para a região na ocasião da implantação do Comperj, como mostra o gráfico 2, extraído do site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), elaborado com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Gráfico 2
Perfil do município de Itaboraí



Fonte: MTE/Caged – 2018.

Segundo as Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda (Isper), divulgadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS, conforme os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) referentes ao município de Itaboraí, em 2018 havia 31,7% de admissões em detrimento de 68,29% de desligamentos, como demonstra o gráfico.

Lima e Piccoli (2017) elaboram uma análise sobre o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, enquanto um megaempreendimento, ao elucidarem algumas repercussões que incidiram sobre os trabalhadores, bem como sobre o município de Itaboraí, que se transformou em uma cidade “fantasma”, devido ao esvaziamento de propriedades, lojas, pousadas, restaurantes e comércio em geral. Segundo as autoras:

Na cidade, que se preparou para absorver os benefícios econômicos e políticos advindos do grande empreendimento, os comerciantes que investiram capital visando alcançar lucros resultantes da superexploração dos trabalhadores, responsáveis pela instalação do Complexo, amargam as consequências da suspensão da obra (Lima; Piccoli, 2017, p.28).

As autoras supracitadas ainda enumeram questões decorrentes do processo de demissões em massa, que fica evidenciado com o crescimento do número de trabalhadores desempregados que buscaram (e ainda buscam,

conforme já elucidado) o Sine (Sistema Nacional de Empregos), a fim de pleitear uma vaga de emprego. Nesse sentido, é delimitada a intensa precarização das condições de sobrevivência dos trabalhadores demitidos pelos consórcios que, conforme Lima e Piccoli (2017), muitos não tiveram seus direitos trabalhistas pagos, e ainda, percebe-se parte desses efeitos deletérios,

[...] no acréscimo do número de pessoas nas ruas mendigando porque não possuem condições de voltar às cidades, sobretudo do Nordeste, da quais saíram para trabalhar no Comperj, no aumento daqueles que, por ausência de outra alternativa de sobrevivência, foram aliciados para atuar no tráfico de drogas na região (p.28).

De acordo com uma matéria publicada em julho de 2018 pelo jornal *O Fluminense*⁶⁸, houve um aumento considerável nos indicadores de violência do município. Para exemplificar essa conjuntura vivenciada no município, destacam-se os casos de roubo de carga que cresceram 284%, assim como ocorreram 196 assaltos, somente no primeiro semestre de 2018.

Os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) mostram que houve aumento durante os meses de janeiro a dezembro no ano de 2017 para 2018 em diversas tipologias criminais, como: roubo de celulares, roubo de residências, estupros, mortes decorrentes de intervenção policial, tentativas de homicídios, roubos a veículos, roubo de cargas, roubo em coletivo e a pedestres, conforme indica o quadro 4, a seguir, disponível na plataforma eletrônica de visualização de dados do Instituto de Segurança Pública (ISP).

⁶⁸ “Números do ISP também apontam para um aumento considerável nos indicadores do município, na comparação entre o primeiro semestre”. Disponível em: <http://www.ofluminense.com.br/en/cidades/itabora%C3%AD-mais-crimes>, publicado em: 21/07/2018, acessado em: 19/02/2019.

Quadro 4
Relatório de Violência/ ISP – Município de Itaboraí – 2017/2018

Relatório por área	Escolha a área Município	Escolher área Itaboraí	
	janeiro-December		
Título	2017	2018	Variação
Indicadores Estratégicos: Letalidade violenta	120	174	54 45.0%
Indicadores Estratégicos: Roubo de rua	1,409	1,810	401 28.5%
Indicadores Estratégicos: Roubo de veículo	966	1,217	251 26.0%
Homicídio doloso	95	131	36 37.9%
Lesão corporal seguida de morte	0	4	4
Latrocínio (roubo seguido de morte)	3	5	2 66.7%
Morte por intervenção de agente do Estado	22	34	12 54.5%
Policiais Civis mortos em serviço	0	0	0
Policiais Militares mortos em serviço	0	0	0
Homicídio culposo (trânsito)	58	35	-23 -39.7%
Tentativa de homicídio	101	176	75 74.3%
Estupro	58	89	31 53.4%
Roubo a banco	0	0	0
Roubo a estabelecimento comercial	135	123	-12 -8.9%
Roubo a residência	36	43	7 19.4%
Roubo a transeunte	1,058	1,164	106 10.0%
Roubo após saque em instituição financeira	10	10	0 0.0%
Roubo com condução da vítima para saque em instituição financeira	1	4	3 300.0%
Roubo de aparelho celular	153	295	142 92.8%
Roubo de bicicleta	0	0	0
Roubo de caixa eletrônico	0	1	1
Roubo de carga	126	296	170 134.9%
Roubo de veículo	966	1,217	251 26.0%
Roubo em coletivo	198	351	153 77.3%
Outros roubos que não os listados acima	263	456	193 73.4%
Total de roubos	2,946	3,960	1,014 34.4%

Fonte: Instituto de Segurança Pública/2017 e 2018.

Conforme Bruno e Pandeff (2016), “quando se aborda o crime, se faz menção à transgressão de uma lei e isso engloba uma infinidade de situações

diferentes, cada uma favorecida por determinadas condições” (p.24). As peculiaridades histórico-culturais e político-econômicas presentes no município de Itaboraí corroboram para o recrudescimento das manifestações da questão social. Os autores ressaltam que:

Os problemas com infraestrutura, adicionados à instabilidade econômica decorrente da desaceleração dos investimentos e paralisação das obras do empreendimento tornam-se fatores determinantes o atual quadro da criminalidade e coloca em risco o futuro do Município no contexto da segurança pública (Bruno; Pandeff, 2016, p.25).

Uma matéria publicada pelo G1⁶⁹ em maio de 2018 mostra que a cidade de Itaboraí é caracterizada pela situação de decadência econômica e de aumento da violência, devido à interrupção das obras do Comperj em 2015. Nesse sentido, ressalta que as atividades comerciais foram drasticamente reduzidas, tendo mais de 700 lojas fechadas, assim como o mercado imobiliário que, na implantação do complexo, havia expandido e, atualmente, enfrenta grande retração, com queda nos preços dos imóveis de quase 45% nos últimos anos.

A publicação também aponta que construções imponentes, como grandes prédios com heliporto, em sua maioria, permanecem vazios. A decadência do município retraiu os investimentos. Em uma declaração⁷⁰, o prefeito do município de Itaboraí, Sadionel Souza, afirmou que, em 2014, a arrecadação de Impostos Sobre Serviços (ISS) da prefeitura era de R\$ 30 milhões anuais, e que em 2018 não chegava a R\$ 3 milhões, ou seja, foi reduzido a 10% do que era, em três anos.

Sob esse contexto, a ação de milicianos encontrou terreno fértil para sua proliferação. Grupos criminosos detêm o poder de determinados territórios periféricos, onde se encontram bairros mais afastados do centro urbano, nos quais controlam a circulação de transportes alternativos, comércio de gás de cozinha, assinaturas ilegais de canais pagos de televisão, e cobrança de tarifas para moradores e estabelecimentos comerciais⁷¹. Além disso, a Polícia Civil investiga homicídios perpetrados pelo grupo organizado de milicianos, o que também gera mais tensão entre os moradores.

⁶⁹ “Comperj: com obra parada e desemprego, Itaboraí fecha mais de 700 lojas e vê violência crescer”. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/comperj-com-obra-parada-e-desemprego-itaborai-fecha-mais-de-700-lojas-e-ve-violencia-crescer.ghtml>, publicado em: 15/05/2018, acessado em: 19/02/2019.

⁷⁰ Ibidem.

⁷¹ Disponível em: <https://www.osaogoncalo.com.br/seguranca-publica/52147/policia-civil-investiga-acao-de-milicia-em-itaborai>, publicado em: 29/05/2018, acessado em: 19/02/2019.

O município de Itaboraí, que já enfrentava expressivas problemáticas em diversas esferas, posteriormente à implantação, interrupção e lenta retomada das obras do Comperj, tende a ser ainda mais prejudicado por essa conjuntura. A expectativa de ser um local pródigo em riquezas e oportunidades, como se fosse um Eldorado, devido a implantação do complexo petroquímico, tornou-se frustração em uma cidade vazia, permeada de espaços comerciais abandonados, imóveis desabitados, obras inacabadas, uma cidade considerada fantasma. A esperança foi interrompida, a cidade ficou apenas no sonho do ressurgimento.

Todos esses aspectos têm enorme impacto para a vida da população da região e, em particular, para as condições de vida e de trabalho dos que dependem do Comperj para sobreviver. Nesse sentido, o capítulo seguinte ocupa-se em realizar uma descrição analítica do Complexo Petroquímico e observar o perfil dos trabalhadores demitidos e suas formas de trabalho, como parte significativa dos resultados obtidos através dos dados coletados.

4.

Condições de trabalho dos trabalhadores desempregados do Comperj

4.1. O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro

Uma empresa dessa que nem o Comperj era pra estar funcionando. Aí fica fazendo o povo sofrer, a gente está sofrendo pelo desemprego, pela falta de competência dos nossos superiores que não têm consciência, e têm a ganância pelo dinheiro.
(TD4, 2018).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) despontou como uma estratégia de governo para alavancar a economia do país, em 2007. Dentre os principais investimentos realizados, destacam-se os da área de infraestrutura, os projetos de habitação, energia elétrica, construção de rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, hidrovias, e biocombustíveis. Em 2010, já na segunda etapa do PAC, os investimentos estiveram dirigidos ao petróleo e gás natural.

Nesse contexto, surge o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), que teve como principais financiadores a Petrobras, o BNDES e o Grupo Ultra. De acordo com o Rima (2007), a perspectiva que havia sobre a instalação do Comperj, como maior projeto individual da história da Petrobras era a melhor possível. Foi considerado como o “Eldorado”, em virtude de significar para muitos um local de riquezas e oportunidades. Assim, em 2006, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, junto à diretoria da Petrobras, anunciou a instalação do Comperj no município de Itaboraí, localizado na região metropolitana do estado.

O expressivo investimento realizado pela Petrobras e financiado pelo BNDES previa a instalação, em Itaboraí, de uma Unidade de Produção de Petroquímicos Básicos (UPB), com a finalidade de refinar petróleo pesado produzido na Bacia de Campos; de Unidades de Petroquímicos Associados (UPAs), local para onde seria realizada a modificação de parte desses insumos petroquímicos em resinas termoplásticas; e de uma Central de Utilidades,

responsável pelo abastecimento de água, vapor e energia elétrica imprescindíveis para a operação do Complexo, de acordo com o dossiê do Incid (2015)⁷².

Lima e Piccoli (2017) alertam que é necessário observar o conteúdo nacional-desenvolvimentista do argumento que corroborou para a implantação do complexo. O governo justificava esse investimento, ressaltando o imperativo de expandir e modernizar a indústria nacional, exibindo traços expressivos de “uma bandeira progressista, cunhada em interesses nacionais” (p.69), ainda que mantivesse seu cariz capitalista.

De acordo com o relatório, sua localização em Itaboraí se deu em virtude da disponibilidade e das facilidades da região. O Rima (2007) previa a criação de mais de 200 mil empregos diretos, indiretos e “por “efeito-renda”, a nível regional e nacional” (p. 5), com a instalação do complexo. Antevia, ainda, a capacitação de mão de obra em vários níveis de escolaridade, a ser realizada pela Petrobras, em parceria com prefeituras, onde poderiam proporcionar qualificação profissional, vislumbrando efeitos positivos na região e em todo o estado. Em seu ápice, as obras contabilizaram cerca de 30 mil funcionários, segundo o TCU (2010).

Figura 7
Vista geral do Comperj



Fonte: Petrobras.

⁷² Dossiê “A invisível cidadania dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj”. Sistema de Indicadores da Cidadania – Incid. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas- Ibase. Março de 2015.

A localização era tida como uma garantia de “eficácia operacional”⁷³, visto que o Comperj está situado a apenas 160km da Bacia de Campos, onde se encontra o petróleo pesado a ser utilizado, tendo ferrovias e rodovias (como o Arco Metropolitano) que poderiam fazer esse percurso com facilidade. A possibilidade de expansão do complexo, devido a existência de área disponível para uma ampliação, também foi um dos fatores que contribuíram para a escolha do município de Itaboraí para a sua sede.

Conforme o vídeo institucional produzido pela Petrobras para apresentação do Comperj, cedido pelo analista financeiro responsável pela administração contratual do complexo e que participou como informante desta pesquisa, inicialmente o projeto do Comperj tinha a finalidade estratégica de reduzir as importações de nafta e proporcionar bases competitivas internacionais para o desenvolvimento da indústria petroquímica brasileira. Situado no município de Itaboraí, no leste fluminense, o complexo ocupa uma área de 45 milhões de m².

O maior investimento individual da Petrobras estava avaliado em mais de 8,4 bilhões de dólares⁷⁴. Era esperada a integração, no mesmo projeto, de refinaria (1ª geração), central petroquímica, unidades produtoras de resinas termoplásticas (2ª geração), central de utilidades para geração de energia elétrica e vapor e para tratamento de água e efluentes.

O começo da terraplanagem estava previsto para o primeiro semestre de 2008. E o início da construção e montagem do complexo estava previsto para o primeiro semestre de 2009. Segundo os dados obtidos por meio do vídeo institucional da Petrobras, esperava-se que o Comperj gerasse uma economia de divisas para o país de cerca de dois bilhões de dólares anuais, instituindo condições para o fortalecimento da indústria nacional.

Seriam produzidos insumos para diversos tipos de produtos plásticos, desde embalagens até componentes automobilísticos. A indústria petroquímica é a base para diferentes setores da economia. No Brasil, o consumo de resinas termoplásticas por habitante alcançou a marca de 27 quilos em 2006. De acordo com os prognósticos otimistas desse período, esse número poderia chegar a até

⁷³ Devido a sua localização, “o Comperj estará ligado a Itaguaí, totalmente integrado à Reduc, Cenpes, a terminais como das Ilha D’água, Ilha Redonda, aos postos do Rio de Janeiro e Itaguaí, bem como ao terminal de Angra dos Reis” (Fonte: vídeo institucional da Petrobras, cedido pelo ex-funcionário do Comperj).

⁷⁴ De acordo com o vídeo institucional da Petrobras, esse valor seria suficiente para construir três refinarias semelhantes à Reduc (Refinaria Duque de Caxias), ou, ainda, para a implantação de sete projetos de grande porte para o desenvolvimento da produção de petróleo da Bacia de Campos, no litoral Norte do Rio de Janeiro.

53 quilos em 2020. Nesse sentido, para alcançar esta previsão, o Brasil necessitava de grandes quantidades de nafta ou de gás natural para a indústria petroquímica, as quais não são produzidas em quantidades suficientes na indústria brasileira para abastecer seu mercado.

Assim, a saída encontrada para essa questão passava pela importação de nafta ou de produtos petroquímicos acabados, com preços elevados. Soma-se a isso, a problemática do petróleo produzido na Bacia de Campos dos Goytacazes, RJ, que não é comumente valorizado no mercado internacional por ser pesado, o que provocava desvalorização monetária em sua exportação. A junção desses fatores provocava um saldo negativo na balança comercial brasileira, que necessitava da supressão da dependência internacional de matéria-prima e, ainda, acrescentar valor ao petróleo produzido no país.

Em uma matéria publicada pelo Globo.com⁷⁵ na qual tratava sobre a descoberta de petróleo leve em 2008, o então diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Adriano Pires, elucidava a diferença entre os tipos de petróleo. Segundo ele, o petróleo da forma mais densa (pesada) serve para produtos com um custo menor, como óleo combustível. Os vocábulos “leve” e “pesado” fazem alusão à consistência do óleo, o qual pode ser mais ou menos concentrado.

Como explica a publicação supracitada, grande parte do óleo produzido no Brasil é do tipo pesado, mais denso, cujo refino possui um preço mais alto e necessita de mais tecnologia para as empresas do setor. Ainda que autossuficiente, o Brasil é compelido a importar o petróleo leve para juntar-se ao pesado e reduzir os custos do refino.

Destarte, especialistas da Petrobras levaram anos para desenvolver no Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes) uma tecnologia única no mundo⁷⁶, que utilizava o petróleo pesado, fartamente existente no Brasil para a produção de insumos petroquímicos básicos, o que valorizaria o petróleo existente na Bacia de Campos.

A previsão inicial, prevista pela Petrobras, era de que o Comperj processasse 150 mil barris de petróleo por dia, 1,3 milhão de toneladas de eteno por ano, 880 mil toneladas de propeno por ano, 700 mil toneladas de para-xileno

⁷⁵ Disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL583646-9356.00-ENTENDA+A+DIFERENCA+ENTRE+OS+TIPOS+DE+PETROLEO.html, acessado em: 22/03/2019.

⁷⁶ O FCC (Craqueamento Catalítico Flúido) petroquímico denotaria uma mudança na forma de se produzir petroquímicos básicos no país, pois no lugar de produzir derivados combustíveis, através dessa tecnologia, o complexo produziria produtos petroquímicos, que possuem valor comercial mais elevado.

por ano, 600 mil toneladas de benzeno por ano e 157 mil toneladas de butadieno por ano.

No complexo integrado, seriam produzidos também produtos de segunda geração, resinas termoplásticas que abastecem a indústria de bens de consumo para a produção de manufatura, como garrafas pets, embalagens diversas para indústrias alimentícias e farmacêuticas e peças para indústrias montadoras de automóveis e eletrodomésticos.

Esperava-se que o projeto do complexo atuasse desde a extração e o refino até a produção final de resinas termoplásticas o que, segundo a Petrobras, representaria rentabilidade e eficiência para o projeto. Posteriormente, entretanto, o projeto sofreu algumas modificações que tinham por finalidade utilizar a produção de petróleo e gás natural das reservas de pré-sal da Bacia de Santos.

O projeto reformulado presumia refinarias preparadas para processar um *blend* de petróleo médio e leve, com competência para realizar um processamento ampliado para a produção de combustíveis, com o propósito de dar conta da ampliação da demanda por esses produtos. Segundo o relatório do Tribunal de Contas da União (2010):

Com as significativas mudanças ocorridas no Comperj, sua importância socioeconômica foi também drasticamente afetada. Antes se previa a construção de um complexo capaz de produzir diversos petroquímicos, no qual se instalariam diversas indústrias de transformação. Reduzida apenas a uma refinaria de petróleo, atendendo apenas ao mercado de combustíveis, e a unidades de processamento de gás natural (p. 3).

A perspectiva era que surgissem outros empreendimentos industriais petroquímicos, de terceira geração, para emprego dos resíduos para a criação de materiais plásticos. O valor total do investimento era estimado em R\$ 32,5 bilhões. Esperava-se o acréscimo da demanda por moradia, comércio, serviço e educação/qualificação, em virtude do vasto número de trabalhadores contratados para a realização das obras. Dentre os quais, estariam empenhados na execução de trabalhos relacionados ao desenvolvimento da indústria de material plástico.

As indústrias consumidoras de insumos petroquímicos básicos, as de resinas termoplásticas, e as consumidoras intermediárias dos produtos com material plástico seriam atraídas para a região em virtude das obras do Comperj. Além disso, destacam-se “as atividades associadas aos efeitos induzidos pela renda gerada pelos empreendimentos” (Firjan, 2013, p. 47). Ressalte-se também que, conforme os estudos da Firjan (2013):

As atividades de prestação de serviço não têm suas áreas de operação condicionadas à escolha da localização das empresas, o que gera a possibilidade da criação de negócios em todo o estado do Rio de Janeiro, mesmo para municípios com menor vocação para a atração de indústrias. Esse efeito pode ser um instrumento importante de apropriação dos efeitos do Comperj por municípios que tenham vantagens competitivas para tal, mesmo não sendo geradores do emprego industrial (p. 47).

Segundo Lima e Piccoli (2017), “a crise capitalista e a crise político-institucional provocada pela descoberta da corrupção envolvendo a Petrobras e as empresas consorciadas, levaram o valor das ações da estatal a um enorme decréscimo” (p.36). No ano em que as obras foram interrompidas, o preço do petróleo no mercado internacional que era de US\$ 100 por barril passou a ser US\$ 40 por barril⁷⁷.

O Tribunal de Contas da União publicou um relatório, em 2010, onde relatava uma reanálise nos preços contratuais das unidades de processo do Comperj, em virtude das revelações apontadas no âmbito da Operação Lava-Jato, em que se denunciou um esquema de fraudes e desvios em contratações de obras nas refinarias. Essa conjuntura, certamente, corroborou para a interrupção das obras do Comperj no fim de 2014 e início de 2015.

Além disso, foram descobertas irregularidades em 106 licenças ambientais com mais de 2.400 exigências que nunca foram cumpridas. O então procurador da República Lauro Coelho Junior, afirmou que a Justiça Federal em Itaboraí não considerou três falhas na concessão das licenças pelo estado: “o fracionamento da avaliação dos impactos ambientais, a inexistência de avaliação ambiental integrada e a apressada concessão da licença de instalação” (Ministério Público Federal, *Jusbrasil*, não datado)⁷⁸.

Contudo, de acordo com a entrevista realizada para esta pesquisa com o analista financeiro responsável pela administração contratual de uma das primeiras obras do Comperj⁷⁹, os problemas que provocaram a interrupção das obras ocorreram muito antes dos escândalos envolvendo as empresas contratadas pela Petrobras para as obras do Comperj.

A problemática residiria, segundo ele, na ausência de planejamento por parte do governo do então presidente Lula para a política de fomentação de

⁷⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/17-mil-desempregados-vivem-expectativa-da-retomada-de-obra-do-comperj.ghtml>, acessado em: 20/02/2019.

⁷⁸ Disponível em: <https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/1058573/mpf-rj-contesta-licenciamento-ambiental-do-comperj>, acessado em 20/02/2019.

⁷⁹ O ex-funcionário entrevistado trabalhou na Promon Engenharia, que era uma das empresas que compunham o consórcio SPE (Skanska, Promon e Engevix), responsável pela construção da Udav - Unidade de Destilação Atmosférica e à Vácuo.

empregos. Ao ser questionado quais seriam os principais motivos que levaram às interrupções das obras, ele respondeu:

Muitos e inúmeros se considerarmos todas as variáveis atreladas a um mega projeto como este. Mas dois não nos escapam a mente: falta de planejamento, o que não se explicaria dada a alta capacidade dos profissionais da Petrobras envolvidos. Vamos então para a segunda explicação que seria um movimento político, populista, respaldado na imagem de "bom homem", que o então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, gostaria de fomentar ao sair de seu último mandato, deixando a cama pronta para sua sucessora Dilma. Milhares de empregos foram gerados de uma hora para outra, de forma irresponsável, considerando que tudo não passava de ilusão, uma bolha, dado que o projeto se mostrou insustentável. Ficou evidente que não houve planejamento suficiente para implantação de um projeto daquela magnitude, naquele local, naquelas condições. Mais pareceu o seguinte: tenho que gerar emprego rápido e dizer que estou fomentando a indústria naval e do petróleo. Então implanta uma refinaria aí em qualquer lugar e pronto! Nas melhores práticas de gerenciamento de projetos adotadas pelo mundo é usual o levantamento das premissas e restrições, que no caso em questão eram muitas e foram totalmente ignoradas, tais como: água potável; energia elétrica; estradas; melhorias nas rodovias e estradas de acesso; capacidade da cidade de Itaboraí comportar/incorporar o trânsito e o contingente de pessoas (cerca de 30.000 profissionais); a construção do porto, gasoduto, oleoduto para escoamento da produção; real necessidade de construção da refinaria X quantidade de petróleo extraído do pré-sal; e por aí vai...

Todavia, vale ressaltar que essa é uma percepção de um profissional a respeito da interrupção das obras no Comperj. Em se tratando do momento histórico atual, não se pode analisar esse relato sem levar em consideração um intenso movimento que busca culpabilizar o Partido dos Trabalhadores pelos entraves que o Brasil tem vivenciado em sua conjuntura político-econômica, desconsiderando determinações econômicas e políticas de inegável importância para a compreensão desses problemas.

Neste sentido, poder-se-ia afirmar que foi um conjunto de razões que levaram à paralisação das obras do complexo petroquímico, e não apenas um único motivo isolado. Razões essas que prejudicaram direta e indiretamente muitas pessoas que organizaram suas vidas em torno do complexo com um intuito de lograr bom êxito em seus empreendimentos ou mesmo na esperança de um trabalho (dito) "decente", com uma remuneração apropriada, que pudesse assegurar uma vida digna.

Em julho de 2017, a Petrobras e a maior empresa integrada de P&G da China, a Corporação Nacional de Petróleo da China (CNPC), estabeleceram uma união estratégica. De acordo com a Firjan (2017), a CNPC evidencia interesse em investir e ampliar suas atividades no Brasil, sendo uma delas a conclusão do Comperj. A previsão de conclusão das obras do complexo está prevista para 2025.

Segundo o analista financeiro entrevistado, a Petrobras pagou para hibernar duas vezes a planta, e hoje paga uma empresa para lubrificação dos equipamentos para não perder totalmente aqueles que estão parados devido à interrupção das obras. Seria uma medida para preservação dos instrumentos das unidades.

Em uma matéria publicada na página eletrônica do jornal *Exame*⁸⁰, em maio de 2018, mesmo depois de divulgar a suspensão das obras do complexo petroquímico, a Petrobras gastou R\$ 2,7 bilhões para pagar obras já realizadas, encerrar contratos, e garantir a retomada de uma parte das obras, tendo despesas com a preparação das licitações da planta de gás natural e de unidades de apoio para as obras.

No mês de março de 2018, a empresa Kerui Petroleum, da província de Shandong, na China, assinou um contrato com a Petrobras para construção da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) Rota-3 do Pré-Sal, localizada no Comperj, na cidade de Itaboraí, no valor de aproximadamente US\$ 600 milhões.

Essa notícia chamou a atenção e reacendeu a esperança dos trabalhadores desempregados da região, que passaram verificar constantemente no Sintramon a existência de possíveis vagas de empregos que poderiam vir a ser anunciadas, visto que a estimativa era de que as obras de construção da unidade de gás criasse cinco mil vagas.

Conforme a matéria divulgada no G1⁸¹, publicada em maio de 2018, o vice-presidente do Sintramon, Marcos Hartung, afirmou que a UPGN poderia gerar pelo menos cinco mil empregos diretos dentro dos próximos meses, e que por esta razão centenas de trabalhadores buscavam o sindicato. Essas vagas não seriam disponibilizadas pela Petrobras e, sim, por empresas responsáveis pela construção e fornecimento de serviços necessários para a obra.

A figura 8 mostra uma das obras mais esperadas para o ano de 2018, a construção dos gasodutos da Linha 03 em Itaboraí, que gerou grande expectativa de emprego para os trabalhadores.

⁸⁰ Mesmo com obras paradas, Comperj consome R\$ 2,7 bi da Petrobras. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/mesmo-com-obras-paradas-comperj-consome-r-27-bi-da-petrobras/>, acessado em 20/02/2019.

⁸¹ “17 mil desempregados vivem expectativa da retomada de obra do Comperj”. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/17-mil-desempregados-vivem-expectativa-da-retomada-de-obra-do-comperj.ghtml>, acessado em: 20/02/2019.

Figura 8
Obras do gasoduto em 2018



Fonte: O Petróleo, 2017.

Em entrevista realizada para esta pesquisa, o presidente do Sintramon afirmou:

A questão da absorção dos trabalhadores na retomada das obras é uma outra discussão em si, porque com as demissões, em 2015, nós tínhamos 18 mil trabalhadores no Comperj. Aqueles 18 mil trabalhadores não estavam ali por acaso, estavam porque as empresas estavam precisando dessa mão de obra ali dentro. Aí nessa possível retomada do Comperj, hoje, falam que o topo que podem chegar é de sete a oito mil. Então é 10 mil a menos do que tinha. E como é que a gente faz com o restante do pessoal que foram demitidos? Vai pôr aonde? Seria necessário hoje, ao mesmo tempo, se a quantidade de pessoas que saiu aqui ser a quantidade de pessoas realocadas pra trabalhar lá.

Na verdade, a grande massa de contratação pra o Comperj, a perspectiva tá aí pra o primeiro semestre de 2019. Sendo contratado de cinco a seis mil trabalhadores. As contratações estão sendo feitas no Sine porque o sindicato ele não está encaminhando ninguém, quem tá encaminhando hoje é o Sine. A empresa, hoje, ela tem duas opções, ou ela atende a questão diretamente pelo Sine ou diretamente pela empresa, indicações próprias (Presidente do Sintramon, 2018).

Sob este contexto, na seção seguinte, buscar-se-á traçar um perfil dos trabalhadores demitidos das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro por meio das entrevistas realizadas para esta pesquisa.

4.2. Perfil dos trabalhadores da construção civil do Comperj

A nossa classe trabalhadora ela foi iludida, ela foi enganada. Nós trabalhadores somos massa de manobra... (TD3, 2018)

Em sua maioria, os trabalhadores do setor da construção civil do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro são originários de outros estados, sem bases familiares em Itaboraí, que permaneceram no município e arredores por não conseguirem retornar para sua terra natal. Muitos desses trabalhadores encontram-se desempregados, residentes no município, esperando sua contratação na retomada das obras. De acordo com o Incid (2015):

Estima-se que, no canteiro de obras do Comperj, a proporção de trabalhadores e trabalhadoras oriundos de outros estados é de, no mínimo, 70%. Em alguns casos, a estimativa é de 90%. A maioria deles vem de cidades da Bahia, do Pará e do Maranhão. Muitos já saíram dos seus estados de origem contratados pelas próprias empresas (em geral, por um prazo determinado); outros vieram atrás de colegas e parentes que conseguiram um posto de trabalho no Comperj (p. 36).

O que contraria a lei de incentivo municipal “70 mais 30” (mencionada no capítulo anterior), que objetivava assegurar um maior número de trabalhadores dos 15 municípios do Conleste. O processo migratório vivenciado pelos trabalhadores do Comperj ocorre de maneira amiúde para os trabalhadores do setor da construção civil onde, devido à grande rotatividade das obras – por serem majoritariamente temporárias –, tendem a se acostumarem com sucessivos deslocamentos em busca de vender sua força de trabalho, seu único meio de sobrevivência.

A implantação do Comperj, com a possibilidade de geração de milhares de empregos, provocou o aumento populacional no município de Itaboraí e adjacências, conforme foi visto anteriormente. Com a interrupção das obras, o número de trabalhadores desempregados na região se ampliou significativamente, o que corroborou para busca de ocupações no cadastro do Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Após entrar em contato com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Manutenção e Montagem Industrial de Itaboraí (Sintramon), foi relatado que é comum encontrar filas enormes de trabalhadores logo pela manhã no Sine, em Itaboraí, em busca de retornar ao mercado de trabalho. De acordo com o relato da liderança sindical, já houve dias em que mais de mil pessoas enfileiravam-se na busca de uma vaga, por vezes dormiam nas extensas filas, com o intuito de obter atendimento.

Sendo assim, no dia primeiro de outubro de 2018, foi realizada uma visita ao local onde está situado o Sine, para examinar a situação informada. Deveras, às sete horas da manhã a fila já havia ultrapassado o quarteirão do posto do Sine. Após ter dialogado com alguns trabalhadores que estavam na fila, demonstrando interesse em conhecer sua situação ocupacional e apresentando o objeto desta pesquisa, alguns se dispuseram a participar da entrevista, respondendo individualmente o questionário elaborado com um roteiro previamente preparado.

Nesse dia, foram realizadas entrevistas com cinco trabalhadores demitidos do Complexo Petroquímico, que se encontravam aguardando as senhas distribuídas para o atendimento no Sine, a fim de pleitearem uma vaga de emprego. Posteriormente, foram entrevistados, no dia 10 de dezembro de 2018, mais dois trabalhadores que estavam no Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Manutenção e Montagem Industrial de Itaboraí (Sintramom).

O perfil dos trabalhadores será apresentado através de códigos alfanuméricos, conforme indicado no quadro abaixo, a fim de assegurar o sigilo quanto à identidade dos trabalhadores entrevistados. A sigla TD, criada para representá-los, corresponde a Trabalhador Desempregado. A numeração foi feita conforme a ordem das entrevistas.

Quadro 5
Identificação dos trabalhadores entrevistados

Identificação	Origem	Escolaridade	Tempo de trabalho no Comperj	Função exercida no Comperj
TD1	Pernambuco	Ensino fundamental completo	2 anos	Encanador
TD2	Salvador/BA	Ensino fundamental incompleto	2 anos e 2 meses	Soldador
TD3	Maranhão	Ensino fundamental incompleto	2 anos e 6 meses	Encanador industrial
TD4	Bahia	Ensino médio completo	2 anos e 8 meses	Encanador industrial
TD5	Minas Gerais	Ensino fundamental incompleto	2 anos e 8 meses	Pedreiro
TD6	Belém	Ensino médio completo	4 anos	Soldador
TD7	Bahia	Ensino médio completo	1 ano e 2 meses	Soldador

Fonte: pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

Ressalte-se que respeitamos aqueles que não manifestaram interesse em participar da pesquisa. Havia muitos trabalhadores que já compunham o quadro de funcionários do Comperj, e que agora estavam desempregados. Os trabalhadores que se mostraram mais reticentes em participar da pesquisa eram nitidamente mais novos e os que se mostraram dispostos a participar das entrevistas tinham idade entre 39 e 66 anos. Poder-se-ia inferir que esses trabalhadores seriam mais intrépidos que aqueles, visto que já possuem experiência no mercado de trabalho e se sentem mais confiantes para relatar sua trajetória ocupacional.

O conjunto de trabalhadores presentes nos dois dias em que as entrevistas ocorreram era composto majoritariamente por homens. Entretanto, foi possível identificar uma mulher que era soldadora, trabalhadora demitida do Comperj, que estava no Sine, mas, infelizmente, não aceitou participar da entrevista. É possível que a trabalhadora estivesse receosa em compartilhar seus relatos e, assim, não auferir a vaga pleiteada na retomada das obras. Entretanto, todos os trabalhadores abordados foram informados que suas identidades estariam sob sigilo ao participarem da entrevista.

Todos os sujeitos entrevistados eram trabalhadores demitidos do complexo petroquímico. Nenhum deles era proveniente do estado do Rio de Janeiro, ao contrário, todos advindos de outros estados e, em sua maioria, da região nordeste brasileira. Com baixa escolaridade e sofrendo os danos do desemprego em seus municípios, migraram para o estado do Rio de Janeiro almejando melhores condições de vida e oportunidade de trabalho. As histórias de vida são bastante semelhantes, tendo uma trajetória ocupacional instável e extenuante.

Conforme ilustra o quadro 6, a seguir, os trabalhadores entrevistados relataram o percurso que realizaram desde que saíram de seus estados de origem. Alguns percorreram diversas cidades até chegar às obras do Comperj, outros vieram para Itaboraí em decorrência do anúncio de vagas, e outros, após a interrupção das obras, permaneceram no exaustivo movimento em busca de trabalho por outras regiões do país.

Quadro 6 - Trajetória Ocupacional dos trabalhadores entrevistados

Trabalhadores	Profissão	Origem	Percurso ocupacional por localidade					
			Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul	Exterior
TD1	Encanador	Pernambuco			Itaboraí			
TD2	Soldador	Salvador		Salvador	Itaboraí			
TD3	Encanador Industrial	Maranhão	Manaus Pará	Maranhão	Itaboraí Macaé Itaguaí		Rio Grande do Sul	
TD4	Encanador Industrial	Bahia		Bahia	Itaboraí Itaguaí São Paulo Duque de Caxias Minas Gerais	Mato Grosso do Sul	Curitiba	Paraguai
TD5	Pedreiro	Minas Gerais			Minas Gerais Itaboraí			
TD6	Soldador	Belém	Belém		Itaboraí		Curitiba	
TD7	Soldador	Bahia		Bahia	Itaboraí			

Fonte: pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

TD1 tem 66 anos, natural de Pernambuco, não conseguiu terminar o ensino fundamental, aposentou-se recentemente, encontra-se desempregado desde a paralisação das obras do Comperj, reside em Itaboraí há 40 anos, sempre trabalhou na área da construção civil como encanador. Trabalhou por dois anos na empresa Jaraguá, responsável por fazer as interligações da unidade industrial do Comperj. Segundo o Petronotícias⁸², seriam realizadas através dessa empresa as interligações de 49 tanques, cinco vasos, seis esferas, além de quatro subestações.

TD2 tem 60 anos, é oriundo de Salvador, BA, estudou até a 8ª série do ensino fundamental, reside em Itaboraí há seis anos, encontra-se desempregado há três anos. Antes de ser contratado no Comperj trabalhava como soldador, e

⁸² Disponível em: <https://petronoticias.com.br/archives/4222>, acessado em: 25/11/2018.

permaneceu trabalhando na mesma área enquanto trabalhou no complexo. Trabalhou por dois anos e dois meses contratado pelo consórcio formado por Techint e Andrade Gutierrez, empresas que eram responsáveis pela construção da unidade de coque do Comperj.

TD3 tem 47 anos, nasceu no Maranhão, interrompeu seus estudos ainda no ensino fundamental, reside em Itaboraí há sete anos, encontra-se desempregado atualmente. Trabalhou 10 anos em Manaus, AM, nove anos no Pará. Saiu de casa com 17 anos, trabalhou em Manaus como ajudante no distrito industrial. Aos 28 anos foi para o Pará, onde trabalhou como montador de estrutura e encanador industrial.

Quando chegou em Itaboraí, o trabalhador já era encanador industrial, e foi contratado dentro do Comperj para encarregado de tubulação pelo consórcio SPE, formado a partir da parceria de três empresas de engenharia que atuam no Brasil: Skanska, Engevix e Promon, onde trabalhou durante dois anos e seis meses. Esse consórcio era responsável pela construção da Unidade de Destilação Atmosférica e à Vácuo – Udav, dentro do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

TD4 tem 39 anos, proveniente da Bahia, concluiu o ensino médio, reside em Itaboraí há oito anos, encontra-se desempregado. Antes de trabalhar no Comperj, trabalhou em Itaguaí, de Itaguaí a empresa o levou para São Paulo, de São Paulo foi para o Paraguai, depois do Paraguai foi para Bahia e, devido à problemática de desemprego, retornou para o Rio em 2010. Residiu em Caxias, de Caxias foi trabalhar em Curitiba, PR, e posteriormente foi trabalhar no Comperj, onde trabalhou como encanador industrial por dois anos e oito meses no consórcio QGGI.

Esse consórcio foi formado pelas empresas Iesa Óleo e Gás, juntamente com a Queiroz Galvão e com a Galvão, juntas seriam responsáveis pela construção, na modalidade EPC, das Unidades de Hidrotratamento (UHDT) de destilados médios e de Querosene de Aviação (QAV) do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

TD5 tem 64 anos, natural de Minas Gerais, interrompeu seus estudos na 4ª série do ensino fundamental, reside em São Gonçalo há 10 anos. Sempre trabalhou de pedreiro. Trabalhou por dois anos e oito meses no consórcio TE-AG, formado pelas empresas Techint e Andrade Gutierrez. Quando foi demitido do Comperj trabalhou oito meses em uma firma, depois mais oito meses em outra e, posteriormente, ficou sem emprego, estando até o presente momento nessa condição.

TD6 tem 40 anos, nascido em Belém, PA, concluiu o ensino médio, reside em Itaboraí há 10 anos. Antes de trabalhar no Comperj trabalhou como soldador em uma Refinaria em Curitiba, PR. No Comperj trabalhou como soldador por quatro anos, contratado pelas empresas Andrade Gutierrez, Fidens, Potencial e o consórcio TUC, formado pelas empresas: Toyo Engineering Corporation, UTC Engenharia S/A e Construtora Norberto Odebrecht S/A.

Este trabalhador foi demitido em janeiro de 2015, e desde então não trabalhou mais de carteira assinada. Realizou trabalho informal em sua área profissional, ainda que esporadicamente. Atualmente encontra-se desempregado.

TD7 tem 65 anos, natural da Bahia, finalizou o ensino médio em 2018, reside em Itaboraí há sete anos. Sempre trabalhou como soldador, conforme o relato. Trabalhou por mais de um ano no Comperj pelo consórcio Teag. Após sua demissão, trabalhou informalmente em sua área de atuação e fora dela. Atualmente, encontra-se desempregado.

Após realizar as entrevistas, foi possível perceber a constante rotatividade presente nas atividades laborais dos trabalhadores da construção civil. É comum deixarem suas famílias, seus estados, suas histórias e seus costumes para migrarem para outros estados em busca de uma vaga de emprego, ainda que seja uma vaga que tenha uma curta duração. A mobilidade contínua desses trabalhadores revela a busca de mecanismos para suprimir suas necessidades:

Quando eu saí do Comperj, eu fui pra Rio Grande do Sul. Trabalhei na plataforma P55. Voltei de novo e trabalhei aqui dentro de novo na Queiroz Galvão. Depois que eu saí da Queiroz Galvão, voltei também de novo, trabalhei um ano aí. Depois que eu saí, fui pra Macaé, trabalhei cinco meses. Depois de Macaé, estou fazendo essa ponte aqui até Itaguaí. Vou lá faço uma parada de cinco dias e volto. É um bico de carteira assinada, bico registrado (TD3, 2018).

Quando eu saí do Comperj, passou um tempo, eu fui trabalhar no Mato Grosso do Sul, saí do Mato Grosso do Sul voltei aqui pra o Rio novamente, aí passou mais um período desempregado, aí fui pra Minas Gerais agora, trabalhei na cidade de Nazareno lá, aí voltei e estou há uns três ou quatro meses desempregado. Eu vou fazendo os contatos até aparecer alguma coisa (TD4, 2018).

Outra questão que pôde ser evidenciada por meio das entrevistas, reside em que trabalhadores que possuem uma maior qualificação profissional dentro do setor da construção civil acabam tendo mais dificuldade em se inserir em outros espaços de atuação, pois a profissão exercida por eles, além de conferir uma remuneração mais alta que em outros empregos, prejudica sua inserção em espaços menos especializados.

Dito de outra forma, a maioria dos trabalhadores entrevistados relata que enfrentaram problemas para se inserir em outros espaços ocupacionais, pois o contratante, ao tomar conhecimento de sua trajetória profissional, tornava-se receoso em lhe dar a vaga e esta ser deixada no momento em que esse trabalhador especializado alcançasse um emprego no cargo com o qual sempre trabalhou, podendo, assim, ter uma *solução de continuidade*⁸³, ou seja, ocasionando uma interrupção da continuidade dos serviços prestados por esse trabalhador.

Com efeito, esses trabalhadores podem levar mais tempo para se reinserir no mercado de trabalho, pois tendem a aguardar uma vaga na profissão em que se especializaram. De acordo com o relato de um trabalhador a respeito da dificuldade em se reinserir no mercado formal de trabalho:

O pior é que a gente quase não acha porque na hora que eles pedem tudo, na hora do curriculum eu entrego, até em supermercado eu já entreguei, mas acho que eles veem esse negócio de pedreiro que eu não modifico. Aí eu falo com a moça que eu entrego, pode pôr qualquer outra profissão aí, que o salário é menor, é salário mínimo, né? Acho que supermercado, essas outras coisas, quem não tem estudo suficiente, não tem profissão, é tudo salário (TD5, 2018).

Por conseguinte, trabalhadores utilizam de estratégias laborais para permanecer ativos no mercado de trabalho. Conforme exposto por alguns trabalhadores, é comum possuírem duas carteiras de trabalho. Assim, conseguem apresentar a carteira conforme a vaga de emprego anelada:

Uma pessoa hoje que só tem uma profissão ele fica muito naquele quadradinho, aí ele cai pra o emprego informal, vender uma água, vender uma coisa. Eu já tenho 20 anos nessa área. Trabalho com montagem industrial, trabalho com calderaria, trabalho com mecânica, ajustador, trabalho com mecânica industrial, trabalho como encarregado, como encarregado, quando a gente chega na profissão como encarregado, então você já passou por isso tudo, entendeu? Então você tem um pouco de experiência de cada coisa. Então eu tenho duas carteiras, uma carteira de encarregado e outra carteira de, como é que se diz, a gente no nosso ramo a gente chama de ferramenta, de não profissional, de profissional, mas é um que não é de encarregado. Por que se você pega só uma carteira, quando chega pra fazer uma entrevista, eles dizem: poxa, mas você era encarregado, e você pegou e foi e rebaixou sua carteira. A gente sabe que pelo direito da Constituição não pode, mas devido a demanda a gente tem que ir de acordo com o mercado de trabalho. Tá aqui minha carteira de profissional de encarregado e tá aqui a outra de profissional com menos qualificação (TD3, 2018).

A instabilidade político-econômica no cenário brasileiro, conforme abordado neste estudo, também se reflete no setor de construção civil, à medida que diversas obras pelo país encontram-se paralisadas, corroborando para que

⁸³ Solução de continuidade ocorre quando há uma quebra, uma interrupção de uma ação sobre um objeto.

os trabalhadores do setor fiquem desalentados, inseguros, sem expectativas de obterem uma vaga de trabalho:

Fico aguardando. Fico à mercê deles, me chamam quando precisam. Não é certo (TD3, 2018).

Essa afirmação demonstra quão submetido ao empregador o trabalhador se encontra. Suas necessidades ficam subjugadas à vontade do contratante de absorver ou não sua força de trabalho. Apesar da rotatividade, mobilidade, instabilidade, insegurança e precarização de muitos espaços laborativos, ainda assim os trabalhadores aguardam ansiosamente poderem ter o *privilégio da servidão* (Antunes, 2018).

O autor pondera que os trabalhadores devem apresentar uma disponibilidade contínua para serem convocados a vender sua força de trabalho, assim que seja necessário para as empresas (Antunes, 2018, p.34). A tecnologia permite o estreitamento desse processo, à medida que esses trabalhadores são chamados por aparelhos telefônicos, ou verificam a existência de vagas de trabalho em aplicativos especializados, como no caso do aplicativo Sine Fácil.

Contudo, em vez de possibilitar a busca por empregos, pode aumentar a insegurança nos trabalhadores por não terem a certeza de uma empregabilidade estável, podendo ser facilmente descartados por seus contratantes e substituídos por outros trabalhadores, caso não se enquadrem dentro dos aspectos estabelecidos para manutenção no emprego.

Os trabalhadores do setor de construção civil são prestadores de serviços (em sua maioria, temporários) para outras empresas, como é o caso dos trabalhadores do Comperj, que são terceirizados, subcontratados por empresas contratadas pelos consórcios. Esses consórcios são formados por uma empresa ou conjunto de empresas que gerenciam o contrato principal.

Todos os trabalhadores entrevistados para esta pesquisa afirmaram que suas condições de trabalho no complexo petroquímico eram adequadas. Relataram que trabalhavam com a carteira de trabalho assinada, com todas as garantias previstas em lei para o trabalho formal. Tinham vale alimentação, transporte, plano de saúde e recebiam as horas extras trabalhadas. Foram unânimes em relatar que o salário recebido era condizente com o seu trabalho e que nunca deixaram de receber.

Entretanto, relataram que colegas que trabalhavam para a empresa Alusa Engenharia, que depois mudou o nome para Alumini Engenharia, amargaram atrasos no pagamento de salários, e ficaram por um tempo sem receber suas rescisões contratuais quando foram demitidos. Essa empresa, conforme já

mencionado, foi o escopo de mobilizações dos trabalhadores do Comperj que lutavam por reajustes salariais, benefícios e pagamentos atrasados.

De acordo com o estudo realizado por Almeida (2016), os trabalhadores reivindicavam reajuste salarial de 11,5%, vale alimentação de R\$ 500,00, horas *In Itineri* (pagamento de duas horas), horas extras, classificação de atividades por parte das empresas, folga de campo, e pagamento integral da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) dos trabalhadores, referente ao ano de 2013-2014, além de não serem descontados os dias de greve (p. 79).

Segundo o presidente do Sintramon, em entrevista para essa pesquisa em dezembro de 2018, há sete ou oito meses atrás a Alusa pagou tudo aquilo que estava devendo a esses trabalhadores. Porém, não foi possível encontrar, para fins desta pesquisa, nenhum trabalhador da Alusa para ratificar essa informação, e verificar as implicações desse período sem o recebimento de suas rescisões contratuais.

Os trabalhadores entrevistados que estavam no Sine e no Sintramon eram todos do setor de construção civil que possuíam uma especialização profissional no setor. Não identificamos trabalhadores que fossem serventes, ajudantes de obra, armadores, entre outros profissionais com remunerações mais inferiores.

Poder-se-ia inferir que esses trabalhadores se alocaram em postos de trabalho precarizados e informais, solapando ainda mais seus direitos trabalhistas. Neste sentido, estariam, então, aplicando seus esforços e seu tempo em granjear seus meios de subsistência, não sendo possível, assim, pleitear suas vagas anteriores no complexo.

Ao analisar as formas de trabalho contemporâneas cada vez mais precárias, fruto da conjuntura regida pelos ditames neoliberais, no contexto do capital financeiro, Antunes (2018) pondera que “a informalidade deixa de ser a exceção para tendencialmente se tornar a regra” (p. 172). Ao ser indagado sobre as condições laborais dos trabalhadores do Comperj, o Presidente do Sintramon relatou:

Algumas funções conseguiram, e outras continuaram desempregadas, porém fazendo *free lance*, empregos informais. Eu já vi soldador com aqueles carrinhos, sabe, catando latinha, catando papelão, catando panela velha, mas, querendo ou não, estão defendendo o deles honestamente, então não estão diretamente na rua, pedindo isso e aquilo, desocupados. Então existem várias maneiras, outros estão trabalhando no estacionamento de flanelinha, outros tão vendendo picolé na praia, vendendo bala no trânsito, vendendo água, então são várias situações que as pessoas estão encontrando pra poder ganhar seu “ganha pão” honestamente. Mas é claro que têm algumas pessoas que perdemos alguns para o tráfico, outros que caminharam por um caminho diferenciado, isso aí pode acontecer (Presidente do Sintramon, 2018).

Em uma matéria publicada pela página eletrônica *Globo.com*⁸⁴ em maio de 2018, diversos trabalhadores expuseram as dificuldades enfrentadas após as demissões no Comperj. De acordo com os relatos publicados, um trabalhador que era armador em uma das empresas ligadas à construção do Comperj, após ser demitido, trabalhou de maneira informal em espaços ocupacionais temporários por três anos consecutivos à paralisação das obras e, na ocasião da publicação, estava desempregado.

Outro relato apresentado na matéria supracitada é o de um trabalhador, que era montador de tubulação nas obras do complexo petroquímico, e descreve que na ocasião estava trabalhando como guardador de veículos na Avenida 22 de Maio, a principal do município de Itaboraí. Apesar da exposição ao sol forte e sem garantias trabalhistas, o trabalhador de 32 anos revelou que graças a essa função ainda conseguia garantir alguma coisa para o sustento do seu filho. Entretanto, lamentava não trabalhar mais no Comperj, pois o complexo era um sonho, o qual foi interrompido.

A respeito do trabalho, Antunes (2018) pondera que “ao contrário de efetivar-se como exercício de uma atividade vital, satisfação de uma carência, ele se converte em apenas um meio para saciar as carências fora dele” (p. 98). As necessidades fora do âmbito laborativo é que compelem o trabalhador a estar trabalhando.

Nesse contexto, a escassez de trabalho representa a ausência de recursos responsáveis pela reprodução da vida desse trabalhador e de sua família. A naturalização da condição de desemprego impulsiona os trabalhadores a se habituarem com formas de trabalho precarizadas, sendo impelidos a se sujeitar a esses subempregos em troca de meios para o seu sustento. Em entrevista para esta pesquisa, um trabalhador afirmou:

Às vezes eu acho que Deus permite que a gente fique um ano, dois anos, três anos desempregados, que é pra saber como valorizar cada centavo que a gente ganha (TD4, 2018).

Muitos que achavam que estava ruim, agora estão reclamando aquele emprego lá. Porque ainda mais a gente que trabalha nessas empresas grandes, agora o governo não tá fazendo nada, né? Nada de empresas, as obra tudo paradas (TD5, 2018).

A alienação do trabalhador ao trabalho, em razão da necessidade de vender-se a si próprio, impede-o de observar a exploração a que está submetido, caracterizada por baixos salários, longas jornadas, intensos ritmos de produção,

⁸⁴ Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/17-mil-desempregados-vivem-expectativa-da-retomada-de-obra-do-comperj.ghtml>, publicado em: 15/05/2018, acessado em: 07/03/2019.

extração tanto de mais valor absoluto quanto de mais valor relativo, em conformidade com a dinâmica do padrão de acumulação capitalista (Antunes, 2018, p. 118).

O fenômeno do desemprego perpassa cada trabalhador entrevistado. Sua manifestação constante demonstra que não se trata de um problema isolado, uma crise pontual que acometeu um grupo de empresários responsáveis pelas obras do complexo. A gravidade com que se apresentou para os trabalhadores do Comperj reverbera em boa parte das oportunidades de trabalho perdidas na região.

Assim, não somente as condições de trabalho são afetadas, mas a própria qualidade de vida dos trabalhadores se torna ameaçada. Segundo exposto pelos trabalhadores entrevistados:

Fui demitido em 15 de janeiro de 2015. Fiquei trabalhando aí, fazendo bico mesmo, sem carteira assinada. Mudou muito desde que fui demitido, o salário caiu muito, muito mesmo. Tem quatro anos que deixei de pagar a contribuição para o INSS. E se ficar doente sem plano de saúde você fica desprotegido (TD6, 2018).

Estou desempregado. Trabalhei fazendo bico na minha área e fora da minha área. Sem carteira assinada, fazendo portões, grades, algumas coisas dessas, ou como ajudante. Estou aqui no sindicato procurando serviço (TD7, 2018).

Ao ser indagado sobre o número real de trabalhadores demitidos do Comperj, tendo em vista a questão do desemprego na região, o presidente do sindicato revelou:

Eu nunca vi uma crise tão grande, eu com 51 anos eu já vi algumas crises da área da montagem, da construção, dos estaleiros, mas era um pouco diferente porque você saía daqui, sempre tinha uma... todo ano, meado do ano, próximo de final de ano tinha uma parada na refinaria tal, você saía daqui tinha uma parada na usina de cana em tal lugar, então você conseguia, de certa forma, transferir uma quantidade de pessoas que estava desempregada para um determinado local. Uma parada é quando você para uma parte de uma refinaria pra fazer uma reforma, uma manutenção, a gente chama de parada aquilo. E, com isso, as pessoas saíam de um local para o outro, eles conseguiam naquele período de 30, 40, 60 dias, às vezes até 90 dias, eles conseguiam ali aquele trabalho naquele período. E de 2015 pra cá, com a quantidade de trabalhadores que foram demitidos, o que me chamou a atenção é que não foi só aqui, foi em todo país (Presidente do Sintramon, 2018).

Cabe ressaltar que todos os trabalhadores entrevistados ressaltaram que o maior desafio vivenciado pelos trabalhadores demitidos do Comperj é vivenciar o desemprego, destacando-se algumas argumentações:

O maior problema é o desemprego. O desemprego está demais. Tem até supervisor trabalhando de servente, ajudante e não está encontrando. Eu não consegui trabalho. Eu gastei tudo que tinha e que o não tinha e fiquei aí. Com o apoio da minha família, se for pra passar dez anos aqui, eu passo porque minha família me dá apoio. Minha família está lá em Salvador. Eu tenho 11 irmãos e eles

não deixam eu passar sufoco não, que eu criei eles também, né? Estou aqui sozinho, mas quando eu me aposentar, vou embora (TD2, 2018).

O maior problema é o desemprego, mas a questão é que tem emprego, o nosso Brasil é rico em matéria prima. A gente tem riquezas que outros países não tem. A gente tem petróleo, tem água à vontade, tudo fonte de renda pra gente. Uma empresa dessa que nem o Comperj era pra estar funcionando. Aí fica fazendo o povo sofrer, a gente está sofrendo pelo desemprego, pela falta de competência dos nossos superiores que não têm consciência, e têm a ganância pelo dinheiro (TD4, 2018).

Nós precisamos do emprego, e o Comperj está aqui em Itaboraí, o povo de Itaboraí é que tem que ficar, o povo de Niterói, de São Gonçalo, daqui da região do Rio. E vem muita gente de fora, vem o pessoal de Minas, vem o pessoal de Salvador, aí eles ficam e nós acabamos ficando desempregados. Todo mundo foi afetado, o município, muitas lojas foram fechadas, materiais de construção, essas lojas todinhas foram fechadas, e aí afetou geral, geral, né (TD6, 2018).

A expectativa de contratação na retomada das obras traz esperança para os trabalhadores demitidos do complexo petroquímico, mesmo sabendo que o número de contratações não será suficiente para absorver a maioria desses trabalhadores que estão desempregados. O presidente do sindicato afirmou que o maior volume de contratações para o Comperj era esperado para o primeiro semestre de 2019, o que representaria de cinco a seis mil trabalhadores contratados, em detrimento do expressivo número de trabalhadores demitidos no período dos anos de 2014 e 2015, tendo em vista que o Comperj já chegou a contratar mais de 30 mil trabalhadores.

De acordo com o veículo de comunicação online especializado em divulgação de notícias do setor petrolífero, *O Petróleo*⁸⁵, no dia 16 de janeiro de 2019, mais de 30 trabalhadores demitidos do Comperj realizaram uma manifestação na BR-101, na altura do trevo de Manilha, em Itaboraí. Os trabalhadores revelaram que na retomada das obras não estão sendo priorizados os trabalhadores da região, visto que a empresa responsável pela contratação tem contratado trabalhadores de outros estados.

Consoante à publicação, a Petrobras alegou em nota que a despeito da responsabilidade pelas contratações para as obras ficar a cargo das empresas contratadas, a estatal tem “reforçado junto às mesmas o compromisso de priorizar a contratação de mão-de-obra local”⁸⁶. Além disso, informou que:

As obras do projeto integrado Rota 3 já estão em andamento e contemplam a construção da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) e de um gasoduto com aproximadamente 355 quilômetros de extensão total, que escoará o gás natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos até a UPGN, em Itaboraí (RJ).

⁸⁵ Urgente! Ex-funcionários do Comperj querem proibir contratações de profissionais de “fora”. Disponível em: <https://www.opetroleo.com.br/urgente-ex-funcionarios-do-comperj-querem-proibir-contratacoes-de-profissionais-de-fora/>, publicado em: 18/01/2019, acessado em: 08/03/2019.

⁸⁶ Ibidem.

Tanto a UPGN quanto o gasoduto estão previstos para ficar prontos em 2020. O objetivo é que funcionem integrados. A realização de cada etapa respeita o cronograma do projeto, e tem previsões distintas de conclusão, de acordo com a data de necessidade do serviço e a evolução da obra (Petrobras, 2019 apud *O Petróleo*, 2019).

Os trabalhadores informaram que esta foi apenas a primeira de muitas manifestações que farão em prol da ocupação das novas vagas no complexo petroquímico. A matéria não divulgou a presença do sindicato nessa mobilização dos trabalhadores do Comperj. Depreende-se que esses trabalhadores se organizaram para pleitear suas vagas sem a participação dos sindicatos.

Posteriormente, um mês após essa manifestação, no dia 18 de fevereiro de 2019, foi noticiada outra mobilização dos trabalhadores demitidos do Comperj pelo portal *Click Petróleo e Gás*⁸⁷, que relatou que os trabalhadores bloquearam a portaria de acesso às obras, impedindo a entrada dos trabalhadores contratados para cumprir o expediente (figura 9). A tônica do protesto consistia na não contratação de trabalhadores residentes em Itaboraí e nas regiões circunvizinhas por parte das empresas responsáveis pelas obras do complexo.

Figura 9
Trabalhadores fazem protesto na portaria do Comperj



Fonte: Click Petróleo e Gás/ Fevereiro de 2019.

⁸⁷ Ex-funcionários se dirigiram à portaria e impediram a entrada dos funcionários cobrando contratação de mão de obra local no Comperj. Disponível em: <https://clickpetroleogas.com.br/trabalhadores-fazem-protesto-na-portaria-do-comperj/>, publicado em: 19/02/2019, acessado em: 08/03/2019.

Na reportagem, os trabalhadores pontuaram que estão desempregados, mesmo após terem se cadastrado no Sine de Itaboraí. Eles reclamam por transparência nas novas contratações das obras, visto que, conforme divulgado na matéria, em uma reunião⁸⁸ realizada entre os representantes das empresas e representantes do Comperj no Sine, em dezembro de 2018, ficou acordado que a metodologia de convocação dos trabalhadores seria através do cadastro no Sine.

Na entrevista realizada para esta pesquisa com a principal liderança sindical dos trabalhadores do Comperj, ao questionar sobre quais seriam as principais reivindicações dos trabalhadores do Comperj, o presidente afirmou:

Transparência com o Sine, porque criamos uma questão, mas de contrapartida a gente tem um órgão em si que tá fazendo as contratações, todas as contratações, todas as empresas que estão contratando estão contratando pelo Sine. Antes nós do sindicato brigamos muito para que as contratações a gente pudesse estar indicando, utilizando o banco de dados do sindicato na questão das contratações. Essa era a nossa briga inicial.

Desta forma, o sindicato destaca a dificuldade em intervir nessa questão, uma vez que foi estabelecido que as novas contratações seriam realizadas por meio do Sine, sem que o sindicato pudesse controlar o percentual de contratações. Ressalte-se que os trabalhadores que estão sendo contratados nas obras do Comperj aceitaram voltar ao trabalho com vencimentos bem menores em postos de trabalho que exigem menor qualificação⁸⁹.

Em suma, quem permanece lesado ainda mais com essa situação é o trabalhador demitido do Comperj que, além de ter sido tolhido da chance de vender sua força de trabalho na ocasião em que foi abruptamente despedido, perde novamente essa chance, ao ver escapar mais uma vez a prerrogativa de sua vaga de emprego nos canteiros do complexo, sendo impulsionado a se

⁸⁸ A reunião ocorreu no início do mês de dezembro de 2018 entre a assessoria de assuntos do Comperj e representantes da *Kerui Petroleum*, Cia. chinesa responsável pela construção da UPGN (Unidade de Processamento de Gás Natural) em Itaboraí-RJ na agência do Sine (Sistema Nacional de Emprego). Os assuntos tratados na reunião discorreram sobre a contratação de trabalhadores a serem empregados nos canteiros de obras do Comperj por meio do Sine. Tratou-se sobre transparência, impessoalidade e esclarecimentos concernentes a essa temática. Cabe ressaltar que outras empresas que atuaram no Comperj de modo multilateral como a General Electric (GE), Locar, McDermott, EBSE, ECB, MIP, contratarão de forma independente para atividades técnicas específicas, dependendo da fase do empreendimento, conforme as informações divulgadas no portal Click Petróleo e Gás. Disponível em: <https://clickpetroleogas.com.br/representantes-da-kerui-comperj-e-sine-se-reunem-para-definir-as-contratacoes-em-2019/>, publicado em: 03/12/2018, acessado em: 08/03/2019.

⁸⁹ Após três anos parado, Comperj volta a contratar. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/apos-tres-anos-parado-comperj-volta-contratar-22740387>, publicado em: 02/06/2018, acessado em: 08/03/2019.

submeter ao subemprego, a fim de permanecer ativo no mercado (ainda que de maneira informal) e manter minimamente sua sobrevivência.

5

Considerações finais

A pesquisa realizada buscou trazer elementos relevantes para a reflexão crítica sobre o processo de desemprego e precarização do trabalho que acometeu os trabalhadores da construção civil do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa e quantitativa, no qual participaram da pesquisa sete trabalhadores da construção civil demitidos do Complexo Petroquímico. Cabe ressaltar que a pesquisa foi realizada através de uma amostragem não probabilística, sendo utilizado o método de amostragem intencional por conveniência.

Objetivou-se neste estudo analisar as condições de trabalho dos trabalhadores pertencentes ao setor da construção civil das obras do Comperj após sofrerem com as demissões que se sucederam a partir do segundo semestre de 2014. Espera-se que a partir deste estudo novas reflexões sobre os trabalhadores da construção civil do Comperj possam ser construídas, a fim de ampliar o debate sobre o desemprego que assola severamente o município de Itaboraí, em particular, e o país, de forma geral.

O processo de demissões no Complexo Petroquímico afetou diversas categorias profissionais que trabalhavam no Comperj. Entretanto, o grupo de trabalhadores da construção civil foi demasiadamente prejudicado com as demissões, devido à baixa qualificação profissional, à diminuição das obras em todo o país, dificuldade de reinserção no mercado de trabalho, por serem migrantes de outros estados e estarem sem uma rede de apoio na região do complexo, dentre outras razões abordadas.

Por se tratar da execução de obras de um complexo, o número de contratação de trabalhadores do setor da construção civil foi superior ao dos outros setores, o que revela, em contrapartida, que o quantitativo de demissões foi maior para os trabalhadores dessa área. Sendo assim, optou-se por direcionar a investigação em torno das condições de trabalho desses trabalhadores que, poder-se-ia afirmar, foi um dos grupos que mais sofreu perdas.

A aproximação com o universo ocupacional desses trabalhadores demitidos revelou aspectos de precarização do trabalho associado ao desemprego estrutural. Neste sentido, o estudo possibilitou observar as trajetórias ocupacionais desses trabalhadores, examinando quais espaços laborais ocupavam antes de trabalhar no Comperj, e como vem se desenvolvendo o processo de realocação no mercado de trabalho desde a paralisação das obras.

O contexto em que as demissões ocorreram corresponde a um cenário onde a crise brasileira, articulada a uma crise mundial, tem no desemprego estrutural uma de suas principais expressões. Ao elaborar uma análise sobre algumas particularidades da conjuntura brasileira atual, foi possível observar que a radicalização do neoliberalismo corroborou para produzir novas expressões de uma questão social mais expandida e diversificada em meio à crise estrutural que se estabeleceu desde os anos de 1970.

Como resposta a essa crise, a partir dos anos de 1990, em seu projeto de ataque, o capital instaurou o modelo neoliberal com seus planos de ajuste na economia brasileira, o que Antunes (2018) denominou de uma nova engenharia da dominação. Sob a égide da hegemonia financeira, programas de austeridade, supressão ou redimensionamento dos gastos públicos, sobretudo os gastos sociais, foram implementados, concomitantemente, com os processos de mercantilização e privatização, o que fomentou novas expressões da questão social.

As transformações no interior da classe trabalhadora e no seu movimento sindical fazem parte da necessidade do capital de desenvolver novas formas de exploração do trabalho. Assim, os fenômenos da terceirização, precarização e informalidade vem caminhando juntos, operando dentro da lógica mercadológica e destrutiva do capital, com o intuito de extrair lucros ainda maiores da força de trabalho.

A corrosão dos direitos trabalhistas, somada à diminuição de empregos formais, amplia a precariedade das condições de trabalho, dando espaço para trabalhos terceirizados, intermitentes, temporários se expandirem, além dos trabalhos informais. Além disso, o desemprego se torna cada vez mais presente nesse cenário, atingindo cerca de 12,2 milhões de brasileiros em 2018, segundo os dados revelados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Houve um recuo na taxa média em relação ao ano de 2017, que foi de 12,7% para 12,3% em 2018. Essa redução se deve ao fato de ter aumentado o quantitativo de trabalho sem carteira e por conta própria, como mostra a

pesquisa do IBGE. Desta forma, a (ínfima) diminuição do percentual de trabalhadores desempregados não significou ampliação do trabalho formal, com garantias e benefícios trabalhistas.

Cresceu o número de trabalhadores sem carteira assinada e o número de trabalhadores por conta própria, em detrimento da redução do trabalho formal. A informalidade escamoteia o número real de desempregados em todo país. O subemprego esconde a gravidade da ausência do “trabalho decente” e suas deletérias consequências para a classe trabalhadora.

A investigação para essa pesquisa mostrou que os trabalhadores do setor da construção civil demitidos do complexo petroquímico encontraram grande dificuldade em se reinserir no mercado formal de trabalho. Os espaços ocupacionais que auferiram desde as demissões em 2014 e 2015 foram, em sua maioria, informais, temporários, com remunerações bastante inferiores em relação aos vencimentos percebidos no período em que trabalharam no Comperj.

Soma-se a isso a concorrência pelas poucas vagas existentes, visto que o número de trabalhadores desempregados no município chega a 17 mil, conforme mostrou essa investigação. A interrupção das obras no complexo petroquímico provocou a derrocada de diversos estabelecimentos comerciais e empresas que haviam se instalado na região por ocasião do Comperj, engrossando ainda mais as crises e o desemprego na região.

O município de Itaboraí teve que absorver um expressivo quantitativo de pessoas que migraram de outros estados em busca de trabalho nos canteiros do complexo. Conforme mostrou a pesquisa, esses trabalhadores, majoritariamente são provenientes da região nordeste, onde não conseguiam se inserir no mercado formal, com baixa escolaridade, e fatigados pela constante rotatividade do setor, acreditaram que poderiam alcançar uma estabilidade laborativa, durante o período das obras do complexo.

No decorrer da pesquisa não foi possível encontrar, tanto no Sine quanto no Sintramon, um quantitativo de trabalhadores com menor especialização do setor de construção civil em busca de suas vagas no Comperj, isto é, trabalhadores que executam atividades com menores remunerações no setor, como armador, servente, ajudante de obra entre outros. Essa foi uma das limitações desta pesquisa. Entretanto, pode revelar que os que possuem baixa qualificação não estavam nesses espaços em virtude de já estarem realizando trabalhos informais, sem esperança de granjear sua recontração. Pretende-se, então, utilizar esse pressuposto em novos estudos, futuramente.

Com base nos dados coletados, poder-se-ia inferir que quanto menor a qualificação profissional, maior a inserção em espaços mais precarizados, informais e sem garantias. Não obstante, os trabalhadores que possuem maior qualificação profissional tendem a demorar mais a retornar para o mercado de trabalho, visto que ficam à espera de uma empregabilidade mais perene, com benefícios e garantias laborais semelhantes ao emprego que antes possuíam.

O desemprego deixa de ser uma condição efêmera e torna-se duradouro, à medida que os trabalhadores não encontram novas vagas de empregos formais e vão improvisando meios de sobrevivência cada vez mais precários. No que tange a essa questão, cabe ressaltar que a reforma trabalhista e a possível aprovação da reforma da previdência geram consequências perniciosas que obstaculizam a possibilidade do trabalhador se inserir em espaços laborais com garantias e benefícios, em conformidade com a legislação trabalhista que o amparava anteriormente.

A desregulamentação dos direitos trabalhistas conquistados, a precarização do trabalho e a flexibilização das relações trabalhistas corroboram para a fragmentação da classe trabalhadora e enfraquecimento do seu movimento sindical. A *epidemia* da terceirização repercute na sindicalização dos trabalhadores, uma vez que cresce a dificuldade de sindicalizar os terceirizados por estarem mais afastados uns dos outros (sendo contratados por empresas diferentes). Além disso, grande parte do sindicalismo de terceirizados possui um cariz patronal, tendo discursos e ações que beneficiam mais as empresas do que os trabalhadores.

Conforme abordado neste estudo, o principal sindicato que representa os trabalhadores da construção civil do Comperj, o Sintramon, ateu-se a defender a questão da priorização das vagas para os trabalhadores da região na ocasião anterior à paralização das obras do Comperj, enquanto, naquele momento, os trabalhadores pleiteavam reajustes salariais e benefícios. Posteriormente, quando as obras foram retomadas, o sindicato não teve força suficiente para garantir que essas vagas fossem asseguradas, sendo este o mote principal das mobilizações atuais dos trabalhadores da região que lutam em prol de sua recontração.

O trabalhador da construção civil vislumbrou as obras do Comperj como uma oportunidade de reinserção no mercado de trabalho, em um espaço ocupacional que possibilitasse melhores condições de vida. O Comperj representava uma maneira factível de alavancar a economia dos municípios do Conleste. Itaboraí, enquanto município sede do Complexo Petroquímico, atraiu

investidores, empresas e empreendimentos que acreditaram que o Comperj simbolizava um renascimento econômico para a cidade.

Entretanto, em vez disso, o Comperj criou um problema ainda maior para a cidade. Por ter atraído diversas empresas, houve uma grande expansão populacional, consoante à oferta de empregos (direta e indiretamente) inicialmente anunciada, cerca de 200 mil. Desta forma, com a paralisação das obras, o número de desempregados no município ampliou significativamente, trazendo consigo as repercussões negativas geradas por essa problemática.

A explosão demográfica associada ao Comperj representou um grave problema social para o município quando as obras foram interrompidas e os investimentos na região foram desacelerados. Atualmente, ao circular pela cidade de Itaboraí, pode-se perceber os transtornos causados pela interrupção das obras, desde canteiros de obras abandonados a estabelecimentos comerciais e empresas fechados.

Em face ao exposto, este estudo pretendeu contribuir com questões fundamentais para compreender os efeitos causados pelo fenômeno do desemprego nos trabalhadores da construção civil em decorrência da interrupção das obras do Comperj. Há de se considerar, contudo, que o que vem ocorrendo com esses trabalhadores é apenas uma expressão da degradação que tem afetado a classe trabalhadora como um todo.

A destituição aviltante dos direitos trabalhistas, sobretudo após o governo de Michel Temer e as medidas já anunciadas por Jair Bolsonaro, terá implicações severas em curto, médio e longo prazo para a dignidade do trabalhador. Caso a proposta da reforma da previdência do atual governo de Jair Bolsonaro seja aprovada, o trabalhador que possui uma vaga no mercado formal ou contribui para a previdência social terá que contribuir por 40 anos para receber integralmente sua aposentadoria.

Essa proposta reitera o desmantelamento da previdência social, favorecendo a vinculação à previdência privada para o trabalhador que possui condições de fazer essa opção. Em longo prazo, apresenta a capitalização, modelo em que cada trabalhador custeará sua própria aposentadoria no final da vida, desconsiderando o modelo solidário intergeracional.

Tendo em vista o cenário laborativo atual, os trabalhadores que não conseguirem esse tempo de contribuição serão obrigados a depender do Benefício de Prestação Continuada, o qual será um valor menor que o salário mínimo, desconsiderando o Artigo 203 da Constituição Federal de 1988.

A conjuntura hodierna é tracejada de perdas diárias para a classe trabalhadora. O Estado ignora o aumento abrupto do desemprego e o empobrecimento de grande parcela da população. O descomprometimento com aqueles que possuem apenas a sua força de trabalho como forma de sobrevivência é revelado em cada medida desastrosa deste governo.

A história da classe trabalhadora é permeada de impeditivos para a conquista ou manutenção dos seus direitos. Os entraves assumem novas roupagens, mas permanecem com sua costureira tônica em favor dos interesses do capital. Assim como os trabalhadores da construção civil do Comperj permanecem acreditando na possibilidade de sua recontração, a classe trabalhadora necessita se manter na luta para não ter os seus direitos ainda mais espoliados.

A luta contra as expressões da questão social não será vencida enquanto mantivermos o atual modelo capitalista. Enquanto formos classe trabalhadora, estaremos fadados a permanecer lutando para não perdermos o que já foi conquistado.

6.

Referências

ALMEIDA, H. P. **“Tudo não é por acaso”: exploração, greves, sindicatos surpreendidos e a saúde dos trabalhadores do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Fundação Oswaldo Cruz, 2016.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho – 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R.; DRUCK, Graça. A epidemia da terceirização. In: ANTUNES, R. (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARAÚJO, E. S.; BORGES, D.; NASCIMENTO, A. A.; DUARTE, M. A. Análise Preliminar do Impacto do COMPERJ na Segurança Pública. **Cadernos de Segurança Pública**. Ano 4. Número 03. Maio de 2012.

BARBÉ, E. Golpe de Estado. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Tradutor Carmen C. Varriale et al. Brasília: UnB, 1998.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

BEHRING, E. R. França e Brasil: realidades distintas da proteção social, entrelaçadas no fluxo da história. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 113, São Paulo, Cortez Editora, 2013.

BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009.

BRAGA, R. Para muito além da exploração. In: A volta da barbárie? Desemprego, terceirização, precariedade e flexibilidade dos contratos e da jornada de trabalho. **IHU On Line** - Revista do Instituto Humanitas Unisinos, Nº 484, Ano XVI; 02/05/2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **PEC 241/2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>, acessado em 06/08/2018.

BRASIL. **PEC 287/2016**. Altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=9B2A4B2EE6D83792578121D6878DFA91.proposicoesWebExterno2?codteor=1514975&filename=PEC+287/2016, acessado em 08/06/2017.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Análise das mudanças na PEC 287/2016 – Reforma da Previdência**. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/noticias/2017/abril/analise-das-mudancas-na-pec-287-2016-2013-reforma-da-previdencia>, publicado em 26/04/2017, acessado em 08/06/2017.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm, acessado em 06/08/2018.

BRASIL. **Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017**. Altera dispositivos da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13429.htm, acessado em 06/08/2018.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm, acessado em 06/08/2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.685, de 15 de janeiro de 2019**. Altera o Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-9685-15-janeiro-2019-787625-norma-pe.html>, acessado em 10/02/2019.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 6 de 2019**. Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192459>, acessado em 10/03/2019.

BRUNO, F. A.; PANDEFF, P. A. Análise das influências do Comperj no aumento da criminalidade em Itaboraí/RJ a partir dos processos distribuídos no Juizado Especial Criminal (JECRIM). **Ampliando**. Revista Científica da Facerb, v. 3. n. 1. ISSN 2359-1366. Jan./Jun.2016.

CAVALCANTI, B. M.; VENERIO, C. M. S. Uma ponte para o futuro? Reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. **RIL Brasília**, a. 54 n. 215 jul./set. 2017.

CBIC. Câmara Brasileira da Indústria da Construção. **Impacto Econômico e Social da Paralisação das Obras Públicas**. Brasília-DF: Senai, abril de 2018.

CFESS. **Código de Ética Profissional do (a) Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

CHAUI, M. S. Cultura e democracia. **O discurso competente e outras falas**. Nova edição revista e ampliada. 11. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Sondagem Especial 68** - Indicadores CNI - ISSN 2317-7330. Ano 18, Número 1, março de 2017. Disponível em https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/0d/f8/0df86911-4c29-4daa-877c-37409063d3d1/sondespecial_terceirizacao_marco2017.pdf, acessado em 24/01/2019.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAS, A.B, SOUZA, A.A.; MAIA, A.B.; BERZINS, F.A.J. **Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)**: Impactos socioambientais, violação de direitos e conflitos na Baía de Guanabara. Revista Ética e Filosofia Política – Nº 16 –Volume 1 – junho de 2013.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: Dieese, 2012.

DRUCK, G. A precarização social do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, R. (org.). In: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

DRUCK, G.; FRANCO T. (org). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo; 2007. 485 p.

FIRJAN. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **COMPERJ - potencial de desenvolvimento produtivo**, Nº 1, maio 2008.

FIRJAN. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Decisão Rio 2011-2013**. Rio de Janeiro: Firjan, 2011.

FIRJAN. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Decisão Rio 2014-2016**. Rio de Janeiro: Firjan, 2013.

FIRJAN. **Anuário da Indústria de Petróleo no Rio de Janeiro: panorama 2017**. Rio de Janeiro: Sistema FIRJAN. Julho 2017.

FERNANDES, F. **Brasil em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980.

G1. Globo.com. **Desemprego fica em 12,6% em agosto e atinge 13,1 milhões, diz IBGE**. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/desemprego-fica-em-126-em-agosto-diz-ibge.ghtml>, publicado em 29/09/2017, acessado em 29/11/2017.

G1. Globo.com. **Setor de serviços volta a crescer e ajuda na recuperação da economia**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/setor-de-servicos-volta-a-crescer-e-ajuda-na-recuperacao-da-economia.ghtml>, publicado em: 01/09/2017, acessado em: 01/12/2017.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HERZER, H.; VIRGILIO, M.M.; RODRÍGUEZ, M.C.; REDONDO, A. **¿Informalidad o informalidades?** Hábitat popular e informalidades urbanas en áreas urbanas consolidadas (Ciudad de Buenos Aires). **Pampa**, nº4, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. O serviço social na cena contemporânea. In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília/DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M. V. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. **SER Social**. V. 15, Brasília, 2013.

IANNI, O. A questão social. **Revista USP**. 1989.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores IBGE - Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor IPCA e INPC**. Dezembro de 2015.

INCID. Sistema de Indicadores da Cidadania. **Dossiê A Invisível Cidadania dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Comperj**. IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Março de 2015.

LIMA, R.C.V. **Desenvolvimento e Contradições Sociais no Brasil contemporâneo. Um estudo do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista – UNESP/FCLAR, Araraquara, 2015.

LIMA, S.L.R.; PICCOLI, S.S.C. Estado e capital nos governos Lula e Dilma: o caso do megaempreendimento COMPERJ. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.17, n.1, p. 27-44, jan. a jul. / 2017.

LINHART, D. Modernização e precarização da vida no trabalho. In: ANTUNES, R. (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

LOLE, A.; STAMPA, I. Hegemonia, democracia e conservadorismo no Brasil contemporâneo. **IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais. Crises do Capitalismo, novas e velhas formas de protesto**. São Paulo: FFLCH-USP, 2018.

LÖWY, Michael. **O golpe de Estado de 2016 no Brasil** – Blog da Boitempo. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/17/michael-lowy-o-golpe-de-estado-de-2016-no-brasil/>, publicado em 17/05/2016, acessado em 14/01/2019.

MACEDO, R.F. CERQUEIRA, RT.F.S. **Florestan Fernandes e a apreensão da contrarrevolução brasileira**. Artigo originalmente escrito para apresentação no NIEP-MARX, 2012.

MANDEL, E. **A crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ed. Ensaios, 1990.

MARANHÃO. C. H. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In MOTA. A. E. (org.) **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade, 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, J. S. O artesanato intelectual na sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**. V. 1. N° 2. Jul/Dez 2013.

MATOS, M.B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1 ed. São Paulo. Expressão Popular, 2009.

MATOS. M. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Serviço Social e Sociedade**. No. 124. São Paulo, 2015.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, M.C.S. (org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 6a Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, 110, São Paulo, 2012.

MOTA, A. E. **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOYSÉS, Y.S. **A instalação do COMPERJ e a des-reterritorialização da Comunidade de Itambi (Itaboraí, Rio de Janeiro)**: desenvolvimentos e sustentabilidades. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, 2010.

MOYSÉS, Y.S. **A Escolha da Instalação do Comperj no Município de Itaboraí-RJ e Suas Contradições no Território**. Artigo publicado no XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Belo Horizonte: 2011.

M744 **Monitoramento de indicadores socioeconômicos nos municípios do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro**: COMPERJ: boletim eletrônico de acompanhamento no município de Itaboraí: 2000-2011 / ONU-HABITAT, Universidade Federal Fluminense. — Niterói: Editora da UFF, 2013.

NETTO, J.P. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**. Revista da ABEPSS, Brasília, v. 2, n.3, 2001.

NETTO, J.P. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Em Pauta**, n.19. RJ: Uerj, 2007.

NETTO, J.P. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**, nº 111. São Paulo: Cortez, 2012.

NEVES, A. M. **O trabalho do assistente social no município de Tanguá/RJ: (re) produção ampliada da questão social e exercício da profissão**. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Serviço Social da UERJ, 2010.

OLIVEIRA, Luciano. **Os excluídos ‘existem’?** Notas sobre a elaboração de um novo conceito. RBCS, nº 33, ano 12. Fevereiro de 1997.

PANDEFF, P. A.; GUIMARÃES, M. F.; DONHA, A.; SILVA, J. G. **Avaliação de impactos socioambientais da indústria petroquímica: o caso do Comperj e a Apa-Guapimirim/RJ**. IV Congresso Nacional de Excelência em Gestão Responsabilidade Socioambiental das Organizações Brasileiras. Niterói, RJ. Agosto de 2008.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo, Cortez, 2004.

PETRONOTÍCIAS. **Jaraguá e Egesa Ganham Contratos no Comperj**. Disponível em: <https://petronoticias.com.br/archives/4222>, acessado em: 25/11/2018.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

RIMA. **Relatório de Impacto Ambiental**. Relatório do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ. 2007.

RIMA. **Relatório de Impacto Ambiental**. Implantação do Emissário Terrestre e Submarino do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ. Novembro de 2010.

ROSANVALLON, P. **La nueva cuestión social**: repensar el Estado Providencia. Buenos Aires: Manantial, 1995.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, I. M. F. Questão Social e Serviço Social na formação Sócio-histórica brasileira. **Revista Temporalis**, n. 25, Brasília, 2013.

STAMPA, I. Transformações recentes no “mundo do trabalho” e suas consequências para os trabalhadores brasileiros e suas organizações. **Em Pauta**. Uerj. Rio de Janeiro. Nº 30. V. 10. 2012.

TCU. Tribunal de Contas da União. **Relatório de inspeção. Atualização dos dados do FISCOBRAS**. Construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). 2010.

VALLE, K. F.; LEITE, J. L. **Contrarreforma do Estado e gerencialismo**: novo fetiche, velha proposta. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 131, p. 109-129, jan./abr. 2018.

VÉRAS, R. Brasil em obras, peões em luta, sindicatos surpreendidos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 103, maio 2014, p. 111-136.

VÉRAS, R. Sindicalismo e terceirização no Brasil: pontos para reflexão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 545-567, Set./Dez. 2015.

ANEXOS

Anexo 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Departamento de Serviço Social

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Pesquisa: “TIJOLO COM TIJOLO NUM DESENHO TRÁGICO”: CONDIÇÕES DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL APÓS AS DEMISSÕES EM MASSA NO COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO (COMPERJ).

Pesquisador: Ana Caroline Gimenes Machado

Prof^a Orientadora: Inez Terezinha Stampa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Natureza da pesquisa: Você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa que tem como finalidade analisar as condições de trabalho dos trabalhadores da construção civil após as demissões em massa no Comperj.

2. Sobre a entrevista: serão realizadas entrevistas com roteiro de questões abertas e fechadas, organizados em três blocos temáticos. Caso você autorize, a entrevista será gravada para facilitar e tornar mais fidedigno o registro das informações prestadas.

3. Confidencialidade: todas as informações coletadas durante a entrevista são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e a orientadora terão conhecimento do inteiro teor das entrevistas. No entanto, trechos das mesmas poderão ser utilizados na apresentação dos resultados da pesquisa, mas você não será identificado.

4. Benefícios: ao participar desta pesquisa você não terá benefícios diretos. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre a precarização do trabalho na cidade de Itaboraí/RJ.

5. Contatos: a qualquer momento você poderá desistir de participar, sem qualquer prejuízo para você. Caso queira informações ou esclarecimentos sobre este estudo, você poderá solicitá-los pelo e-mail anacaroline.gimenes.m@gmail.com. Minha orientadora e eu estaremos à disposição para informações que não tenham ficado claras.

6. Riscos: todas as providências para que você, nem o local onde você desenvolve suas atividades laborais serão tomadas. No entanto, pode haver algum risco de identificação. Neste caso, você pode decidir por não participar.

Você receberá uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep).

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto, leia, por favor, todos os itens acima e preencha os que se seguem:

Após a leitura e explicação recebida, acredito ter sido suficientemente esclarecido(a) a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, a respeito do estudo **“TIJOLO COM TIJOLO NUM DESENHO TRÁGICO”: CONDIÇÕES DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL APÓS AS DEMISSÕES EM MASSA NO COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO (COMPERJ)**.

Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízo.

Rio de Janeiro, de de .

Nome e assinatura do entrevistado

Ana Caroline Gimenes Machado – pesquisador

Anexo 2 – Roteiro de entrevista com os trabalhadores desempregados do Comperj

Identificação	<ul style="list-style-type: none"> • Idade • Sexo • Escolaridade • Profissão • Origem • Em qual cidade você mora?
Condições de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalha atualmente? • Com que você trabalhava (vínculo empregatício) antes do Comperj? • Qual trabalho você realizava na obra do Comperj? • Empresa Contratante • Forma de Contratação • Tempo de Contratação • Como era seu ritmo do trabalho? Fazia horas extras? • O salário era condizente com seu trabalho? Houve algum momento que deixou de receber? • Quais os problemas você percebia nesse trabalho? • Houve alguma mudança nas suas condições de vida desde a paralisação das obras?

Anexo 3 – Roteiro de entrevista com a liderança sindical

Identificação	<ul style="list-style-type: none"> • Idade • Sexo • Escolaridade • Profissão • Em qual cidade você reside?
Ações coletivas e sindicais	<ul style="list-style-type: none"> • Qual o sindicato que você representa • Qual sua função no respectivo sindicato • Há quanto tempo você está na direção sindical Quem é trabalhador do Comperj? • Quem é trabalhador do Comperj? • Quais as principais reivindicações dos trabalhadores do Comperj? • Qual o número real de trabalhadores demitidos no Comperj? • Existe algum trabalhador que sem conseguir trabalho está ocupando as ruas enquanto população em situação de rua? • Como tem sido a relação do sindicato com os trabalhadores do Comperj? • As obras estão retomando aos poucos. Ao conversar com alguns trabalhadores, fui informada que em janeiro haverá novas contratações. Essa informação procede?

Anexo 4 – Roteiro de entrevista com analista financeiro responsável pela administração contratual de serviços, materiais e equipamentos de uma das primeiras obras realizadas no Comperj

Identificação	<ul style="list-style-type: none"> • Formação/profissão
Trabalho no Comperj	<ul style="list-style-type: none"> • Quando você era o projeto inicial do Comperj? • Em que momento as obras começaram a ser interrompidas? • Em sua opinião, quais foram os principais motivos que levaram às interrupções das obras? • Com quantos trabalhadores da construção civil você trabalhava diretamente? • Como eram seus vínculos trabalhistas? • Você percebia alguma insatisfação por parte deles? • Você percebia alguma intervenção do sindicato? • Como você acha que a interrupção das obras e o processo de demissões em massa no Comperj?